

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E CULTURA
CURSO DE MESTRADO**

NATHALINE BACHI MARCHETT

**ENUNCIÇÃO E GRAMÁTICA: O ENSINO DOS MODOS VERBAIS DA LÍNGUA
PORTUGUESA SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE
BENVENISTE**

CAXIAS DO SUL

2022

NATHALINE BACHI MARCHETT

**ENUNCIÇÃO E GRAMÁTICA: O ENSINO DOS MODOS VERBAIS DA LÍNGUA
PORTUGUESA SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE
BENVENISTE**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras e Cultura, Área de Concentração: Estudos de Linguagem, Literatura e Cultura. Linha de Pesquisa: Linguagem e Processos Culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Carina M. M. Niederauer

CAXIAS DO SUL

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

M317e Marchett, Nathaline Bachi

Enunciação e gramática [recurso eletrônico] : o ensino dos modos verbais da língua portuguesa sob a perspectiva da teoria enunciativa de Émile Benveniste / Nathaline Bachi Marchett. – 2022.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, 2022.

Orientação: Carina Maria Melchiors Niederauer.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Língua portuguesa (Ensino fundamental) - Gramática - Estudo e ensino. 2. Linguística estrutural. 3. Gramática comparada e geral. 4. Análise do discurso. 5. Benveniste, Émile, 1902-1976. I. Niederauer, Carina Maria Melchiors, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37.016:811.134.3(81)'36

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

ENUNCIÇÃO E GRAMÁTICA: O ENSINO DOS MODOS VERBAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE

Nathaline Bachi Marchett

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras e Cultura, Área de Concentração: Estudos de Linguagem, Literatura e Cultura. Linha de Pesquisa: Linguagem e Processos Culturais.

Caxias do Sul, 23 de agosto de 2022.

Banca Examinadora:

Dra. Carina Maria Melchior Niederauer
Orientadora
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste
Universidade de Passo Fundo

Dra. Jaqueline Stefani
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Tânia Maris de Azevedo
Universidade de Caxias do Sul

*Não atingimos nunca o homem
separado da linguagem e não o
vemos nunca inventando-a. Não
atingimos jamais o homem
reduzido a si mesmo e procurando
conceber a existência do outro. É
um homem falando que
encontramos no mundo, um
homem falando com outro homem,
e a linguagem ensina a própria
definição do homem.*

Émile Benveniste¹

¹ BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo propor princípios para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental, pautados pela Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Para isso, faz-se, inicialmente, uma retomada da origem da gramática no Ocidente, bem como dos primórdios da gramatização da língua portuguesa, tencionando-se compreender as bases dessa disciplina milenar que, muitas vezes, fundamenta o trabalho do professor de língua, bem como a elaboração de livros didáticos que chegam à sala de aula. Na sequência, investiga-se a abordagem dos modos verbais da língua portuguesa em alguns compêndios gramaticais que contemplam diferentes perspectivas teóricas – Cunha e Cintra (2016); Bechara (2019); Perini (2016); e Neves (2011) –, enfocando a noção de *verbo* e as flexões que constituem o paradigma verbal, quais sejam: *número*, *pessoa*, *tempo* e, principalmente, *modo*, dado ser este o objeto desta pesquisa. Ademais, apresenta-se um panorama da recepção dos estudos benvenistianos no Brasil, salientando-se as direções tomadas por tais estudos – dentre elas, sua aplicação à gramática –, para, enfim, revisitar-se, nos volumes de *Problemas de linguística geral I e II* (2005; 1989), de Émile Benveniste, as noções de *enunciação*, *pessoa*, *subjetividade* e *tempo*, basilares para a compreensão dos paradigmas verbais. Por fim, visando contribuir para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa, são analisados dois livros didáticos de sexto ano do Ensino Fundamental que compõem as coleções mais distribuídas nas escolas brasileiras (primeiro e segundo lugares), segundo dados divulgados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD/2020). A partir dessa análise, em que se busca, nos livros didáticos, um recurso orientativo no que diz respeito ao ensino na Educação Básica, são propostos princípios da Teoria Enunciativa de Benveniste para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental, demonstrando que essa teoria pode ser o ponto de partida para um ensino voltado não somente às formas, mas também ao uso da língua.

Palavras-chave: Enunciação. Gramática. Ensino. Modos verbais.

ABSTRACT

This thesis aims to propose principles for teaching verbal modes of the Portuguese language in the Final Years of Elementary School, guided by Émile Benveniste's Theory of Enunciation. For this purpose, initially, a resumption is made on the origin of grammar in the West, as well as the beginnings of the grammatization of the Portuguese language, intending to understand the bases of this ancient discipline that, many times, underlies the work of the language teacher, as well as the elaboration of textbooks that the schools adopt. Next, we investigate the approach to verbal modes of the Portuguese language in a few grammar books that contemplate different theoretical perspectives – Cunha and Cintra (2016); Bechara (2019); Perini (2016); and Neves (2011) –, focusing on the notion of *verb* and the inflections that constitute the verbal paradigm, namely: *number*, *person*, *tense* and, mainly, *mode*, given that this is the object of this research. Furthermore, we present an overview of how Benveniste's studies were received in Brazil, highlighting the directions taken by such studies – among them, their grammar application – to, finally, revisit the notions of *enunciation*, *person*, *subjectivity*, and *time*, fundamental for the understanding of verbal paradigms, in the volumes of *Problems in General Linguistics I* and *II* (2005; 1989), by Émile Benveniste. Finally, to contribute to the teaching of the verbal modes of the Portuguese language, two textbooks used in the sixth year of Elementary School are analyzed, which make up the most distributed collections in Brazilian schools (first and second placings), according to data released by the National Book and Teaching Material Program (PNLD/2020). Based on this analysis, in which textbooks are used as an orientation resource in terms of teaching Basic Education, principles of Benveniste's Enunciative Theory are proposed for the teaching of verbal modes of the Portuguese language in the Final Years of Elementary School, demonstrating that this theory can be the starting point for teaching-focused not only on forms but also on the use of language.

Keywords: Enunciation. Grammar. Teaching. Verbal modes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Verbo	68
Figura 2 – Tempo verbal	69
Figura 3 – Flexões dos tempos básicos do modo verbal indicativo	71
Figura 4 – Modos verbais	72
Figura 5 – Modos verbais (atividade proposta a partir de cartaz de campanha publicitária) ...	74
Figura 6 – Tempo presente do modo verbal indicativo	76
Figura 7 – Tempos pretérito perfeito e pretérito imperfeito do modo verbal indicativo	77
Figura 8 – Tempo pretérito mais-que-perfeito do modo verbal indicativo	79
Figura 9 – Tempos futuro do presente e futuro do pretérito do modo verbal indicativo	80
Figura 10 – Flexões do verbo	82
Figura 11 – Modos verbais subjuntivo e indicativo	84
Figura 12 – Modo verbal imperativo	85
Figura 13 – Princípios propostos	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modos verbais na BNCC	65
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A GRAMÁTICA E OS MODOS VERBAIS	14
2.1 A ORIGEM DA GRAMÁTICA NO OCIDENTE E OS PRIMÓRDIOS DA GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	14
2.2 A ABORDAGEM DOS MODOS VERBAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA EM GRAMÁTICAS	21
2.2.1 O verbo	24
2.2.2 O número verbal	26
2.2.3 A pessoa verbal	26
2.2.4 O tempo verbal	28
2.2.5 O modo verbal	29
2.2.5.1 O modo indicativo	30
2.2.5.2 O modo subjuntivo	31
2.2.5.3 O modo imperativo	34
3 A ENUNCIÇÃO E OS MODOS VERBAIS	37
3.1 A ENUNCIÇÃO E A GRAMÁTICA: UMA PROPOSTA POSSÍVEL?	37
3.2 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE	41
3.3 A <i>PESSOA</i> E A <i>SUBJETIVIDADE</i> EM BENVENISTE	49
3.4 O <i>TEMPO</i> DA ENUNCIÇÃO	58
4 A ENUNCIÇÃO E A GRAMÁTICA: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DOS MODOS VERBAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA	63
4.1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE LÍNGUA	63
4.2 METODOLOGIA DE SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i> E CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS	65
4.3 <i>TECENDO LINGUAGENS</i> : LÍNGUA PORTUGUESA	67
4.4 <i>SE LIGA NA LÍNGUA</i> : LEITURA, PRODUÇÃO DE TEXTO E LINGUAGEM	81
4.5 PROPOSIÇÃO DE PRINCÍPIOS	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91

ANEXOS	97
ANEXO A – NOTÍCIA (I)	97
ANEXO B – NOTÍCIA (II)	98
ANEXO C – RESENHA	99
ANEXO D – REPORTAGEM	100

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute acerca dos entraves no ensino de língua materna, uma vez que parecem grandes os descompassos entre o que o docente deseja ensinar e o que o estudante efetivamente aprende. Debate-se sobre quais conteúdos e habilidades devem ser priorizados no trabalho com a língua, sobre as diferentes propostas de ensino que percorrem os espaços da academia e da escola, sobre o que é a língua portuguesa e quem é/como é o seu usuário.

Pensar e repensar a língua e seu ensino tornou-se parte da minha realidade desde que ingressei na graduação em Letras – Língua Portuguesa – e, mais especificamente, desde que comecei a lecionar para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Ao longo de minha (ainda breve) trajetória profissional, deparei-me com muitos desafios, especialmente em relação à abordagem de determinados conteúdos, que, se tratados única e exclusivamente pelo viés da gramática normativa, podem parecer deveras distantes da língua que o falante utiliza no dia a dia. Não são raros os questionamentos dos estudantes acerca da necessidade de se aprender certos conteúdos.

Durante minha formação acadêmica, percebi que as gramáticas de uma língua são, com efeito, instrumentos a que o professor pode recorrer para pensar os conteúdos de suas aulas; todavia, encarando a língua como um fenômeno vivo, social e constituidor de sentido, deparei-me com a necessidade de buscar outro viés, que contemplasse o uso da língua, para auxiliar na elucidação de conteúdos e, conseqüentemente, em minha prática docente. Nesse sentido, marcou-me a disciplina *Teorias do discurso*, ministrada pela Profa. Dra. Carina M. M. Niederauer, a quem agradeço por apresentar-me, de maneira encantadora, os pressupostos teóricos de Émile Benveniste e por acolher pacientemente, desde então, as inquietações e as ideias provenientes do nosso encontro com o linguista da enunciação.

Este estudo, contudo, não consiste em uma crítica à abordagem gramatical da língua, muito embora sejam feitos comentários sobre essa abordagem em diferentes momentos desta pesquisa. A visão aqui adotada é justamente a de que a gramática é *um* dos caminhos possíveis, cabendo ao professor buscar diferentes vieses teóricos para explicar os fenômenos linguísticos com os quais trabalha em sala de aula.

Somando-se a essa crença uma dificuldade prática, logo transformada em curiosidade, decidi investigar os modos verbais da língua portuguesa sob dois aspectos da linguagem: *enunciação e gramática*.

A partir de uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações² da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos termos ‘enunciação’, ‘gramática’ e ‘modos verbais’, observei que outros trabalhos com objetivos afins já foram realizados, a exemplo de *Voz verbal: uma abordagem enunciativa*, de D’Avila (2006), tese que descreve as vozes verbais a partir de seu uso e dos sentidos nele produzidos; de *Bases sintáticas da enunciação em português: uma proposta sobre o adjunto adverbial*, de Lacerda (2013), que trata da delimitação do âmbito de pertinência do adjunto adverbial a partir de uma perspectiva enunciativa; e de *Enunciação e gramática: um estudo do tempo na concordância verbal*, de Oliveira (2018), investigação que alia as noções de *tempo* no emprego da concordância verbal e *enunciação*. Tais pesquisas, no entanto, propõem a perspectiva enunciativa de outros conceitos que não os modos verbais da língua portuguesa.

Os estudos dos modos verbais, por sua vez, parecem predominantemente centrados na classificação e na alternância entre eles, especialmente entre os modos indicativo e subjuntivo, como em Vieira (2007) – *Alternância no uso dos modos indicativo e subjuntivo em orações subordinadas substantivas: uma comparação entre o português do Brasil e o francês do Canadá* –; em Alves (2014) – *A alternância subjuntivo/indicativo em orações independentes na fala do Cariri* –; ou, ainda, em Baiocato (2017) – *A alternância entre os modos subjuntivo e indicativo no português brasileiro: um estudo em cartas pessoais do século XX*. Tendo por base vieses diferentes do proposto nesta pesquisa, como o da Sociolinguística, por exemplo, as referidas investigações acabam por confrontar prescrições gramaticais e uso. Nesse sentido, pode-se pensar a necessidade de aprofundamento dos estudos acerca das discrepâncias entre norma e realidade da língua.

Considerando que outros conceitos já foram elucidados sob a ótica enunciativa e que a produção referente aos modos verbais não parece suficientemente investigada, a presente pesquisa poderia contribuir para o debate acadêmico e, pretensiosamente, para o ensino da língua portuguesa, em especial porque as gramáticas, que geralmente fundamentam o trabalho do docente de língua e são a base dos livros didáticos, parecem reduzir os modos verbais a uma série de variações e formas, concretizadas em numerosos e complexos quadros, os quais recorrentemente põem em jogo as categorias de *pessoa* e de *tempo*, ainda que os princípios que regem esse jogo nem sempre estejam claros.

² Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

Isso posto, a pergunta que se busca responder é: *de que modo a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste pode auxiliar no ensino dos modos verbais da língua portuguesa no Ensino Fundamental, pensando no uso que o falante faz da língua?*

Para responder a esse questionamento, a presente pesquisa tem como objetivo geral propor princípios para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental, pautados pela Teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

Cumprе salientar que, uma vez que não é possível saber como cada professor elabora suas aulas de língua, buscamos, na análise de dois volumes das coleções didáticas de maior distribuição no Brasil em 2020, consoante dados do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)³, um recurso orientativo para a proposição desses princípios, partindo do pressuposto de que as obras didáticas constituem ferramentas comumente utilizadas para o ensino na Educação Básica.

Assim, os objetivos específicos norteadores desta investigação são: (a) estudar a proposta para o ensino de língua portuguesa na Base Nacional Comum Curricular; (b) revisitar em diferentes gramáticas (normativa, descritiva e de usos da língua) o tratamento dado aos modos verbais da língua portuguesa; (c) revisitar os pressupostos benvenistianos relativos à enunciação, incluindo-se as noções de *pessoa*, *subjetividade* e *tempo*; e (d) investigar a abordagem dos modos verbais da língua portuguesa feita em dois livros didáticos de maior distribuição nas escolas públicas do País em 2020.

Estruturalmente, este trabalho, de natureza teórico-metodológica, parte, no capítulo 2 – “A gramática e os modos verbais” –, de uma breve retomada da origem da gramática no Ocidente e dos primórdios da gramatização da língua portuguesa, baseando-se, para isso, em autores como Bagno (2003), Neves (2002) e Vieira (2018). Na sequência, é feita uma análise da abordagem dos modos verbais da língua portuguesa em compêndios gramaticais⁴ de diferentes vieses, quais sejam: *Nova gramática do português contemporâneo* (2016), de Celso Cunha e Lindley Cintra; *Moderna gramática portuguesa* (2019), de Evanildo Bechara; *Gramática descritiva do português brasileiro* (2016), de Mário Perini; e *Gramática de usos do português* (2011), de Maria Helena de Moura Neves. Nessa análise, leva-se em conta as noções de *verbo* e de *flexões verbais*, ou seja, *número*, *pessoa*, *tempo* e *modo*.

No capítulo 3 – “A enunciação e os modos verbais” –, apresenta-se, inicialmente, um panorama da recepção dos estudos benvenistianos no Brasil, fundamentado em pesquisas empreendidas por autores como Flores (2017) e Flores *et al.* (2020). Lançadas as bases para a

³ O link de acesso a esses dados encontra-se na lista de referências.

⁴ Os critérios de seleção das gramáticas é explicitado no capítulo 4, na seção 4.2.

investigação da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, define-se o conceito de *enunciação* a partir de reflexões oriundas do texto “O aparelho formal da enunciação”, datado de 1970, publicado na obra *Problemas de linguística geral II* (1989), de Benveniste, e de estudos de pesquisadores da área enunciativa, dentre os quais destacamos Flores (2013) e Toldo (2018).

Haja vista a relevância das noções de *pessoa* e de *tempo*, tanto em relação aos paradigmas verbais analisados nas gramáticas quanto no âmbito da enunciação, revisita-se, ainda nesse capítulo, a categoria de *pessoa* à luz dos pressupostos benvenistianos, o que nos exige abordar, igualmente, a noção de *subjetividade*. Neste momento, recorreremos aos textos “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946); “A natureza dos pronomes” (1956); e “Da subjetividade na linguagem” (1958), presentes na obra *Problemas de linguística geral I* (2005), de Benveniste. Contribuem para a discussão teóricos como Flores e Teixeira (2012) e Flores (2013).

Em relação à categoria de *tempo*, são tomados por base os seguintes textos, publicados em ambos os volumes de *Problemas de linguística geral*: “As relações de tempo no verbo francês” (1959); “A linguagem e a experiência humana” (1965); e, novamente, “O aparelho formal da enunciação” (1970). Para melhor compreender a pertinência desse *tempo* que se dá na/pela língua, recorreremos a Toldo e Bortolini (2020).

No capítulo 4 – “A enunciação e a gramática: possibilidades para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa” –, buscando contribuir para o ensino de língua, é feita uma análise das proposições da BNCC para o ensino de língua portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental. A seguir analisamos os volumes concernentes ao sexto ano do Ensino Fundamental de duas coleções didáticas de maior distribuição no Brasil em 2020, segundo números do PNLD, quais sejam: *Tecendo linguagens: língua portuguesa* (2018), de autoria de Oliveira e Araújo, e *Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem* (2018), de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi.

Por fim, a partir da análise do referido material didático, propusemos princípios da Teoria Enunciativa de Benveniste que possam subsidiar o trabalho do docente de língua, demonstrando a aplicabilidade da referida teoria ao ensino dos modos verbais da língua portuguesa. Cumpre salientar que, nessa última etapa, nosso interlocutor é, em especial, o professor de língua que sente necessidade de pensar seu fazer, não se restringindo a *um* ou *outro* viés teórico que possa ser adotado em sua prática.

Sabe-se que a Escola é um espaço privilegiado de acesso ao conhecimento, mas esta deve ser, igualmente, espaço para a reflexão sobre o conhecimento. Assim, acreditamos que um estudante que não somente reproduz paradigmas de conjugação verbal, mas também

compreende essas formas como disponíveis para serem apropriadas e postas em uso, pode descobrir diferentes empregos das formas linguísticas, entender os processos de escolhas que um locutor faz, refletir sobre o funcionamento da língua e sobre a constituição de sentido, enunciar suas disposições e desejos; enunciar-se, enfim.

2 A GRAMÁTICA E OS MODOS VERBAIS

Neste capítulo, analisa-se o tratamento dado aos modos verbais da língua portuguesa em algumas gramáticas⁵, sendo elas: *Nova gramática do português contemporâneo* (2016), de Celso Cunha e Lindley Cintra; *Moderna gramática portuguesa* (2019), de Evanildo Bechara; *Gramática descritiva do português brasileiro* (2016), de Mário Perini; e *Gramática de usos do português* (2011), de Maria Helena de Moura Neves. Nessa análise, o foco recai sobre a noção de *verbo*, com especial atenção às flexões que constituem o paradigma verbal – *número, pessoa, tempo* e, principalmente, *modo*, dado ser este o objeto desta pesquisa. Todavia, antes de tal investigação, faz-se um breve regresso à origem da disciplina denominada *gramática* no Ocidente, bem como aos primeiros instrumentos de gramatização do português, por se considerar relevante compreender as bases dos manuais doravante analisados.

2.1 A ORIGEM DA GRAMÁTICA NO OCIDENTE E OS PRIMÓRDIOS DA GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

O advento da gramática (do grego ‘a arte de escrever’) como disciplina no Ocidente data do século III a.C., quando questões atinentes à linguagem passaram a preocupar filólogos e filósofos gregos (BAGNO, 2003). Apesar da longínqua origem, é inconteste que, ainda hoje, a tradição gramatical age tanto em alguns estudos linguísticos – a exemplo da presente pesquisa –, quanto nas aulas de língua – o que pode e deve ser problematizado. Com isso em vista, faz-se, a seguir, uma breve incursão pela origem da gramática no Ocidente e pelos primórdios da gramatização da língua portuguesa. Diante do recorte deste estudo e da inegável complexidade de uma história de vinte e quatro séculos, o presente subcapítulo não objetiva fazer uma historiografia da gramática; mas, sim, busca na origem dessa disciplina subsídios para melhor entendê-la em sua configuração atual.

Inicialmente, destaca-se a relevância das reflexões linguísticas empreendidas por Platão (427-347 a.C.) e por Aristóteles (384-322 a.C.): o primeiro filósofo grego, por exemplo, seria responsável por realizar a primeira divisão das partes do discurso (as chamadas ‘classes gramaticais’), enquanto o segundo teria definido essas partes. Dessa divisão partem,

⁵ A seleção destas gramáticas deu-se em virtude dos diferentes vieses teóricos que as fundamentam: as obras de Cunha e Cintra (2016) e de Bechara (2019), por exemplo, têm caráter normativo; a gramática de Perini (2016) apresenta-se como descritiva; e a de Neves (2011), funcional. Por meio dessa seleção, objetivou-se investigar de forma mais integralizada como é feita a abordagem dos modos verbais da língua portuguesa nos compêndios gramaticais.

posteriormente, a gramática alexandrina e as gramáticas ocidentais (NEVES, 2002). Para autores como Vieira (2018), contudo, a origem da gramática não remonta ao período dos estudos realizados por Platão e Aristóteles, tampouco pelos filósofos pré-socráticos, pelos sofistas e por Sócrates, já que tais estudos não consistiriam em um conhecimento independente, mas estariam a serviço de reflexões de cunho filosófico.

Assim, Vieira (2018), apoiado em Robins, postula que é somente a partir do século III a.C., com os estoicos, que a língua passa a ser sistematizada e organizada em um campo próprio. Do legado deixado pelos gregos, o autor ressalta: (a) os focos etimológico e morfológico dos estudos realizados, os quais reverberam ainda hoje, servindo como base para juízos de correção linguística; e (b) a criação de uma terminologia gramatical, basilar para o inventário de que dispõem as gramáticas atualmente (VIEIRA, 2018).

Além disso, ressalta-se que, a partir dos problemas de linguagem investigados por esses filósofos, resultaram dois embates, cuja repercussão ainda se faz presente no âmbito da gramática, quais sejam: *natureza vs. convenção* e *analogia vs. anomalia*, consistindo o primeiro em uma discussão sobre a relação entre as palavras e seus significados, e o segundo, em uma reflexão acerca das regularidades e das irregularidades apresentadas na língua (VIEIRA, 2018).

A primeira controvérsia pode ser relacionada ao que, séculos depois, Saussure (2012, p. 108, grifo do autor) define como o princípio da *arbitrariedade do signo*: “O laço que une o significante ao significado é arbitrário [...]. Assim, a ideia de ‘mar’ não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual”; ou, ainda, à seguinte consideração de Benveniste (2005, p. 55, grifo do autor) acerca da noção saussuriana de *signo linguístico*: “Entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é *necessário*”.

Enquanto os estoicos trataram da relação entre as palavras e seus significados, os linguistas anteriormente referidos buscaram elucidar a relação entre o significante (imagem acústica) e o significado (conceito) (SAUSSURE, 2012; BENVENISTE, 2005), definindo tal relação como convencional, imaterial – e não natural. Desse modo, pode-se perceber uma inquietação em comum em se tratando dos princípios atinentes à língua, à sua natureza e à sua relação com o que exprime.

Sobre a repercussão desse embate no âmbito da gramática, Vieira (2018) destaca que, a partir da dicotomia *natureza vs. convenção*, a tradição gramatical atenta-se para a forma e a função das palavras e, conseqüentemente, para as regularidades e irregularidades das formas linguísticas, o que leva à segunda discussão levantada pelos estoicos.

Para Neves (2002), a dicotomia *analogia vs. anomalia* lança as bases para o helenismo, a partir do momento em que se buscou observar, entre a linguagem e o pensamento, certas regularidades (analogias), responsáveis por unir os objetos às expressões que os designam. Todavia, no exame da linguagem, também são encontradas irregularidades (anomalias), e estas, para os analogistas, devem ser eliminadas da língua.

Consoante Vieira (2018), esse embate culmina nas noções de ‘certo’ e ‘errado’, trazidas pela tradição gramatical até os dias atuais, e pode ser analisado nos paradigmas verbais, por exemplo, uma vez que se observam flexões que não obedecem ao paradigma do qual o verbo faz parte (os chamados ‘verbos irregulares’). Segundo o estudioso, a partir de tal embate, são reformulados os paradigmas irregulares do grego e do latim, percebendo-se, assim, um posicionamento teórico que buscou reconstruir a correção linguística.

A permanência dessa ideia preconcebida do que é (in)correto na língua é reiterada por Bagno (2003), especialmente quando o linguista trata das prescrições da gramática normativa: para ele, a organização desta gira em torno do que é ‘belo’ e ‘certo’, principalmente pela presença do componente prescritivo (como a língua deveria ser empregada), em detrimento do descritivo (como ela é, de fato, empregada pelos falantes), idealizando e tentando preservar determinado modelo de língua.

Em suma, dessas reflexões, tem-se as bases das gramáticas alexandrinas, que dão continuidade ao pensamento filosófico da linguagem e instauram o que Vieira (2018, p. 10, grifo do autor) denomina *paradigma tradicional de gramatização* (PTG): o modelo responsável por nortear as gramáticas do Ocidente, “o mentor teórico-metodológico e socioideológico do que tradicionalmente vem se entendendo por *gramática* desde os gramáticos alexandrinos da Antiguidade aos gramáticos normativos brasileiros de hoje”. Isso teria ocorrido devido à tradição de trazer literatos renomados como exemplos da ‘arte’ de falar e de escrever, pois foi a partir de obras como *Iliada* e *Odisseia*, de Homero, por exemplo, que os gramáticos alexandrinos teriam estudado e documentado a língua (VIEIRA, 2018).

Desse modo, sobre o legado alexandrino e o período helenístico, Vieira (2018) destaca certa inovação em relação às investigações linguísticas anteriormente realizadas: para ele, os gramáticos alexandrinos são os responsáveis pela gramatização das línguas, desde a Antiguidade até os tempos hodiernos, ou seja, por meio dos estudos por eles empreendidos, tornou-se possível a instrumentalização das línguas com base na elaboração de gramáticas. Ao longo da tradição filosófica, manteve-se a preocupação com um ideal de língua, como comprova Neves (2002), ao sintetizar da seguinte maneira a origem da gramática no Ocidente: o ‘bem falar’ teria sido registrado nas obras de Homero, aprofundado pelos sofistas,

sistematizado por Aristóteles e gramatizado pelos alexandrinos. Ainda, Neves (2002) afirma que os textos analisados à época já não se tratavam do grego correntemente utilizado.

Essa anacronia entre a língua contemplada nas gramáticas e a língua em uso não é novidade, pois, como refere Bagno (2003), a gramática normativa da língua portuguesa, não raramente, utiliza-se de exemplos de aplicação das regras da língua a partir de escritores como Machado de Assis (1839-1908). Além disso, para Bagno (2003), é problemática a maneira como esses literatos são trazidos aos manuais gramaticais, já que os trechos (verdadeiramente monitorados, porque pertencem ao âmbito da escrita) seriam escolhidos de acordo com as crenças prévias dos autores desses manuais, em vez de se depreender as regras da língua a partir do uso feito pelos escritores.

Esse apreço dos alexandrinos pelos textos literários pode ser justificado, uma vez que, de acordo com Neves (2002), a noção de *analogia* ditava os rumos do pensamento gramatical da época por meio da busca de padrões. Visando à língua pura e regular que se queria conservar, foram elaborados paradigmas ainda hoje modelares para a gramática tradicional.

Segundo Vieira (2018), a Biblioteca de Alexandria pode ser considerada a concretização da influência linguístico-cultural do grego, pois abarcava inúmeros textos consagrados, sendo necessário que estes fossem descritos, classificados e, por vezes, reconstruídos. Desse estudo, surgem a *grammatiké*, ou ‘a arte de escrever’, e a descrição do grego homérico, pioneira na história ocidental. Para Vieira (2018), foram justamente as discrepâncias entre o grego homérico e os dialetos falados que provocaram o surgimento da tradição prescritivo-normativa nos estudos gramaticais.

Dentre os alexandrinos, merece destaque o filólogo Dionísio Trácio (170-90 a.C.), reconhecido como o autor da *Tékhne Grammatiké*, a primeira gramática de uma língua europeia (VIEIRA, 2018). Consoante Neves (2002), tal obra apresenta clara e exaustiva preocupação com a organização dos elementos da língua em quadros específicos, o que denota um pensamento que perdura. Nesse sentido, Vieira (2018) destaca a questão da terminologia gramatical tradicional, tributária ao trabalho de Dionísio Trácio.

O modo verbal, objeto de estudo da presente investigação, já era um fenômeno analisado pelos gregos, embora sob nomenclaturas diferentes, e compunha, junto com outras categorias, os quadros e as terminologias de que Neves (2002) e Vieira (2018) tratam.

Dionísio, por exemplo, define cinco modos verbais: (a) o *indicativo*; (b) o *imperativo*; (c) o *optativo*; (d) o *subjuntivo*; e (e) o *infinitivo* (NEVES, 2002). Veja-se que, dos cinco modos verbais propostos pelo filólogo alexandrino, três perpetuam-se na gramática da língua portuguesa até hoje: o indicativo, o imperativo e o subjuntivo. Anteriormente a Dionísio,

Protágoras já observava diferentes tipos de frases, elencando modalidades; Aristóteles, do mesmo modo, arrolou tipos de elocução; os estoicos, tendo como parâmetro a ideia de *proposição*, distinguiram desta outros tipos de frases; e os gramáticos alexandrinos, por sua vez, redirecionaram o estudo da categoria de *modo*, buscando analisá-la em formas gramaticais, atentando-se ao verbo – não mais à frase (NEVES, 2002).

Com isso em vista, percebe-se que o estudo do fenômeno linguístico em questão não é recente e que as modificações que podem ser observadas na investigação do modo verbal não se resumem à sua nomenclatura, estendendo-se ao objeto estudado: da análise da frase (como o fizeram Protágoras, Aristóteles e os estoicos) à análise do verbo (como o fizeram os alexandrinos), ou, mais especificamente, da frase às formas verbais atestadoras dessa categoria – o que parece ser mais uma das contribuições destes últimos estudiosos para a gramática tradicional atual, plena de quadros de flexões indicadoras de *pessoa*, de *tempo* e de *modo*, por exemplo.

Ainda sobre a gramática proposta por Dionísio Trácio, salienta-se seu cunho didático-pedagógico, especialmente na parte em que o filólogo se debruça sobre a questão da leitura – afinal de contas, a educação parecia um meio profícuo de se propagar e de se conservar o grego, uma língua influente a ponto de ser conservada por séculos, inclusive como língua franca no Império Romano. Embora não tenha sido propriamente uma gramática escolar, é provável que a *Tékhné* tenha inspirado esse gênero (VIEIRA, 2018), e, nesse sentido, pode-se pensar as diferentes funções que a gramática assume, como uma maneira de preservar uma língua. Em especial, pode-se pensar, dentre essas diferentes funções, o ensino da língua.

Para estudiosos como Vieira (2018), as similaridades do grego e do latim permitiram sua difusão, o que acontecera também entre este último e a língua portuguesa. Em síntese, o modelo gramatical greco-latino teria norteado a posterior produção de gramáticas, inclusive daquelas referentes ao português – isso em um salto centenário, já que a gramatização da língua portuguesa viria a ocorrer apenas no século XVI, com Fernão de Oliveira, em uma busca de romper com o latim.

Em consonância com Vieira (2018), no século XIII, o português começa, lentamente, a adquirir *status* de língua de cultura em Portugal, na medida em que se torna a língua do reino e que tem uma expressiva produção literária, em especial as trovas, e o advento da escrita em prosa. Percebem-se, assim, relações entre língua e poder, bem como entre língua e literatura – e é essa relação de poder, juntamente com um sentimento de nacionalismo, que vai estabelecer o português como a língua de Portugal, fazendo com que o latim perdesse seu espaço, embora permanecesse como modelo para a gramatização.

Eram três as finalidades das primeiras obras de instrumentalização da língua portuguesa: “a codificação, a normatização e a dignificação da língua materna dos portugueses, a qual poderia ser posta em regra e adquirir posição de destaque, se burilada de modo semelhante ao seu antepassado clássico, a língua latina” (VIEIRA, 2018, p. 108). Somado a isso, havia o objetivo de levar essa língua às terras colonizadas por Portugal, dentre elas o Brasil.

Obedecendo às finalidades supracitadas, pode-se mencionar a gramática de Fernão de Oliveira (1536), intitulada *Grammatica da lingoagem portuguesa*, considerada por Vieira (2018) o marco inicial da gramatização do português. Segundo o estudioso, a *Grammatica*, de Oliveira, pode ser considerada tanto uma gramática de usos – posto que seu autor a elabora a partir de um levantamento dos empregos da língua –, quanto uma gramática normativa, pois a esse levantamento acrescentam-se julgamentos. Além disso, Oliveira reivindicaria ao português *status* intelectual, reproduzindo padrões alexandrinos e consolidando sua obra como a primeira gramática portuguesa inspirada no PTG (VIEIRA, 2018).

Outra obra relevante para a compreensão do processo de gramatização do português é a *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros (1540). Comparando-a à obra de Fernão de Oliveira, Vieira (2018) observa a manutenção do intento de estabelecer o português como língua de cultura, assim como chega à conclusão de que a *Grammatica*, de Barros, apresenta, predominantemente, natureza prescritiva, em particular por emprestar do latim sua terminologia. Diferentemente da gramática de Oliveira, a obra de Barros apresentaria caráter didático, sendo seu objetivo preparar os aprendizes para o conhecimento do latim, ainda relevante, especialmente pelo poder da Igreja (VIEIRA, 2018).

Segundo Vieira (2018), durante muitos anos, o processo de gramatização da língua portuguesa não impactou o Brasil, e isso se deve ao fato de que o padrão de ensino do português se repetia nos países colonizados. Além disso, os educadores eram os padres jesuítas, e as línguas indígenas predominavam, sendo estas analisadas e inventariadas exclusivamente para fins de dominação.

Ainda de acordo com o estudioso, é entre os séculos XVII e XVIII, com o estabelecimento de operações comerciais e com a expulsão dos jesuítas do Brasil, que o português se estabelece como a língua de cultura brasileira (VIEIRA, 2018) e assim permanece, sendo considerada modelo até a independência do País, em 1822 (BAGNO, 2003).

O português no Brasil passa, assim, de uma língua pouco falada para uma língua idealizada e majoritária. Acerca desse processo, Bagno (2003) verifica uma série de procedimentos repressivos, tais como a censura do ensino de outras línguas no Brasil, decisão tomada por Marquês de Pombal em 1757. Para o linguista, no entanto, a Independência

brasileira não representa exatamente uma ruptura, um processo totalmente concluído, uma vez que alguns ditames da gramática normativa parecem, ainda, privilegiar formas linguísticas advindas da língua materna dos portugueses.

Como se pode perceber, a história da gramática tradicional é milenar e plena de retomadas e implicações. Sua complexidade vai muito além do anteriormente exposto, possibilitando diferentes e múltiplos recortes e percursos. O breve caminho aqui trilhado buscou privilegiar a origem da gramática no Ocidente e os princípios da gramatização da língua portuguesa, por considerar esses momentos primordiais para a compreensão do que a gramática propunha e ainda propõe.

Em síntese, observou-se a permanência do modelo gramatical grego nos diferentes momentos abordados, particularmente se se considerar a contribuição da tradição filosófica para a elaboração da terminologia gramatical. Do mesmo modo, pôde-se perceber a antiga e constante preocupação com a correção linguística, provocada pela análise das regularidades e das irregularidades da língua. A partir dessa preocupação, constatou-se a manutenção da ideia de uma língua ideal, pautada, muitas vezes, pelos textos literários e por certos modelos e paradigmas – nem sempre próximos da língua em uso. Além disso, observou-se a incontestável relação entre língua e poder, de modo particular na história da gramatização do português brasileiro: do latim ao português de Portugal e, finalmente, ao português do Brasil, revelando uma trajetória nem sempre disruptiva em relação ao passado. Destacam-se, ainda, as tentativas de aproximação entre tradição gramatical e ensino, com diferentes propósitos e em diferentes momentos, sem parecer ter havido um trabalho voltado especificamente para a efetivação dessa aproximação.

Em relação ao modo verbal, pôde-se perceber que essa categoria abarcou diferentes denominações ao longo do tempo e que, mais do que isso, evoluiu da análise de tipos de frases para a análise do verbo e de suas marcas – o que será devidamente investigado no próximo subcapítulo.

Ademais, permanece a constatação de que é preciso compreender de que maneira ocorre o uso da língua, indo além da listagem de suas formas, embora essa listagem venha contribuindo há séculos para a explicação do sistema de funcionamento de uma língua e, por conseguinte, para a instrumentalização dos diferentes idiomas existentes, sendo que estes apresentam-se sempre diferentes entre si e, por fim, para a autonomia e a concretização da história dos estudos da linguagem.

2.2 A ABORDAGEM DOS MODOS VERBAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA EM GRAMÁTICAS

Tendo em vista o propósito de investigar o tratamento dado aos modos verbais da língua portuguesa em algumas gramáticas, para se poder verificar como é prescrito/descrito esse fenômeno linguístico em tais compêndios que, muitas vezes, fundamentam o trabalho do professor de língua, bem como a elaboração de livros didáticos que chegam às salas de aula, faz-se necessário, inicialmente, observar os objetivos das obras aqui analisadas. É o que se faz a seguir.

Em relação ao que propõem Cunha e Cintra (2016), em sua *Nova gramática do português contemporâneo*, vale destacar que, já no prefácio, os autores manifestam o desejo de, por meio de sua obra, contribuírem para o ensino da língua portuguesa em diferentes países, o que pode ser explicado pela nacionalidade portuguesa de um dos gramáticos, Lindley Cintra. Assim, no texto preliminar da obra, há menções ao português padrão falado na África, no Brasil e em Portugal. As características gerais da gramática de Cunha e Cintra (2016, p. XXIV) são assim definidas pelos autores:

Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Não descaramos, porém, dos fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas.

Com isso, observa-se que a referida obra anuncia, de antemão, valer-se de exemplos literários para a explicação de fenômenos linguísticos, em um trajeto prospectivo do período literário denominado *Romantismo* para a contemporaneidade, embora desse período até os tempos atuais tenham decorrido cerca de dois séculos. Além disso, Cunha e Cintra (2016) utilizam a palavra ‘descrição’ reiteradas vezes em seu prefácio e, ainda que afirmem contemplar a linguagem coloquial, acabam por opô-la ao que definem como ‘forma culta’, explicitando o foco no português empregado no âmbito da escrita.

Sobre o estudo das classes de palavras, incluindo-se nelas os verbos, os gramáticos afirmam fazê-lo, inicialmente, analisando a palavra em sua forma e, na sequência, em sua função, estando esta relacionada, segundo os autores, aos princípios morfossintáticos da análise da língua (CUNHA; CINTRA, 2016).

Considerando-se, dentre outros aspectos, os focos etimológico e morfológico, assim como a presença de excertos literários na análise de fenômenos linguísticos, com o objetivo de

estabelecer um uso da língua em que predomine a correção linguística, em que se demonstre “a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. XXIV), a *Nova gramática do português contemporâneo* constitui-se uma gramática normativa da língua portuguesa.

Bechara (2019, p. 22), por seu turno, no prefácio da obra *Moderna gramática portuguesa*, afirma que seu compêndio é um manual para os usuários da língua em geral, tendo como propósitos “reunir para o leitor o maior número de fatos da nossa língua e descrevê-los ou apresentá-los segundo as melhores doutrinas, hauridas em mestres consagrados, nacionais e estrangeiros”.

O autor também anuncia valer-se de trechos literários para a composição de seu exemplário de usos da língua, e os literatos trazidos seriam aqueles considerados “mestres do idioma, os escritores mais atentos à língua exemplar” (BECHARA, 2019, p. 21). Ainda, o gramático em questão demonstra certa preocupação com a anacronia entre a língua contemplada nas gramáticas e a língua em uso, afirmando buscar a elucidação de fenômenos linguísticos que registrariam “fatos atuais” e que refletiriam “a evolução da língua” (BECHARA, 2019, p. 21). Para o “melhor uso do idioma”, enfim, seriam trazidos como exemplos “os melhores escritores do nosso tempo” (BECHARA, 2019, p. 21).

É importante ressaltar que, por meio de sua *Moderna gramática portuguesa*, Bechara (2019, p. 23) busca unir “a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sábia da gramática normativa”. A partir disso, o gramático propõe que se repense a nomenclatura gramatical vigente nas salas de aula e, nesse sentido, nota-se uma busca pela aproximação entre a gramática e o ensino da língua.

Considerando-se o supramencionado, em especial a manutenção de certas doutrinas, concepções e práticas, consideradas parte da tradição gramatical, como a permanência da nomenclatura desde o modelo gramatical grego (afinal de contas, mesmo que o autor sugira uma reformulação da terminologia, essa não chega a ser realizada), ou a exemplificação de fenômenos linguísticos via trechos literários, a obra de Bechara (2019), como afirma o próprio autor, visa a um aprimoramento da gramática normativa, sem deixar de sê-la.

Na obra *Gramática descritiva do português brasileiro*, de Perini (2016), percebe-se a preocupação em considerar como vem sendo feita a explanação de fatos da língua pelas gramáticas em geral. No prefácio, o autor adverte que sua obra é destinada a falantes nativos do português, em especial a alunos e professores de letras e de língua em todos os níveis; assim sendo, segundo o linguista, não careceria informar em demasia quem já sabe sobre determinado

assunto (uma questão relevante para se pensar, afinal, os estudantes da Educação Básica já são, de fato, falantes da língua portuguesa).

Perini (2016, p. 24) destaca que, para ele, a gramática é “uma disciplina científica, o que acarreta a necessidade de explicitar observações, argumentação e construção de hipóteses”. Segundo o autor, sua obra é um estudo científico da língua, com foco no português falado.

Na apresentação de sua gramática, Perini (2016) explica os princípios norteadores da análise que empreende. Nesse sentido, destacam-se, por melhor explicitarem a proposta da obra, algumas proposições.

Primeiramente, salienta-se o fato de o linguista afirmar que: “A gramática não é instrumento de aquisição da língua escrita” (PERINI, 2016, p. 29), mas constitui parte da formação científica dos estudantes, sendo necessária em sala de aula, especialmente por compreender noções relativas à estrutura e ao funcionamento da língua.

Na sequência, Perini (2016) afirma a necessidade de se descrever a língua falada, explicitando as diferenças e os contextos de uso do português falado e do português escrito, justificando a relevância prática do estudo que realiza em sua obra. Subsequente e conseqüentemente, o linguista menciona como outro princípio de sua gramática: “Estudar a língua como ela é” (PERINI, 2016, p. 35), demonstrando priorizar a descrição à prescrição da língua. Por fim, para o autor, o foco da gramática deve recair sobre a sintaxe e a semântica da oração.

Tendo em vista o objetivo de Perini (2016) de descrever a língua, em vez de prescrever seu uso, e o fato de que essa descrição privilegiaria as formas do português falado, distanciando-se das formas mais monitoradas e do exemplário tradicionalmente composto por excertos literários, e, em especial, por considerar a gramática um estudo científico que deve problematizar noções já cristalizadas, percebem-se claras diferenças entre a *Gramática descritiva do português brasileiro* e as anteriormente mencionadas.

Já a *Gramática de usos do português*, de Neves (2011, p. 14), tem o objetivo de “prover uma descrição do uso efetivo dos itens da língua, compondo uma gramática referencial do português” e visa a atingir tanto o falante comum, quanto o estudioso da língua.

Segundo a autora, a obra em questão propõe partir de itens lexicais e gramaticais da língua, desde o nível do sintagma até o nível do texto, observando o sentido constituído a partir do uso desses itens. Ainda, na apresentação da gramática, o leitor é avisado de que os fenômenos linguísticos tratados na obra são apresentados de acordo com as possibilidades de composição que os admitem. Nesse sentido, Neves (2011, p. 15) salienta que sua obra toma por base dois pontos: “1º) A unidade maior de funcionamento é o texto. 2º) Os itens são multifuncionais”.

Ademais, no que diz respeito à gramática de Neves (2011), destaca-se a divisão dos temas, que levam em consideração os processos de organização dos enunciados (a saber: a *predicação*; a *referenciação*; a *quantificação* e a *indefinição*; e a *junção*). Também chama atenção o fato de o exemplário da obra ser composto por diferentes escritos: “literaturas romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática, o que garante diversidade de gêneros e permite a abrangência de diferentes situações de enunciação, incluindo a interação, sendo notável a representatividade da língua falada” (NEVES, 2011, p. 14). Tais escritos, consoante a autora, são parte de uma base de dados do Centro de Estudos Lexicográficos da Universidade Estadual Paulista.

A crença de que os fenômenos linguísticos devem ser descritos a partir de seu uso efetivo e do sentido que constituem nas mais diversas construções em que são encontrados (o que culmina em uma divisão incomum de temas, ao menos aos olhos acostumados às gramáticas normativas), além da proposta de um exemplário que abarque diferentes situações de enunciação, mantendo-se em vista o texto como unidade de funcionamento da língua – e não a palavra ou a frase –, são pontos que distanciam a obra de Neves (2011) da tradição gramatical e, de certa forma, singularizam-na dos demais compêndios aqui analisados.

Feita essa explanação dos objetivos de cada uma das gramáticas selecionadas, passa-se a abordar especificamente o *verbo*.

2.2.1 O verbo

Segundo a gramática de Cunha e Cintra (2016, p. 393), o verbo “é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo”. Junto a essa definição, os autores trazem exemplos de verbos oriundos de excertos literários.

Cunha e Cintra (2016) também salientam que, na frase, o verbo cumpre, necessariamente, a função de predicado. Isso posto, nota-se que os autores partem da definição desse conceito para sua função sintática, sem atenderem-se a seu uso real, feito pelo falante da língua, sempre em determinada situação espaço-temporal, em relação com o *outro* e mantendo em vista a constituição de sentido.

Para Cunha e Cintra (2016), o verbo apresenta flexões, e, no capítulo reservado à classe dos verbos, observa-se especial atenção dedicada aos paradigmas de conjugação verbal e à sintaxe dos modos e dos tempos, o que resulta em uma extensa listagem das formas verbais admitidas na língua portuguesa.

Bechara (2019, p. 231), por sua vez, define *verbo* como “a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual o falar organiza seu significado lexical”.

Na sequência, o gramático trata de ‘categorias verbais’, baseando-se, para isso, em Jakobson. Segundo Bechara (2019, p. 232), as categorias verbais são “tipos ou funções da forma léxica mediante as quais se estabelecem as oposições funcionais numa língua”. Ao realizar essa abordagem, Bechara (2019) salienta a relevância das categorias de tempo, de modo, de pessoa e de número na constituição do verbo, afirmando que as primeiras consistiriam em um par indissociável, assim como as segundas.

Isso posto, observa-se, na perspectiva de Bechara (2019), a relevância dada aos morfemas atestadores das categorias verbais, principalmente se se considerar os exemplos trazidos pelo gramático, tais como: para elucidar o conceito de *pessoa*, são colocadas lado a lado as formas verbais “canto”, “cantas” e “canta”; para demonstrar a oposição de *número*, tem-se as formas “canto” e “cantamos”; e, para aclarar a categoria de *modo*, as formas verbais “canto” e “cante” são pareadas (BECHARA, 2019, p. 232). A essas comparações, segue uma sucinta observação sobre a categoria afetada em cada caso.

De acordo com a gramática de Perini (2016, p. 436), o *verbo* é uma palavra fácil de se identificar, devido a seus sufixos, exemplificados nas formas “andamos”, “andam”, “andava” e “andasse”. Ainda, o linguista salienta que os verbos são palavras que se opõem em tempo, modo, pessoa e número. Vale mencionar que, consoante Perini (2016), o sistema verbal do português falado é simplificado se comparado ao sistema verbal do português padrão. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de se pensar as diferenças entre a prescrição e o uso da língua.

Neves (2011), por seu turno, interliga intimamente *verbo* e *predicado*, definindo o primeiro como constituinte do segundo. De acordo com a autora, o *verbo* é parte essencial da oração, uma vez que “A construção de uma **oração** requer, [...] antes de mais nada, um **predicado**, representando basicamente pela categoria **verbo**” (NEVES, 2011, p. 25, grifos da autora).

Excetuando-se os verbos que modalizam, os que indicam aspecto e os que contribuem para exprimir tempo e voz, o *verbo* seria, para Neves (2011), uma parte deveras relevante nas predicções que se formam a partir da relação entre predicado, argumentos (participantes da relação predicativa) e demais elementos constituintes do enunciado.

De acordo com a autora, o predicado tem propriedades sintáticas e semânticas, e é a partir dessas propriedades que os verbos podem ser classificados – e não com base nas oposições tradicionais de número, pessoa, modo, tempo, aspecto e voz. Assim, Neves (2011)

propõe diferentes subclassificações para os verbos que constituem predicados, levando em consideração, por exemplo, aspectos semânticos, pragmáticos e morfossintáticos.

2.2.2 O número verbal

De acordo com os gramáticos Cunha e Cintra (2016), o número verbal diz respeito à característica do verbo de admitir as variações de singular e de plural. Para os autores: “Dizemos que um verbo está no singular quando ele se refere a uma só pessoa ou coisa e, no plural, quando tem por sujeito mais de uma pessoa ou coisa” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 394).

Os exemplos relacionados ao singular são os verbos “estudo”, “estudas” e “estuda”; enquanto, referentes ao plural, são trazidas as formas “estudamos”, “estudais” e “estudam” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 394). Todavia, esses verbos encontram-se fora de contexto, e não há, sequer, menção ao que eles se referem, ou ao seu sujeito gramatical, conforme consta na definição dos autores de *número verbal*.

Para Bechara (2019, p. 234), o número verbal, considerado categoria verbal, diz respeito “aos participantes no acontecimento comunicado e daí adquire capacidade quantificadora”. Ainda, para o gramático, essa categoria é ‘caracterizadora’, ou seja, é determinada linguisticamente, e não em relação ao discurso.

Em Perini (2016), a noção de *número*, descrita pelo linguista como uma categoria que mantém relação com quantidade de elementos, encontra-se atrelada ao nome, mais especificamente às questões atinentes à concordância nominal. No capítulo destinado à classe dos verbos, o linguista trata unicamente das variações de *pessoa*, de *tempo* e de *modo*.

Na *Gramática de usos do português*, de Neves (2011), verifica-se a ausência de um espaço próprio para essa variação verbal, uma vez que a apresentação dessa noção ocorre exclusivamente em capítulos destinados ao estudo de outras classes gramaticais, como os substantivos, os adjetivos e os pronomes, por exemplo.

2.2.3 A pessoa verbal

Consoante Cunha e Cintra (2016, p. 394), o verbo apresenta “três pessoas relacionadas diretamente com a pessoa gramatical que lhe serve de sujeito”, a saber:

1. A primeira é aquela que fala e corresponde aos pronomes pessoais *eu* (singular) e *nós* (plural) [...].
2. A segunda é aquela a quem se fala e corresponde aos pronomes pessoais *tu* (singular) e *vós* (plural) [...].
3. A terceira é aquela de quem se fala e

corresponde aos pronomes pessoais *ele*, *ela* (singular), *eles*, *elas* (plural) [...] (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 394, grifos dos autores).

Como exemplos da primeira pessoa verbal, os autores elencam os verbos “estudo” e “estudamos”; da segunda, “estudas” e “estudais”; e, da terceira, “estuda” e “estudam” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 394). Novamente, as formas verbais não aparecem contextualizadas, deixando ao leitor/estudioso da língua a difícil tarefa de observar a presença e o funcionamento das pessoas verbais nos exemplos mencionados. Além disso, na definição supracitada de *pessoa verbal*, os gramáticos parecem admitir a existência de (a) três *pessoas*, as quais estariam intimamente relacionadas com (b) a *pessoa gramatical*, sendo esta correspondente ao (c) *sujeito gramatical*. Nos exemplos, no entanto, não se consegue perceber ou compreender como essas noções estariam em jogo na flexão de pessoa verbal.

Com base em Jakobson, Bechara (2019, p. 234) define a categoria de *pessoa verbal* como aquela responsável por determinar “a relação dos participantes no acontecimento comunicado com os participantes no ato de fala”. Assim, a primeira pessoa verbal – *eu* – indicaria coincidência entre falante e participante no acontecimento comunicado, o que não ocorreria igualmente com a pessoa verbal *nós*; na segunda pessoa gramatical – *tu* e *vós* –, haveria coincidência entre ouvinte e participante no acontecimento comunicado; e, por fim, na terceira pessoa verbal – *ele(a)/eles(as)* – não haveria coincidência do participante com o falante (BECHARA, 2019). Por fim, para apresentar as pessoas gramaticais, o autor traz, fora de contexto, as flexões do verbo ‘cantar’ no tempo presente do modo indicativo.

Em Perini (2016, p. 346), observa-se a distinção entre *pessoa gramatical* e *pessoa do discurso*, sendo a primeira considerada “uma forma verbal, caracterizada por um sufixo particular, e associada a certos sintagmas nominais [...] e também a certos sufixos verbais”, e, a segunda, “o ser que emite um enunciado, ou que é o destinatário dele, ou que é mencionado nele – trata-se, como se vê, de entidades do mundo real”.

Nesse sentido, por propor e explicar tal diferenciação, a gramática de Perini (2016) destaca-se daquelas anteriormente analisadas, em especial porque, de acordo com o linguista, *pessoa gramatical* e *pessoa do discurso* não têm uma relação de correspondência simples.

Como caso de correspondência, Perini (2016, p. 347) analisa a frase “Eu vou sair agora”, explicando que *eu* é 1ª pessoa do discurso (enunciador) e 1ª pessoa gramatical (representada por um pronome de primeira pessoa do singular). Como exemplo de não correspondência, o linguista traz a frase “Você vai sair agora”, em que se observam a referência à 2ª pessoa do discurso (enunciatório) e a forma verbal associada à 3ª pessoa (tradicionalmente relacionada ao pronome *ele*) (PERINI, 2016, p. 347).

Segundo Perini (2016), o português falado apresenta uma variação de quatro pessoas gramaticais, sendo elas: *eu* – 1ª pessoa do singular; *ele/você* – 3ª pessoa do singular; *nós* – 1ª pessoa do plural; e *eles/vocês* – 3ª pessoa do plural. A partir disso, observa-se que, para o linguista, o paradigma da pessoa gramatical é basicamente composto por duas *pessoas* – aquele que fala (1ª pessoa); e aquilo de que se fala, juntamente com aquele com quem se fala (3ª pessoa).

Para Neves (2011), a pessoa gramatical é identificada pelos pronomes pessoais, sendo que estes também têm por função representar os papéis do discurso. Assim, a autora aborda essa noção no capítulo destinado ao estudo da classe dos pronomes pessoais. No quadro em que traz as três *pessoas* do singular e do plural, a autora, assim como o faz Perini (2016), inclui o pronome pessoal *você(s)*, mas considera-o pertencente à 2ª *pessoa*.

2.2.4 O tempo verbal

Na gramática de Cunha e Cintra (2016, p. 395), o tempo verbal é definido como “a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo”, ou, ainda, como “a propriedade que tem o verbo [...] de localizar o processo verbal no momento de sua ocorrência, referindo-o seja à pessoa que fala, seja a outro fato em causa” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 462).

Subsequentemente, os autores detalham aquilo que chamam de *tempos naturais*: o presente, o pretérito e o futuro, correspondendo o primeiro a “um fato ocorrido *no momento em que se fala*”; o segundo, “*antes do momento em que se fala*”; e, o terceiro, “*após o momento em que se fala*” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 395, grifos dos autores). Por fim, um esquema com os tempos compreendidos por cada modo verbal é apresentado, e são trazidas – mas não descritas – formas do verbo ‘estudar’.

Segundo Bechara (2019, p. 234), o tempo verbal é a categoria que exprime “a relação temporal do acontecimento comunicado com o momento do ato de fala; o presente encerra este momento, o passado é anterior, e o futuro ocorrerá depois deste momento”. O gramático também lista as subdivisões desses tempos, a saber: pretérito imperfeito, pretérito perfeito e pretérito mais-que-perfeito; e futuro do presente e futuro do pretérito – todos exemplificados por formas do verbo ‘cantar’, também fora de contexto.

Para Perini (2016, p. 317): “O tempo verbal tem a ver basicamente com a situação de eventos e estados no tempo cronológico”. Para explicar os tempos básicos, ou seja, o passado,

o presente e o futuro, o linguista utiliza-se, respectivamente, dos exemplos “O João trabalhou aqui”, “O João trabalha aqui” e “O João vai trabalhar aqui” (PERINI, 2016, p. 317).

No tratamento dos tempos verbais, Perini (2016) abarca tanto as formas simples, quanto as compostas (mais utilizadas na oralidade, segundo o linguista), alegando que elas não se diferenciam dos pontos de vista sintático e semântico.

Na sequência, Perini (2016, p. 319) define o presente como o tempo verbal que “expressa, basicamente, eventos ou estados atuais”. Além disso, são trazidas algumas variedades de expressão do *presente*, para além da função de “expressar um evento que se verifica no momento da fala” (PERINI, 2016, p. 319).

Ao tratar do tempo *futuro*, Perini (2016) não menciona variedades de expressão, apenas afirma que o futuro simples pode ser considerado restrito ao âmbito da escrita, sendo raramente utilizado na oralidade, uma vez que o tempo presente exprimiria, muitas vezes, fatos futuros.

Sobre o *passado*, o linguista enfoca as nuances entre pretérito perfeito e imperfeito, descrevendo a delimitação temporal (de descontinuidade e de continuidade, respectivamente) expressa por cada um desses tempos verbais (PERINI, 2016).

Em Neves (2011), a noção de *tempo verbal* é tratada, muito sucintamente, como uma propriedade da sentença e da enunciação, relacionando *evento* e *enunciação*, e, assim, ligando-se à dêixis.

2.2.5 O modo verbal

Segundo Cunha e Cintra (2016, p. 394): “Chamam-se modos as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia”.

Bechara (2019, p. 235), por seu turno, afirma que a categoria de modo verbal se encarrega de indicar “a posição do falante com respeito à relação entre a ação verbal e seu agente ou fim, isto é, o que o falante pensa dessa relação”. Como exemplo, o gramático elenca possibilidades: o falante pode considerar uma ação como realizada, hipotética, dependente de outra ou demandada, por exemplo. Dessas ‘posições’ originar-se-iam os modos verbais.

Em contraponto ao que postulam Cunha e Cintra (2016), Bechara (2019) aponta a existência de cinco modos verbais: o *indicativo*; o *subjuntivo (conjuntivo)*; o *condicional*; o *optativo*; e o *imperativo*. Ainda, com base em Coseriu, o gramático afirma que a categoria verbal de modo é determinada pelo discurso e afeta os participantes, sendo considerada ‘determinante de relação’, uma vez que “enquadra uma relação entre o acontecimento

comunicado e os participantes” (BECHARA, 2019, p. 233). Nesse sentido, parece haver muito a ser explorado ainda.

Perini (2016) aborda os modos verbais de acordo com as diferentes possibilidades de emprego desses modos em construções linguísticas. Para ele, por exemplo, há conectivos que só podem ser usados com o modo indicativo, como ‘já que’, em “Vou esconder o biscoito, **já que** o cachorro entrou” (PERINI, 2016, p. 300, grifos do autor); ou, ainda, como ‘antes que’, que exige o emprego do modo verbal subjuntivo, como em “Vamos entrar em casa **antes que chova**” (PERINI, 2016, p. 301, grifos do autor).

No que concerne à gramática de Neves (2011), faz-se relevante salientar que não há um espaço exclusivo para a abordagem dos modos verbais. Por tratá-los sempre em uma relação modo-temporal, exemplificando o emprego desses modos em diferentes construções linguísticas, como as denominadas ‘causais’, ‘eventuais’, ‘factuais’ e ‘contrafactuais’, por exemplo, pode-se perceber certa aproximação entre os estudos de Neves (2011) e de Perini (2016).

Ademais, nota-se que, em muitos casos, os modos indicativo e subjuntivo são comparados por Neves (2011), como ocorre nas construções causais introduzidas por ‘porque’, em que a autora defende que o indicativo é usado quando expressa causa real, enquanto o subjuntivo é empregado quando indica causa possível. A essa explicação, somam-se exemplos retirados de trechos literários: “E jamais nos livraremos dela [...] **porque fomos** incapazes de organizar o trabalho em benefício de todos” e “**Ou porque sentisse** necessidade de, primeiro, tomar um pouco de ar, **ou porque o seduzisse** a calçada larga e bem arborizada da Alameda Ibiruna, pôs-se a caminhar a passos lentos” (NEVES, 2011, p. 818-819, grifos da autora).

2.2.5.1 O modo indicativo

De acordo com a gramática de Cunha e Cintra (2016, p. 462), o modo verbal indicativo exprime “uma ação ou um estado considerados na sua realidade ou na sua certeza, quer em referência ao presente, quer ao passado ou ao futuro”. Partindo para o nível sintático, os autores afirmam que esse é o modo verbal correspondente à oração principal.

Na sequência, Cunha e Cintra (2016) listam os tempos verbais compreendidos pelo modo indicativo – presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente e futuro do pretérito – e elencam os principais empregos de cada um desses tempos. Novamente, ressalta-se que os exemplos aduzidos são, em sua maioria, excertos de obras literárias. Nesses exemplos, os verbos encontram-se destacados, mas cabe ao leitor

relacioná-los à explicação de cada tempo verbal compreendido pelo modo indicativo. Em suma, o que se observa é que o modo verbal indicativo, em Cunha e Cintra (2016), encontra-se intimamente relacionado à lista dos tempos verbais que o compõem.

Consoante Bechara (2019, p. 243), o modo indicativo é empregado “em referência a fatos verossímeis ou tidos como tais”. Na sequência, são trazidas as formas verbais “canto”, “cantei”, “cantava” e “cantarei” (BECHARA, 2019, p. 243), sem que se possa perceber nitidamente a verossimilhança atribuída ao modo verbal em questão. Ainda, para o gramático, o modo indicativo apareceria nas orações independentes e nas dependentes que expressam um fato real ou assim considerado (BECHARA, 2019). A essa afirmação, segue uma lista dos tempos verbais que compõem o paradigma do modo indicativo, bem como dos possíveis empregos desses tempos.

Na gramática de Perini (2016), pode-se afirmar que o modo indicativo é abordado, essencialmente, em comparação ao modo subjuntivo, conforme se observa na próxima subseção. Ainda, o linguista menciona ser o indicativo o modo da oração principal.

Em Neves (2011), o modo indicativo é aquele relacionado à expressão de grau de certeza que o falante confere a seu enunciado. Ademais, o tratamento do modo verbal indicativo, na gramática de Neves (2011), assemelha-se, em certa medida, à abordagem de Perini (2016), dado que a autora trata do emprego do indicativo em comparação ao uso do subjuntivo, atendo-se, principalmente, à diferença de sentido entre os referidos modos verbais (certeza e incerteza, respectivamente).

2.2.5.2 O modo subjuntivo

Ao tratar do modo verbal subjuntivo, Cunha e Cintra (2016, p. 479, grifos dos autores) contrastam-no com o indicativo, pontuando:

Quando nos servimos do modo indicativo, consideramos o fato expresso pelo verbo como *certo*, *real*, seja no presente, seja no passado, seja no futuro. Ao empregarmos o modo subjuntivo, é completamente diversa a nossa atitude. Encaramos, então, a existência ou não existência do fato como uma coisa *incerta*, *duvidosa*, *eventual* ou, mesmo, *irreal*.

Buscando elucidar essa diferença entre os modos verbais em questão, os gramáticos comparam construções como: “Afirmo que ela estuda” (no tempo presente do modo indicativo) e “Duvido que ela estude” (no tempo presente do modo subjuntivo); ou “Afirmo que ela

estudava” (no pretérito imperfeito do indicativo) e “Duvidei que ela estudasse” (no pretérito imperfeito do subjuntivo) (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 479).

Essas comparações não são explicadas, tampouco é considerada a totalidade das palavras na expressão da ideia de dúvida, característica, segundo os autores, do modo verbal subjuntivo. Sobre isso, pode-se, inclusive, observar que as formas verbais ‘duvido’ e ‘duvidei’, nos exemplos “Duvido que ela estude” e “Duvidei que ela estudasse” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 479), certamente colaboram para se exprimir incerteza, mesmo que estejam flexionadas no modo indicativo.

Na sequência, Cunha e Cintra (2016) partem para a explanação do emprego do modo verbal subjuntivo – emprego, esse, que parece imbricar-se com a sintaxe da língua, como se observa em:

Como o próprio nome indica, o subjuntivo (do latim *subjunctivus* “que serve para ligar, para subordinar”) denota que uma ação, ainda não realizada, é concebida como dependente de outra, expressa ou subentendida. Daí o seu emprego normal na oração subordinada. Quando usado em orações absolutas, ou orações principais, envolve sempre a ação verbal de um matiz afetivo que acentua fortemente a expressão da vontade do indivíduo que fala (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 480, grifo dos autores).

Assim, nota-se que, para os autores, o uso do subjuntivo encontra-se estreitamente ligado a determinadas construções: quando expressa uma ação dependente de outra, é empregado em orações subordinadas; já, quando expressa vontade, materializa-se em orações principais.

Na sequência, Cunha e Cintra (2016, p. 480) tratam do que nomeiam *subjuntivo independente*, isto é, casos em que o modo verbal subjuntivo é empregado em “orações absolutas, em orações coordenadas ou em orações principais”; e do que chamam de *subjuntivo subordinado*, arrolando os usos do modo subjuntivo, novamente, de acordo com as possibilidades sintáticas de seu emprego, quais sejam: nas orações substantivas, nas orações adjetivas e nas orações adverbiais (CUNHA; CINTRA, 2016).

Por fim, os autores tratam do que denominam *substitutos do subjuntivo*, apresentando construções alternativas e teoricamente equivalentes àquelas em que o modo verbal subjuntivo é tradicionalmente empregado; e dos tempos verbais compreendidos por esse modo: o presente do subjuntivo, o imperfeito do subjuntivo, o pretérito perfeito do subjuntivo, o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo, o futuro do subjuntivo simples e o futuro do subjuntivo composto.

O modo subjuntivo, também chamado ‘conjuntivo’, é tratado na obra de Bechara (2019) como o modo verbal que exprime fatos incertos. Os exemplos trazidos são as formas verbais de

‘cantar’: “talvez *cante*, se *cantasse*” (BECHARA, 2019, p. 243, grifos do autor). Sobre o emprego do subjuntivo, o autor elenca a ocorrência do referido modo verbal nas seguintes construções:

nas orações independentes optativas, nas imperativas negativas e afirmativas (nestas últimas com exceção da 2.^a pessoa do singular e plural), nas dubitativas com o advérbio *talvez* e nas subordinadas em que o fato é considerado como incerto, duvidoso ou impossível de se realizar (BECHARA, 2019, p. 303, grifo do autor).

Assim como ocorre na gramática de Cunha e Cintra (2016), Bechara (2019) elenca os diferentes usos do modo subjuntivo por meio da explanação das orações subordinadas substantivas, das orações adjetivas e das orações adverbiais.

Perini (2016, p. 293, grifos do autor), ao tratar do que expressa o modo subjuntivo em orações subordinadas com a presença da conjunção ‘que’, afirma: “Atribui-se tradicionalmente ao subjuntivo três tipos de significado: **persuasão, incerteza e emoção**”. A abordagem feita em Perini (2016) e ancorada em um estudo empreendido para o espanhol⁶ mostra-se diferente das demais investigadas porque é com base nesses três tipos de ‘significado’ expressos pelo modo subjuntivo que o linguista faz sua análise: ele os relaciona diretamente a determinadas orações subordinadas, como: (a) aquelas em que os verbos ou nomes que fazem parte da oração principal exprimem desejo de influenciar comportamentos, como em “A Marina **queria** que a Mônica almoçasse às 12 horas” (PERINI, 2016, p. 294, grifos do autor) – subjuntivo de persuasão; (b) aquelas cujos verbos ou nomes da oração principal expressam incerteza, dúvida ou negação, a exemplo de “É **possível** que Elvis esteja vivo” (PERINI, 2016, p. 295, grifos do autor) – subjuntivo de incerteza; e (c) aquelas em que os verbos ou nomes da oração principal expressam uma emoção, como em “O povo **teme** que venha aí outro pacote econômico” (PERINI, 2016, p. 297, grifos do autor) – subjuntivo de emoção. Ressalta-se, ainda, que, segundo o linguista, o falante não é responsável pelas intenções que motivam o emprego do subjuntivo: para Perini (2016, p. 295), “a intenção ou desejo de influenciar comportamento se aplica ao Agente do verbo ou nominal principal, não ao próprio falante”.

Tais exemplos são confrontados com construções em que o uso do modo indicativo é admitido, a exemplo da referida construção (a), comparada com “A Marina **sabia** que a Mônica almoçava às 12 horas” (PERINI, 2016, p. 294, grifos do autor), em que o linguista justifica o emprego do indicativo pelo fato de o verbo ‘saber’ exprimir certeza. Ademais, Perini (2016) distingue as noções de *asserção* e de *pressuposição*, relacionando a primeira ao modo indicativo

⁶ BULL, William. *Spanish for teachers: applied linguistics*. Nova York: Ronald, 1965.

(como em “Afirmando que o governo errou”), e a segunda ao subjuntivo (“Lamento que o governo tenha errado”) (PERINI, 2016, p. 298, grifos do autor): para o linguista, o indicativo estaria, enfim, relacionado à afirmação de uma crença do falante, enquanto o subjuntivo exprimiria os sentimentos do falante em relação a um fato, o qual teria sua veracidade inferida pelo ouvinte.

Isso posto, percebe-se, no estudo empreendido por Perini (2016) acerca dos modos verbais, a ênfase dada a termos que, quando utilizados, acabam por determinar o emprego de certo modo verbal. Em síntese, a abordagem de Perini (2016) destaca-se por, primeiramente, tratar do modo subjuntivo de acordo com os significados que este pode expressar e, em segundo lugar, por observar as relações de sentido entre as orações, enfatizando o que os verbos ou os nomes das orações principais exprimem.

Neves (2011), por sua vez, postula que é por meio do modo verbal subjuntivo que o falante pode marcar incerteza ao conteúdo do seu enunciado. Com isso em vista, observa-se que, no compêndio da estudiosa, o subjuntivo encontra-se sempre relacionado a construções que denotam (im)possibilidade, (im)probabilidade, eventualidade.

2.2.5.3 O modo imperativo

Sobre o modo verbal imperativo, Cunha e Cintra (2016) destacam, inicialmente, a existência de dois imperativos – um afirmativo, outro negativo. Com isso em vista, os gramáticos apontam as particularidades do modo verbal em questão, como a existência de formas verbais próprias do imperativo afirmativo apenas para a segunda pessoa gramatical, sendo as outras formas verbais, inclusive aquelas que compõem o paradigma do imperativo negativo, oriundas do modo subjuntivo.

Ainda, Cunha e Cintra (2016) abordam a ausência da primeira pessoa gramatical do singular – *eu* – nos paradigmas verbais do modo imperativo, justificando-a da seguinte maneira:

Como no imperativo o indivíduo que fala se dirige a um interlocutor, só admite este modo as pessoas que indicam *aquele a quem se fala*, isto é: a) as 2^{as}. pessoas do singular e do plural; b) as 3^{as}. pessoas do singular e do plural, quando o sujeito é expresso por pronomes de tratamento, como *você, o senhor, Vossa Senhoria*, etc.; c) a 1^a. pessoa do plural, que no caso denota estar o indivíduo que fala disposto a associar-se ao cumprimento da ordem, conselho ou súplica que dirige a outros (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 490, grifos dos autores).

Para os autores, a função principal do modo imperativo é “exortar o nosso interlocutor a cumprir a ação indicada pelo verbo”, e, nesse sentido, eles afirmam que o referido modo verbal é “mais o modo da exortação, do conselho, do convite, do que propriamente do comando,

da ordem”, apesar de o nome ‘imperativo’ remeter ao latim *imperare*, que significa ‘comandar’ (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 491).

Na sequência, são trazidos exemplos que exprimiriam ordens, comandos, exortações, conselhos, convites, solicitações, súplicas e hipóteses, sem que se possa perceber, nitidamente, as atenuações apontadas pelos autores. Para eles, os valores que o modo verbal imperativo pode indicar dependem “do significado do verbo, do sentido geral do contexto e, principalmente, da entonação que dermos à frase imperativa” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 492), mas a apreensão desses fatores parece caber ao leitor/estudioso da obra.

Destacando outra particularidade do modo imperativo, Cunha e Cintra (2016) salientam que, apesar de enunciado no tempo presente, esse modo verbal teria valor de futuro, pois a ação expressa pelo verbo estaria por acontecer.

Por fim, os gramáticos apresentam, como o fazem com o modo verbal subjuntivo, os substitutos do imperativo, apresentando diferentes formas de reforço e de atenuação da ordem expressa pelo modo verbal em questão (CUNHA; CINTRA, 2016).

Para Bechara (2019, p. 243), o modo imperativo é empregado “em relação a um ato que se exige do agente” e é exemplificado por meio da menção à forma verbal “cantai”. Mais uma vez, o exemplo trazido encontra-se fora de contexto, o que dificulta ao leitor a percepção do caráter de exigência que teria o modo verbal imperativo para o referido gramático. Além disso, vale pensar se o papel do interlocutor de uma situação em que o modo imperativo é empregado é, de fato, o de agente, sendo que, se a ação é exigida, não ocorrera ainda – e não há garantias de que ocorra.

Assim como Cunha e Cintra (2016), Perini (2016, p. 107, grifo do autor) dá destaque à questão do *sujeito* no modo imperativo, afirmando: “Quando o verbo está no modo **imperativo**, o sujeito pode ser, e geralmente é, omitido. Isso provavelmente tem algo a ver com o fato de que o sujeito do imperativo sempre se refere ao ouvinte, com ou sem inclusão do falante, e o verbo deixa cada caso bem claro”. Seguem-se a essa afirmação os exemplos “Lava esse carro, por favor” e “Vamos lavar esse carro” (PERINI, 2016, p. 108).

Em relação ao primeiro exemplo, o linguista aponta que o agente de ‘lavar’ é o enunciatário, enquanto, em relação ao segundo, o falante inclui-se como um agente da ação expressa pelo verbo. Isso posto, Perini (2016) também afirma que o *sujeito* não se faz necessário para o modo imperativo. Nesse sentido, novamente, pode-se questionar o que se entende por ‘agente’, uma vez que o enunciatário não tem obrigação alguma de ‘lavar o carro’. Da mesma maneira, pode-se pensar se, de fato, cabe considerar como dispensável o *sujeito* no modo verbal imperativo.

Ainda, sobre o imperativo, em Neves (2011), percebe-se a associação desse modo verbal à noção de *atos de fala* e, mais especificamente, ao ato de fala injuntivo (deôntico ou imperativo) ou a enunciados imperativos ou exortativos.

Nesta breve incursão pela abordagem dos modos verbais da língua portuguesa em diferentes gramáticas, foi possível notar o enfoque dado aos aspectos formais desse fenômeno linguístico. Tencionando analisá-lo sob o viés da *língua em uso*, parte-se para o capítulo em que são investigados os pressupostos teóricos da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

3 A ENUNCIÇÃO E OS MODOS VERBAIS

A partir da análise previamente realizada da abordagem dos modos verbais da língua portuguesa em diferentes gramáticas, verificou-se a necessidade de elucidar esse mesmo fenômeno linguístico sob a perspectiva de uma teoria que apresentasse potencial para colaborar com o ensino dos modos verbais da língua portuguesa, privilegiando o uso feito pelos falantes da língua, qual seja, a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

Destarte, inicialmente, apresenta-se um breve panorama da recepção dos estudos benvenistianos no Brasil, salientando-se as direções tomadas por tais estudos, dentre elas, sua aplicação à gramática; na sequência, define-se o conceito de *enunciação*, e subsequentemente, investiga-se as noções de *pessoa*, *subjetividade* e *tempo*, essenciais para se concretizar a proposta de uma perspectivação enunciativa dos modos verbais da língua portuguesa.

3.1 A ENUNCIÇÃO E A GRAMÁTICA: UMA PROPOSTA POSSÍVEL?

Émile Benveniste, nascido sob o nome de Ezra Benveniste (Alepo, Síria, 27 de maio de 1902), trocou seu nome em 1924, quando naturalizou-se francês. Para além do conhecimento de algumas intempéries pelas quais passou (parte delas envolvendo o fato de ser judeu), sabe-se que o referido linguista dedicou sua vida ao estudo da linguagem, destacando-se por substituir Antoine Meillet na disciplina de Gramática Comparada na École Pratique des Hautes Études, entre 1927 e 1969, e no Collège de France, em 1937, e por deixar uma expressiva produção bibliográfica⁷. Após um infarte, supostamente provocado por excesso de trabalho, e um acidente vascular cerebral, que deixou Benveniste paralisado e afásico, o linguista faleceu em 3 de outubro de 1976, na França (FLORES, 2013).

Émile Benveniste é considerado um dos fundadores da Linguística da Enunciação, área que compreende diferentes teorias, tendo estas um mesmo objetivo, como sintetizam Paveau e Sarfati (2006, p. 173): “As linguísticas enunciativas têm por fundamento comum uma crítica à linguística da língua e um desejo de estudar os fatos de ‘fala’: a produção de enunciados por locutores na situação real de comunicação”.

Sobre os primórdios dessa linguística, os autores afirmam: “A linguística da enunciação, em seu início, consistia, com efeito, em um conjunto de pesquisas que buscavam e analisavam

⁷ Consoante Flores (2013), com base em um levantamento realizado e publicado por Mohammad D. Moinfar, em 1975, Benveniste teria escrito 18 livros, cerca de 300 artigos, mais de 300 resenhas e 34 comunicações, além de outras publicações e manuscritos.

as marcas da enunciação na fala, marcas que são as ferramentas cuja função é inscrever na enunciação a subjetividade do locutor” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 174).

Muito embora essa busca por marcas da enunciação continue, é sabido que, atualmente, as ideias de Benveniste fundamentam muitas outras pesquisas – sejam elas de cunho linguístico ou não –; apesar disso, o pensamento do linguista francês nem sempre recebeu a devida atenção por parte dos estudiosos da língua.

Em relação à recepção do pensamento benvenistiano no Brasil, faz-se necessário destacar que esta é relativamente recente: consoante Flores (2017, p. 53), ao longo dos anos 1960, 1970, 1980 e parte dos anos 1990, a obra de Benveniste foi tratada de forma “parcial, dispersa e fragmentada”.

Para o estudioso, essa recepção parcial, dispersa e fragmentada se deve, em certa medida, à publicação tardia das obras de Benveniste no Brasil. Note-se que, embora o linguista francês tenha escrito um expressivo número de obras, estão publicados, em língua portuguesa, apenas os dois volumes dos *Problemas de linguística geral*, os dois volumes de *O vocabulário das instituições indo-europeias* e o livro *Últimas aulas no Collège de France*, sendo que, comparando-se as datas de publicação das referidas obras na França e no Brasil, há, no primeiro volume do *Problemas de linguística geral*, um hiato de dez anos; no segundo volume, quinze anos; e, na obra *O vocabulário das instituições indo-europeias*, vinte e seis anos. Esse espaçamento foi reduzido para dois anos em se tratando da recente publicação de *Últimas aulas no Collège de France* (FLORES, 2017).

Além desse atraso, Flores (2017) atesta, por parte dos linguistas, a falta de leitura do conjunto da obra de Benveniste, o que teria resultado em uma apresentação de ideias descontextualizada epistemologicamente. Nesse sentido, o estudioso afirma que a reflexão benvenistiana foi estudada em diferentes áreas, estas nem sempre adequadas às propostas do linguista francês. Conforme constata Flores (2017), ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990, houve certa assimilação das ideias de Benveniste em áreas como a análise do discurso, a linguística textual e a pragmática.

Em relação à análise do discurso, Flores (2017) observa certo reconhecimento à obra do linguista francês, na medida em que os estudos discursivos admitem, em Benveniste, a relevância da inclusão do *sujeito* nos estudos da linguagem. Esse reconhecimento, no entanto, viera acompanhado de críticas relacionadas a uma suposta concepção egocêntrica da *subjetividade*.

Segundo Flores (2017), Benveniste também é lido pelos pesquisadores da área da linguística textual no Brasil, especialmente com referências às investigações empreendidas em

relação aos pronomes e aos verbos. Para o estudioso, no entanto, essa leitura restringe-se ao campo da enunciação e contempla apenas algumas noções e termos desenvolvidos por Benveniste.

Em se tratando da pragmática, Flores (2017) salienta que, embora o linguista francês demonstrasse conhecimento acerca da discussão a respeito da semântica e da pragmática, sua obra não privilegiava tal assunto, o que resultou, novamente, em uma apropriação superficial do aparato metodológico benvenistiano por parte de outras áreas da linguística, sem a incorporação da totalidade da reflexão de Benveniste.

De parte dos anos 1990 para a atualidade, entretanto, pôde-se constatar uma mudança nesse panorama. Para Flores (2017), os indícios dessa mudança incluem: maior interesse pela obra de Benveniste em sua imanência; aumento da oferta de disciplinas relacionadas à teoria benvenistiana na pós-graduação, bem como da produção acadêmica envolvendo aspectos da teoria desenvolvida pelo linguista francês; e maior interesse na reflexão de Benveniste por parte de disciplinas conexas.

Sobre esse último indício, Flores (2017, p. 50) afirma:

Benveniste é um autor que ultrapassa limites disciplinares. Sua vasta obra não pode ser reduzida a um campo específico da linguística, nem mesmo a um tema específico. Seus estudos tratam de inúmeros aspectos da linguagem [...] e estão em relação com várias áreas do conhecimento [...].

Em suma, os teóricos da enunciação constataam que, atualmente, embora ainda reconhecido como o ‘linguista da enunciação’, Émile Benveniste vem sendo estudado por outros vieses e, inclusive, por outras áreas, tais como a filosofia, a antropologia, a psicanálise, a literatura e a história (FLORES, 2017), o que faria jus a uma reflexão que abarca a Teoria da Enunciação, mas não se encerra nela, contemplando temas como os estudos de linguística geral e de fenômenos sintáticos, lexicais e culturais, por exemplo (FLORES, 2013).

Aliás, sobre o rótulo de ‘linguista da enunciação’, faz-se necessário mencionar que *Teoria da Enunciação* não é uma expressão utilizada pelo linguista francês nos volumes de *Problemas de linguística geral*, entretanto é a ele que se atribui a autoria de tal teoria, devido ao que foi depreendido a partir dos seus estudos linguísticos (FLORES, 2013).

Para além do que denomina *linguística da enunciação stricto sensu*, isto é, a linguística cujo foco de reflexão é a enunciação, Flores (2017) menciona outros dois grandes eixos da recepção de Benveniste no Brasil atualmente: o eixo chamado de *teoria da linguagem*, em que há diálogo entre a área enunciativa e as ciências conexas e em que é levada em conta a totalidade

do pensamento benvenistiano acerca da linguagem; e o eixo em que é produzida uma *hermenêutica* da teoria, sendo esta analisada intrateoricamente.

A presente investigação situa-se no eixo *linguística da enunciação stricto sensu*, posto que a enunciação é o cerne para se (re)pensar os modos verbais da língua portuguesa. A proposta aqui apresentada – a de se verificar as possíveis contribuições da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa, partindo da análise da abordagem desse fenômeno linguístico feita em diferentes gramáticas e em livros didáticos – é, do mesmo modo, um dos caminhos que toma a recepção de Benveniste no Brasil.

A relação entre *enunciação* e *gramática* vem sendo explorada, por exemplo, por pesquisadores como Flores e Nunes (2012). No estudo em questão, denominado “Pode a enunciação contribuir para o ensino de gramática?”, os autores partem da ideia de que é possível afastar o binarismo *enunciação* e *gramática*, colocando-se em perspectiva o ponto de vista formal da língua a partir de uma teoria que privilegia os sentidos produzidos no discurso, na esteira de uma demanda atual: a de ‘modernizar’ o modo como se trabalha as gramáticas.

Ainda sobre a investigação desses aspectos da linguagem, não tão dicotômicos quanto podem parecer, destaca-se o Grupo de Estudos Enunciativos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujo objetivo é desenvolver princípios teórico-metodológicos para a descrição linguística sob o prisma da enunciação (FLORES *et al.*, 2020). A obra *Enunciação e gramática*, por exemplo, fruto das investigações empreendidas por esse grupo, apresenta análises de fenômenos linguísticos, tais como pronomes, verbos e preposições, pelo viés enunciativo, demonstrando um dos rumos tomados pelos estudos benvenistianos na contemporaneidade e, mais do que isso, corroborando a ideia de que é possível aliar esses dois aspectos do estudo da linguagem.

Considerando a enunciação o *uso* da língua e, a gramática, a *organização* da língua, Flores *et al.* (2020, p. 9) delineiam o percurso a se seguir para se aplicar os estudos da enunciação à descrição linguística: é preciso observar o uso e a organização da língua em determinada situação espaço-temporal, tendo em vista o *sujeito* que, promovendo arranjos linguísticos, enuncia e constitui sentidos.

Embora atestem a inviabilidade de se elaborar uma *gramática da enunciação*, uma vez que a própria noção de *enunciação* apresenta caráter de irrepetibilidade – ao contrário dos enunciados presentes nas gramáticas, os quais têm natureza repetível –, os autores afirmam que a enunciação tem uma gramática, se esta for entendida como “arranjo linguístico promovido pelo sujeito” (FLORES *et al.*, 2020, p. 37). Ademais, segundo os pesquisadores, na descrição

linguística pela ótica enunciativa, é preciso tratar do próprio ato de utilização da linguagem, embora este necessite do produto para ser investigado.

Em suma, sobre o ponto de vista enunciativo, os estudiosos apresentam dois aspectos metodológicos a serem considerados: (a) a *observação* – para Flores *et al.* (2020, p. 41), “a perspectiva enunciativa é levada desde sempre a supor que os sujeitos que falam uma língua não estão ausentes daquilo que dizem e, portanto, se marcam na estrutura do que dizem” –; e (b) a *descrição* do aspecto anterior, ou *fato* – “Constitui um fato enunciativo de linguagem todo o fenômeno que servir para explicitar a maneira pela qual o sujeito se marca naquilo que diz” (FLORES *et al.*, 2020, p. 41).

Para se descrever o fenômeno linguístico dos modos verbais sob o prisma da enunciação, parece necessário encará-lo como um *fato* enunciativo de linguagem, em que se pode perceber a presença do *sujeito* no emprego dessas estruturas. Da observação e da descrição dos modos verbais da língua portuguesa, buscar-se-á tratar do seu uso, feito pelo falante da língua, deixando-se perceber os aspectos implicados nesse uso, que é sempre feito em situações únicas e irrepetíveis de *pessoa, subjetividade e tempo*⁸.

Parece, por fim, que a Teoria da Enunciação se abriu para muitas possibilidades; inclusive, para a descrição linguística. Até aqui, realizou-se uma breve retrospectiva da recepção do pensamento benvenistiano no Brasil. No subcapítulo seguinte, é investigada a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

3.2 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE

A discussão e a definição do conceito de *enunciação* neste subcapítulo ancoram-se no artigo “O aparelho formal da enunciação” (1970), de Émile Benveniste, bem como em textos de estudiosos brasileiros da área.

O referido artigo, presente em *Problemas de linguística geral II*, datado de 1970, é, de acordo com pesquisadores como Flores (2013) e Toldo (2018), o único texto de autoria de Benveniste a trazer em sua discussão a palavra ‘enunciação’; além disso, os estudiosos salientam o fato de tal artigo abarcar reflexões anteriores feitas pelo linguista francês, sintetizando, assim, cerca de quarenta anos de investigações relativas à enunciação. Ainda, “O

⁸ Considerando-se que a análise proposta se utiliza de livros didáticos, a presente investigação limita-se ao estudo das noções de *enunciação, pessoa, subjetividade e tempo*, não abrangendo o aspecto espacial da enunciação.

aparelho formal da enunciação” constitui-se um texto destinado a linguistas⁹, apresentando uma discussão *stricto sensu* dos aspectos da enunciação.

Conforme mencionado anteriormente, atribui-se a Benveniste a autoria da Teoria da Enunciação, embora o linguista francês não tenha empregado tal expressão ao longo de seus estudos. Entretanto, em “O aparelho formal da enunciação”, tem-se, conforme atesta Flores (2013), a elaboração de uma definição textual da noção de *enunciação*: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Antes dessa definição, Benveniste (1989, p. 81, grifo do autor) problematiza as descrições linguísticas feitas à época, diferenciando o *emprego das formas* do *emprego da língua*, correspondendo o primeiro a “um conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis”, e o segundo, a “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Ainda, Benveniste (1989, p. 81) afirma que, a partir da descrição do emprego das formas, tem-se “um inventário que poderia ser, teoricamente, exaustivo, dos empregos como das formas, e em consequência uma imagem pelo menos aproximativa da língua em emprego”.

Para Toldo (2018), o *emprego das formas* diz respeito às relações internas da língua, tanto as de ordem sintagmática, quanto as de ordem paradigmática, e corresponde a uma parte necessária da descrição das estruturas linguísticas. Do mesmo modo, Flores (2013, p. 163) pontua que o estudo do *emprego das formas* abarca a “investigação das regras que fixam as condições sintáticas, das possibilidades paradigmáticas, das regras de formação, das correlações morfológicas, das possibilidades combinatórias, entre outras relações do âmbito da forma linguística”.

Em síntese, a descrição linguística pautada pelo emprego das formas, isto é, pelo inventário das possibilidades e das regras de uma língua, em muito se assemelha à descrição apresentada pelas gramáticas previamente analisadas, as quais arrolam as condições de emprego dos modos verbais, ora atendo-se, por exemplo, às estruturas sintáticas determinantes desse emprego e às intenções com que os modos verbais são utilizados – conforme se observa, predominantemente, em Cunha e Cintra (2016) e Bechara (2019) –; ora privilegiando as

⁹ “O aparelho formal da enunciação” foi publicado em março de 1970 na revista *Langages*. O texto, escrito a pedidos de Tzvetan Todorov, que organizava um número sobre o estudo da enunciação, destaca-se por ser destinado especificamente a um público de linguistas, uma vez que, conforme já referido, as reflexões de Émile Benveniste dialogam com outras áreas de conhecimento, e, não raramente, o linguista francês dirigia-se a outros estudiosos que não linguistas.

construções linguísticas em que são admitidos – como se pode perceber mais nitidamente em Perini (2016) e Neves (2011).

Em relação ao *emprego da língua*, ou seja, ao mecanismo que afeta a língua inteira (BENVENISTE, 1989), cabe destacar que este corresponde à *enunciação*, o que fica claro quando Benveniste (1989) traz, logo após a explanação desse emprego, a já referida definição de *enunciação*.

Sobre o *emprego da língua* e a *enunciação*, Flores (2013, p. 163, grifos do autor) afirma:

para Benveniste, a enunciação [...] é um *mecanismo total* que *afeta a língua inteira*; isto é, a enunciação não é [...] um nível a mais da análise linguística, uma vez que ela afeta a língua em seu conjunto. Entende-se, com isso, que ela é um ponto de vista da análise que considera o sentido, que incide em cada um dos níveis separadamente e/ou em inter-relação.

Posto que a enunciação é um ponto de vista da análise linguística que considera a totalidade da língua, passando por todos os níveis, é possível pensar que, embora Benveniste (1989, p. 81) trate o *emprego das formas* e o *emprego da língua* como “dois mundos diferentes”, ambos estejam inter-relacionados.

Nesse sentido, Toldo (2018, p. 431) conclui: “o emprego das formas traz o emprego das estruturas linguísticas disponíveis na língua e o emprego da língua é o mecanismo total, o aparelho formal da língua, que reúne todos os empregos das formas que, por sua vez, afeta a língua toda, a língua inteira”, sendo a relação do locutor com a língua determinante no emprego das formas e, conseqüentemente, na língua em uso.

Acerca do objeto de estudo da enunciação e da relação do locutor com a língua, Benveniste (1989, p. 82) afirma:

É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Esse ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação.

De antemão, pode-se aventar uma aproximação entre os modos verbais da língua e a noção de *enunciação*; afinal, se é “o ato mesmo de produzir um enunciado” que é o objeto da enunciação, e esse ato “é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (BENVENISTE, 1989, p. 82), as formas linguísticas correspondentes aos modos verbais encontram-se disponíveis para que o locutor as mobilize, de acordo com sua relação com a língua toda, tendo em vista o sentido que quer e pode constituir a partir das combinações feitas.

Após determinar o objeto de estudo da enunciação, Benveniste (1989, p. 82) afirma que o “processo” da enunciação pode ser estudado sob alguns aspectos, dentre os quais: (a) a realização vocal da língua; (b) a semantização da língua; e (c) o quadro formal de sua realização.

Sobre o primeiro aspecto, Benveniste (1989, p. 82) destaca que este é o “mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação”. Para o linguista, os sons da língua são sempre oriundos de atos individuais; todavia, na prática científica, busca-se a obtenção de uma imagem média de sons, objetivo que é dificultado pela existência de traços individuais. Ainda, Benveniste (1989) salienta que tais diferenças têm origem na diversidade de situações enunciativas.

Consoante estudiosos como Flores (2013), apesar de Benveniste tratar do aspecto da *realização vocal da língua* de modo significativamente conciso, o linguista francês teria deixado o estudo das especificidades desse aspecto como um desdobramento ainda a ser realizado.

Acerca da *semantização da língua*, segundo aspecto sob o qual a enunciação pode ser estudada, Benveniste (1989, p. 83) adverte:

A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é ver como o “sentido” se forma em “palavras” [...]. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância.

Para Flores (2013), tal aspecto remete aos modos *semiótico* e *semântico* da língua e às reflexões benvenistianas sobre *forma* e *sentido* na linguagem.

Por fim, destaca-se o aspecto do *quadro formal da realização da enunciação*, uma vez que esta é a abordagem feita por Benveniste (1989, p. 83) no artigo em análise, em que são apontados os caracteres formais da enunciação, e em que são considerados “o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização”. Esse ‘ato’ “introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 83), posto que o locutor é responsável por colocar a língua em funcionamento.

Segundo Toldo (2018, p. 429, grifos da autora), deve-se pensar a enunciação como, simultaneamente, ‘ato’ e ‘processo’: “*Ato* diz respeito à relação do locutor com a língua, em dada situação comunicativa, esta sempre nova, única, singular, irrepetível; *processo*, algo que se renova a cada instância de discurso, quando o aparelho da língua é colocado em funcionamento”, tendo em vista a constituição de sentido a cada enunciação.

Ao tratar da relevância do locutor no processo de enunciação, Benveniste (1989, p. 83-84) afirma: “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno”. Assim, o locutor, ao apropriar-se da língua, até então mera virtualidade, transforma-a em discurso, possibilitando uma enunciação de retorno e, por conseguinte, o estabelecimento de um processo comunicativo.

Ressalta-se que, consoante Benveniste (1989, p. 84, grifo do autor): “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário”, pois, a partir do momento em que o locutor assim se apropria da língua, “ele implanta o *outro* diante de si”. Em síntese, a enunciação supõe diálogo (FLORES, 2013), sendo este estabelecido a partir da possibilidade de referir e correferir pelo discurso:

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Acerca do processo de *apropriação*, o qual ocorre por meio do que Benveniste (1989) denomina *índices específicos e procedimentos acessórios*, o linguista francês afirma:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro (BENVENISTE, 1989, p. 84, grifo do autor).

A *apropriação* da língua, para Benveniste (1989, p. 84), “introduz aquele que fala em sua fala”, fazendo com que haja um centro de referência interno a cada instância de discurso. Como propõe o linguista, a presença do locutor na enunciação manifesta-se, primeiramente, por meio de formas específicas, incumbidas de colocar o locutor em relação com sua enunciação.

Nesse sentido, Benveniste (1989, p. 84, grifos do autor) destaca os *índices de pessoa* (a relação *eu-tu*), produzidos exclusivamente na e pela enunciação: “o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário”.

Na sequência, Benveniste (1989, p. 84, grifos do autor) trata do que denomina *índices de ostensão*, a exemplo de pronomes e advérbios “(tipo *este, aqui, etc.*), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo”, isto

é, formas que, em dependência estreita com a instância discursiva, são engendradas e reengendradas a cada enunciação, sempre designando algo novo.

Segundo o pensamento de Benveniste (1989, p. 85), os *índices de ostensão* têm estatuto de *indivíduos linguísticos*, pois são “formas que enviam sempre e somente a ‘indivíduos’, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos. Ora, o estatuto destes ‘indivíduos linguísticos’ se deve ao fato de que eles nascem de uma enunciação”.

Junto aos índices de *pessoa* e de *ostensão*, Benveniste (1989) destaca outros termos que dizem respeito à enunciação: as *formas temporais*. Sobre essas formas, o linguista afirma:

Uma terceira série de termos que dizem respeito à enunciação é constituída pelo paradigma inteiro – frequentemente vasto e complexo – das formas temporais, que se determinam em relação a *EGO*, centro da enunciação. Os “tempos” verbais cuja forma axial, o “presente”, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário (BENVENISTE, 1989, p. 85, grifo do autor).

A partir disso, pode-se observar que, de fato, as formas temporais são trazidas às gramáticas em vastos e complexos paradigmas verbais. Sob a ótica enunciativa, todavia, essas formas podem ser explicadas a partir da relação do locutor com a língua, sendo que este é o centro da enunciação. Ademais, nota-se que, a partir da enunciação, tem-se o tempo *presente*, forma essencial para que se conceba a existência de outros tempos e para a colocação da língua em funcionamento.

Em suma, para Benveniste (1989), há classes de signos comandadas, levadas à existência, pela enunciação, em uma estreita relação com o *aqui-agora* do locutor, dentre elas, as formas temporais. Essa terceira série de termos a que Benveniste (1989) se refere será tratada em um subcapítulo à parte, haja vista que a noção de *tempo* é cara a esta pesquisa, por fundamentar o que se entende por modos verbais, conforme analisado no capítulo anterior, em que se verificou a abordagem dos modos verbais da língua portuguesa em diferentes gramáticas.

Em relação aos *procedimentos acessórios*, relevantes para o processo de *apropriação* da língua, Benveniste (1989, p. 86) afirma:

Além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas. Desde que o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções.

A partir disso, pode-se mudar a perspectiva como são encaradas as grandes funções sintáticas: de acordo com Benveniste (1989), estas têm origem na/a partir da enunciação,

conforme a relação do locutor com a própria língua e com o alocutário; logo, não são formas estanques e dadas *a priori*, como podem parecer se analisadas fora de contexto e dentro do grande inventário da língua que as gramáticas abarcam.

Isso posto, é necessário enfatizar que, consoante Flores (2013), os procedimentos acessórios dizem respeito à língua toda, à singularidade de cada análise linguística, sendo muitos os mecanismos que podem ser tomados como procedimentos da enunciação.

Como exemplos de *procedimentos acessórios*, Benveniste (1989) menciona: (a) a *interrogação*, construção que suscita uma resposta por parte do alocutário; (b) a *intimação*, que corresponde a ordens e apelos, observada em categorias como o modo verbal imperativo, implicando “uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 86); (c) a *asserção*, que manifesta a presença do locutor por meio da comunicação de uma certeza; e (d) as *modalidades formais pertencentes aos verbos e à fraseologia*. Assim sendo, percebe-se que, na enunciação, o locutor dispõe de um aparelho de funções que possibilitam-no servir-se da língua e exprimir-se, seja para suscitar uma resposta, seja para dar ordens, ou ainda, para comunicar uma certeza.

Dentre tais procedimentos, destacam-se os modos verbais, os quais, de acordo com Benveniste (1989, p. 87), “enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão)”. Veja-se que, se enunciam atitudes do enunciador em relação ao ângulo daquilo que ele enuncia, os modos verbais podem ser considerados uma categoria em íntima dependência da enunciação, pois originam-se a partir de um *eu* que enuncia para um *tu*, em determinada e irrepitível situação espaço-temporal e a partir da relação do locutor com a totalidade da língua e com o sentido que ele tenciona constituir.

Acerca dos já mencionados instrumentos de realização da enunciação, Flores (2013) chama atenção para o fato de que, no artigo em análise, Benveniste emprega a expressão *aparelho formal da língua*, e não *aparelho formal da enunciação* (com exceção do título do texto). Como o estudioso conclui, “o locutor se apropria da língua, do *aparelho formal da língua*, para construir com ela um *aparelho de enunciação*” (FLORES, 2013, p. 168, grifos do autor), utilizando-se, para isso, de *índices específicos e procedimentos acessórios*. A partir disso, Flores (2013) postula que o aparelho formal da enunciação é construído a cada enunciação, a partir do aparelho formal da língua.

Além disso, Benveniste (1989) estabelece como característica da enunciação *a acentuação da relação discursiva com o parceiro*, sendo que este pode ser real, ou não, individual ou coletivo. Para o linguista francês, essa relação discursiva constitui o *quadro figurativo* da enunciação, cuja estrutura consiste no *diálogo*: “Como forma de discurso, a

enunciação coloca duas 'figuras' igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 87).

A partir disso, Benveniste (1989) analisa o caso do *hain-teny* dos Merinas, uma disputa verbal que envolve citações de provérbios. Para o linguista francês, mesmo que essa disputa tenha a aparência de um diálogo, ela não se trata nem de diálogo, nem de enunciação, já que, nesse caso, o locutor apenas reproduz algo que já foi dito, sem enunciar-se e sem haver referência ao objeto de debate.

Já o *monólogo*, para Benveniste (1989), é, apesar de sua aparência, uma forma de *diálogo interiorizado*, posto que conta com um *eu locutor* e com um *eu ouvinte*. Nesse sentido, o linguista salienta que este último se manifesta diferentemente segundo os idiomas, mas que sempre assume uma forma *pessoal*, podendo substituir o *eu locutor*, em uma alternância de *primeira pessoa*.

Sobre o fenômeno denominado por Malinowski de *comunhão fática*, caso em que a linguagem assume exclusivamente uma função social, Benveniste (1989) afirma ser este o limite do diálogo, posto que a *comunhão fática* é por ele considerada uma troca linguística criada e mantida por uma enunciação que se volta sobre si mesma.

Destarte, a partir dos casos analisados por Benveniste (1989), observa-se que, para haver enunciação e diálogo, como ocorre no *monólogo*, mas não no *hain-teny*, é preciso haver um *eu* e um *tu*. Além disso, é preciso que haja referência ao objeto de debate, o que estaria ausente no caso da disputa de provérbios e na *comunhão fática*.

Dessa problematização, tem-se uma noção da relevância do *quadro figurativo* como traço geral da enunciação, juntamente com o aspecto vocal, com o aspecto de conversão da língua em discurso e com o aspecto único e individual, que pressupõe um ato de apropriação da língua, conforme sintetiza Flores (2013).

Sobre este último traço, reitera-se os já abordados caracteres formais da enunciação, que delineiam um caminho metodológico para a análise enunciativa, sintetizado da seguinte maneira por Flores (2013): é preciso partir do ato, para se examinar a situação e, por fim, descrever os instrumentos de realização do ato.

Isso posto, aborda-se, na sequência, as noções de *pessoa* e de *subjetividade*, consoante os postulados benvenistianos.

3.3 A PESSOA E A SUBJETIVIDADE EM BENVENISTE

Neste subcapítulo, a abordagem das noções de *pessoa* e de *subjetividade* baseia-se, fundamentalmente, em três textos de Émile Benveniste, quais sejam: “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946); “A natureza dos pronomes” (1956); e “Da subjetividade na linguagem” (1958). Do mesmo modo, são trazidas à discussão reflexões de pesquisadores desses temas, tão caros à Linguística da Enunciação.

Os referidos textos, presentes em *Problemas de linguística geral I*, foram selecionados em virtude de sua relevância para a discussão aqui proposta: em “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, tem-se a primeira menção à distinção *pessoa/não pessoa*; em “A natureza dos pronomes”, a investigação desse par é retomada por meio da descrição dos índices que identificam a *pessoa* e a *não pessoa* – o sistema pronominal pessoal –; e, em “Da subjetividade na linguagem”, observa-se, já no título, a presença da *subjetividade*, temática ainda não abordada nos estudos linguísticos feitos à época (FLORES, 2013).

Ademais, em “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, Benveniste (2005, p. 247) trata do par *pessoa/não pessoa* a partir da análise do *verbo*, categoria que, junto ao pronome, é “a única espécie de palavra submetida à categoria da pessoa”, como se comprova nos paradigmas verbais das gramáticas previamente analisadas, as quais, em sua maioria, situam a *pessoa* como uma das flexões verbais, assim como o *tempo*, o *modo* e o *número*.

No texto em questão, a reflexão de Benveniste (2005) parte, inicialmente, de uma constatação: em todas as línguas em que há verbos, a classificação das formas da conjugação se dá segundo a referência à *pessoa*, distinguindo-se, como ocorre na língua portuguesa, três no singular e três no plural (*eu, tu e ele* – correspondendo, respectivamente, à 1ª, à 2ª e à 3ª pessoa do singular –; e *nós, vós e eles* –, à 1ª, à 2ª e à 3ª pessoa do plural). Tal classificação, de acordo com o linguista, é herança da gramática grega.

A essa constatação, segue uma instigante crítica de Benveniste (2005) à uniformidade com que são apresentadas as pessoas verbais nos paradigmas dos verbos: para ele, a classificação dessas três *pessoas* deve ser repensada, pois obedece a critérios estritamente lexicais:

Há sempre três pessoas e não há senão três. Entretanto, o caráter sumário e não-linguístico de uma categoria assim proposta deve ser denunciado. Ao alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme “pessoas” definidas pela sua sucessão e relacionadas com esses *seres* que são “eu”, “tu” e “ele”, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudo-linguística diferenças de natureza *lexical*. Essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o

conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas (BENVENISTE, 2005, p. 248, grifos do autor).

Com isso em vista, retoma-se, brevemente, o tratamento dado à noção de *pessoa* nas gramáticas aqui investigadas, a fim de se observar como são apresentadas e classificadas as pessoas verbais.

Em Cunha e Cintra (2016), por exemplo, constatou-se a admissão da existência de três *pessoas*, relacionadas, mas não equivalentes, à *pessoa gramatical*, a qual corresponderia ao *sujeito gramatical*. Todavia, como afirma Benveniste (2005), não há informações acerca das relações implicadas entre essas *pessoas*.

Bechara (2019) e Perini (2016) diferenciam-se por explanarem de maneira mais aprofundada as relações estabelecidas pela pessoa verbal: o primeiro aborda a noção de *pessoa* com base na coincidência/não coincidência entre falante e participante no ato comunicado; o segundo, por seu turno, estabelece uma distinção entre *pessoa gramatical* (forma verbal) e *pessoa do discurso* (entidade do mundo real), salientando casos de correspondência e de não correspondência entre essas noções.

Em Neves (2011), observa-se a existência de uma *pessoa gramatical*, identificada pelos pronomes pessoais; além disso, a autora considera que estes podem representar os papéis do discurso – os pronomes cumprem, assim, dupla função: gramatical e discursiva.

O que Benveniste (2005) propõe, no entanto, é que não se considere essas *três pessoas* como iguais, uniformes. Para além disso, o linguista conclui que é preciso pensar a necessidade dessa categoria, o conteúdo que ela implica e as relações que, nela, estão em jogo. Assim, a partir da observância da oposição entre as formas *eu*, *tu* e *ele*, Benveniste (2005) instaura a distinção *pessoa/não pessoa*.

Com base em exemplos da gramática árabe, em que se percebe uma disparidade entre a terceira *pessoa* – *ele* – e as duas primeiras – *eu* e *tu* –, o linguista francês adverte: contrariamente ao que se crê, a relação entre essas três *pessoas* não é homogênea.

Acerca da primeira *pessoa*, Benveniste (2005, p. 250, grifos do autor) afirma:

Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”.

Em contrapartida, a terceira *pessoa*, isto é, a *não pessoa*, não faria parte da relação *eu-tu*: “Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do ‘eu-tu’; essa

forma é assim exceptuada da relação pela qual ‘eu’ e ‘tu’ se especificam” e remata: “Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como ‘pessoa’”(BENVENISTE, 2005, p. 250).

Para o linguista francês, a forma da *não pessoa* comporta um enunciado sobre alguém ou algo, mas não refere uma ‘pessoa’ específica. Essa ‘ausência’ é comprovada, por exemplo, no fato de que as formas verbais concernentes à 3ª *pessoa* podem ser empregadas para conferir impessoalidade a um texto, ou, ainda, para acrescentar uma aposição ao conteúdo de um enunciado (BENVENISTE, 2005).

Analisando os princípios que fundamentam tal oposição, Benveniste (2005, p. 253) evidencia características presentes nas *peçoas eu e tu* e ausentes na *não pessoa*: em primeiro lugar, o linguista menciona a *unicidade específica* das formas pessoais: “o ‘eu’ que enuncia e o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez únicos. ‘Ele’, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum”, o que explica o fato de as formas verbais concernentes à 3ª *pessoa* assumirem diferentes sujeitos gramaticais, ou, ainda, de serem empregadas como marca de impessoalidade, por exemplo.

Subsequentemente, Benveniste (2005) menciona outra característica distintiva do par *peçoas/não peçoas*: a *inversibilidade*. Consoante o linguista, “o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’”(BENVENISTE, 2005, p. 253), o que não ocorre com a *não peçoas*, posto que não faz parte da relação *eu-tu*.

Aprofundando-se na análise das diferenças entre as *peçoas*, o linguista francês chega ao que denomina *correção de personalidade*: para ele, *eu* e *tu* apresentam marca de *peçoas*, o que se faz ausente em *ele* (BENVENISTE, 2005).

Embora lado a lado, tratados como par – afinal, ambos se caracterizam pela marca de *peçoas* –, os pronomes *eu* e *tu* também se opõem, de acordo com Benveniste (2005, p. 255, grifos do autor), pela *correlação de subjetividade*: “O que diferencia ‘eu’ de ‘tu’ é, em primeiro lugar, o fato de ser, no caso de ‘eu’, *interior* ao enunciado e *exterior* a ‘tu’, mas exterior de maneira que não suprime a realidade humana do diálogo”.

Posto que, quando enuncia, *eu* estabelece uma relação com um *tu*, as qualidades de *interioridade* e de *transcendência* pertencem ao *eu* e são passíveis de inversão em *tu*, possibilitando, assim, o diálogo. Nesse sentido, Benveniste (2005, p. 255, grifos do autor) sintetiza: “Poder-se-á, então, definir o *tu* como a peçoas não subjetiva, em face da peçoas subjetiva que *eu* representa; e essas duas ‘peçoas’ se oporão juntas à forma de ‘não-peçoas’”.

Considerando-se a marca de *peçoas* inerente a *eu* e a *tu*, bem como a subjetividade que é própria a *eu*, reitera-se que, por certo, 1ª, 2ª e 3ª *peçoas* (ou seja, *não peçoas*) não são equivalentes, devendo ser assim abordadas.

Em um estudo sobre análises linguísticas do verbo, Flores *et al.* (2020) constatam que, quando se trata do paradigma temporal verbal sob um viés estritamente morfológico, sem se considerar a enunciação e o que ela implica, pode-se observar rupturas e falhas. Do mesmo modo, tais rupturas e falhas parecem ocorrer em se tratando da categoria de *pessoa* no paradigma verbal.

A título de exemplo, retomando-se a análise de gramáticas previamente realizada, percebeu-se a presença do pronome *você(s)* nos paradigmas verbais das obras de Perini (2016) e Neves (2011). Enquanto o linguista considera esse pronome como pertencente à 3ª *pessoa*, a estudiosa reconhece-o como concernente à 2ª *pessoa*.

Assim, parece haver duas concepções diferentes em jogo: (a) uma estritamente morfológica, cujo critério é formal, que inclui o pronome *você(s)* na 3ª *pessoa*, de acordo com as formas verbais correspondentes a esse pronome – as mesmas de *ele/ela*; e (b) a ideia de que, para além das formas verbais, o pronome *você(s)* é, discursivamente, equivalente a *tu*, o que acaba por incluí-lo como 2ª *pessoa*. Veja-se que, se *você(s)* é 3ª *pessoa* – a *não pessoa* benvenistiana –, não pertence à relação *eu-tu* e não poderia designar o interlocutor.

Prosseguindo com a análise dos pronomes pessoais, Benveniste (2005) adverte que a passagem das formas pronominais do singular para o plural não é paralela, ou seja, não indica simplesmente ‘pluralização’.

Atendo-se à primeira *pessoa*, o linguista afirma: “a unicidade e a subjetividade inerentes a ‘eu’ contradizem a possibilidade de uma pluralização” (BENVENISTE, 2005, p. 256). Disso decorre que o pronome *nós* indica “uma *junção* entre o ‘eu’ e o ‘não-eu’, seja qual for o conteúdo desse ‘não-eu’” (BENVENISTE, 2005, p. 256, grifo do autor). Ainda, o linguista postula que, como não há *nós* sem *eu*, este predomina, pois a ele o elemento *não-eu* está sujeito. Resumidamente: “‘nós’ não é um ‘eu’ quantificado ou multiplicado, é um ‘eu’ *dilatado* além da pessoa estrita, ao mesmo tempo acrescido e de contornos vagos” (BENVENISTE, 2005, p. 258, grifo do autor).

Já em relação à 2ª *pessoa* – *vós* –, consoante Benveniste (2005), é possível admitir uma generalização de *tu*, metafórica ou real. Quanto à *não pessoa*, isto é, a 3ª *pessoa*, esta admite um verdadeiro plural, exprimindo ilimitação. Desse modo, o linguista francês propõe que se interprete o singular e o plural na ordem da *pessoa* pela seguinte distinção: *pessoa estrita*, correspondendo ao singular, e *pessoa amplificada*, ao plural.

Conforme já mencionado, no texto “A natureza dos pronomes”, Benveniste (2005) retoma as reflexões acerca do par *pessoa/não pessoa*, o qual lança as bases para a discussão das noções de *pessoa* e de *subjetividade*. Nesse texto, o linguista cumpre com o que anunciara dez

anos antes, em “Estrutura das relações de pessoa no verbo”: “O pronome [...] tem tantos outros caracteres que lhe pertencem particularmente e comporta relações tão diferentes que exigiria um estudo independente” (BENVENISTE, 2005, p. 247).

Ao abordar os pronomes, Benveniste (2005), primeiramente, atesta a universalidade dessas formas, já que todas as línguas apresentam pronomes, e, a partir disso, situa o problema dessa classe no âmbito da linguagem. Na sequência, o linguista salienta que essa não é uma mesma classe, nem formal, nem funcionalmente, visto que os pronomes constituem espécies diferentes: “Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, 2005, p. 277).

Em se tratando especificamente dos pronomes pessoais, Benveniste (2005) previne: não basta diferenciá-los dos outros pronomes com base apenas em sua denominação; afinal, como já discutido, a relação entre *eu*, *tu* e *ele* não é simétrica. Ademais, na 1ª e na 2ª *pessoa*, observam-se certas propriedades fundamentais, analisáveis pelo processo da enunciação linguística.

Em primeiro lugar, o linguista diferencia dois âmbitos: o *subjetivo* e o *objetivo*, explanados a partir de dois empregos diferentes – para Benveniste (2005), tratados científicos podem ser produzidos sem que se empregue *eu* e *tu*, diferentemente do que ocorre em textos falados, por exemplo.

Além dessa condição específica de emprego, o linguista opõe a função dos pronomes pessoais à dos nomes, afirmando que, no caso destes: “Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta” (BENVENISTE, 2005, p. 278).

A referência de *eu*, contudo, seria diferente: “as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há ‘objeto’ definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal” (BENVENISTE, 2005, p. 278, grifos do autor).

Dada a unicidade de *eu* e de *tu*, ambos só podem ser determinados em relação ao que Benveniste (2005) denomina *realidade de discurso*. Segundo o pensamento do linguista, *eu* só pode definir-se em termos de *locução* e é “o ‘indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*’”; já *tu* define-se em termos de *alocução* e designa “o ‘indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*’” (BENVENISTE, 1989, p. 279, grifos do autor).

Na sequência, Benveniste (2005) trata de outras classes, além dos pronomes, que só podem ser determinadas na instância de discurso em que são produzidas: os já referidos *índices de ostensão*. Para o linguista, não basta definir termos como ‘hoje’, ‘ontem’ e ‘amanhã’, por exemplo, por meio da dêixis, já que é preciso observar a contemporaneidade desta em relação à instância discursiva.

Consoante Flores (2013), os pronomes são, em Benveniste (2005), para além de formas, *posições* na linguagem. Do mesmo modo, a noção de *dêixis* é repensada, visto que o linguista francês propõe que as palavras dêiticas não remetem a posições determinadas no tempo ou no espaço, mas, sim, são contidas e definidas na enunciação.

Em uma busca por determinar o que é *objetivo* (*não pessoa*) e o que é *subjetivo* (*pessoa*) na língua, Benveniste (2005) relaciona ao primeiro plano as *noções lexicais*, correspondentes à 3ª *pessoa* (*não pessoa*), cuja referência pode ser definida objetivamente; e, ao segundo, os *signos vazios*, nos quais estão inclusas as formas pronominais.

De acordo com o linguista francês, a linguagem possibilita ao homem a comunicação intersubjetiva por meio da criação de “um conjunto de signos ‘vazios’, não referenciais com relação à ‘realidade’, sempre disponíveis, e que se tornam ‘plenos’ assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso” (BENVENISTE, 2005, p. 280).

Com esses *signos vazios*, então, pode-se converter a linguagem em discurso, a partir de um *eu* que, identificando-se como pessoa única e propondo-se como *sujeito*, assume o signo *eu*, remetendo-se a si mesmo e à instância do seu próprio discurso. Para Benveniste (2005), esse signo relaciona-se ao exercício da linguagem, ou seja, à linguagem em uso, em oposição à linguagem como sistema de signos, e declara o locutor como tal, este assumindo, por sua conta, a linguagem inteira – podendo, em suma, enunciar(-se).

Posto que, empregando *eu*, o locutor assume a linguagem inteira, apropriando-se da língua e transformando-a em discurso, pode-se considerar o locutor indispensável para o funcionamento da língua – afinal, há sempre um *eu* que enuncia. Nessa perspectiva, observa-se outra lacuna na abordagem dos modos verbais feita em determinadas gramáticas: como observado anteriormente neste estudo, para Cunha e Cintra (2016) e Perini (2016), o modo verbal imperativo caracteriza-se pela ausência do *sujeito*.

Os primeiros gramáticos, por exemplo, justificam essa ‘ausência’ afirmando que, no modo imperativo, o indivíduo que fala se dirige a um interlocutor; assim sendo, no paradigma desse modo verbal, constariam apenas as formas que indicam *aquela a quem se fala* (CUNHA; CINTRA, 2016). Com base em Benveniste (2015), torna-se impreterível pensar se essa interação entre indivíduo que fala e interlocutor é exclusiva do modo verbal imperativo, como

o parece na explanação feita pelos gramáticos em questão. Mas como poderia haver, de fato, *aquela a quem se fala sem aquela que fala?*

Veja-se que *aquela que fala* é, em Benveniste (2005), condição imprescindível para o exercício da linguagem. No texto “Da subjetividade na linguagem”, o linguista reflete acerca da comparação da linguagem a um instrumento, chegando à conclusão de que, se esta fosse um mero instrumento, teria sido fabricada pelo homem, e seria possível remontar a um tempo em que o homem elaboraria a linguagem. Destarte, para Benveniste (2005, p. 285), a linguagem é uma propriedade humana e, como propriedade humana, é parte da natureza constitutiva do homem:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

A partir da comparação da linguagem a um instrumento, Benveniste (2005) elabora a noção de *subjetividade*, propriedade que possibilitaria a comunicação humana: “A ‘subjetividade’ [...] é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”; afinal, “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (BENVENISTE, 2005, p. 286, grifo do autor).

Conforme explana Flores (2013), na construção ‘na linguagem e pela linguagem’, observa-se um duplo aspecto: *constitutivo*, pois o homem se constitui como *sujeito* ‘na linguagem’; e *mediador*, pois é por intermédio da linguagem – mais especificamente, do pronome *eu* e das marcas linguísticas da categoria de *pessoa* – que isso ocorre.

Acerca da categoria de *pessoa*, Benveniste (2005, p. 286, grifos do autor) continua: “A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*”. Assim, o diálogo é condição constitutiva da *pessoa*: é preciso haver um *eu* e um *tu*, sendo que estes podem, em diversas situações discursivas, alternar papéis. Neste momento, reitera-se que o *eu* é essencial enunciativamente e que não corresponde ao sujeito gramatical, o que justifica a ‘ausência de sujeito’ atestada pelas gramáticas, em se tratando do modo verbal imperativo, e exemplifica os já verificados problemas de apresentação das *pessoas* nos paradigmas verbais.

Ademais, consoante Benveniste (2005), as formas *eu* e *tu* diferenciam-se das demais designações linguísticas por não remeterem a um conceito, nem a um indivíduo. Isso se deve

ao fato de que *eu* não denomina uma entidade lexical específica, mas refere-se ao ato de discurso individual no qual é empregado, designando o locutor.

A partir disso, o linguista assevera que, assim como os pronomes pessoais, há outras formas reveladoras da subjetividade na linguagem, a exemplo de outras classes de pronomes e de termos indicadores da dêixis, em que o sujeito é tomado como ponto de referência. Nesse grupo, Benveniste (2005) inclui, dando a elas certo destaque, as formas linguísticas que exprimem temporalidade, como os verbos – a indicação da temporalidade em verbos é analisada no próximo subcapítulo desta pesquisa.

Atendo-se, particularmente, à manifestação da subjetividade nos verbos e colocando novamente em perspectiva o par *pessoa/não pessoa*, Benveniste (2005) encerra o texto “Da subjetividade na linguagem” apresentando as mudanças de sentido decorrentes do emprego de verbos de disposições ou operações mentais na 1ª e na 3ª *pessoa (não pessoa)*, em que fica clara a não homogeneidade dessas *pessoas*.

Em construções como “creio que o tempo vai mudar”, por exemplo, o linguista francês afirma que, diferentemente do que ocorre em “sinto que o tempo vai mudar” (BENVENISTE, 2005, p. 290), o sujeito não descreve a si mesmo ‘crendo’ – trata-se de uma *afirmação mitigada*. Assim: “A operação de pensamento não é absolutamente o objeto do enunciado [...]. Ao dizer *je crois (que...)* converto numa enunciação subjetiva o fato asseverado impessoalmente, isto é, *le temps va changer*, que é a verdadeira proposição” (BENVENISTE, 2005, p. 290-291, grifos do autor).

Do mesmo modo, Benveniste (2005, p. 291) analisa verbos de operações lógicas postos na primeira *pessoa*, como “supor”, “presumir” e “concluir”, em que se percebe uma atitude indicada – e não uma operação descrita. Para ele, tais verbos denotam uma atitude do locutor diante do enunciado que se segue, o qual consiste no verdadeiro enunciado, que é governado por uma forma pessoal, indicadora de subjetividade.

Tendo isso em vista, retoma-se alguns exemplos de construções similares trazidos nas gramáticas previamente investigadas, para que se possa observar o funcionamento da subjetividade, como proposto por Benveniste (2005) no texto em questão.

Na abordagem do modo verbal subjuntivo, Cunha e Cintra (2016, p. 479) comparam os exemplos “Afirmando que ela estuda” e “Duvido que ela estude”. Consoante os gramáticos, a segunda construção, visto que é composta por um verbo flexionado no modo subjuntivo, indica dúvida em relação ao fato expresso.

Em ambos os casos, há, segundo o raciocínio de Benveniste (2005), um fato asseverado, qual seja: ‘ela estuda’. No entanto, junto a essa proposição, tem-se uma marca de subjetividade:

‘afirmo’ esse fato, ou ‘duvido’ dele. Nesse sentido, tanto ‘afirmar’, quanto ‘duvidar’ consistem em verbos que denotam atitudes do locutor diante da proposição subsequente, e não em uma descrição de uma operação mental.

O mesmo não ocorre, por exemplo, na segunda *pessoa*, muito embora 1ª, 2ª e 3ª pessoas gramaticais sejam apresentadas como homogêneas e simétricas nas gramáticas. Em consonância com os pressupostos de Benveniste (2005), há diferença de sentido entre “Duvido que ela estude” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 479) – na 1ª pessoa do singular – e ‘Duvidas que ela estude’ – na 2ª pessoa do singular, por exemplo. No primeiro caso, conforme já observado, o locutor assume uma atitude de dúvida em relação ao enunciado que profere, no que fica perceptível sua subjetividade; no segundo, há apenas a repetição do que *tu* diz, ou seja, há a descrição de uma operação mental.

Isso posto, observa-se que a ideia de dúvida, característica do modo verbal subjuntivo, segundo Cunha e Cintra (2016), deriva da totalidade do enunciado, do sentido nele contido e, para além disso, da subjetividade que o organiza, não se restringindo às formas verbais, como ‘estude’ em “Duvido que ela estude” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 479).

Ao tratar dos *verbos de palavra*, ou seja, dos verbos que denotam atos de alcance social, como “jurar” e “prometer”, por exemplo, Benveniste (2005, p. 292) parece buscar esclarecer, ainda mais, a diferença entre os planos *subjetivo* e *não subjetivo* da linguagem, concluindo que a *não pessoa*, apesar de fora da alocação, também se sujeita ao locutor:

É preciso ter no espírito que a “terceira pessoa” é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como “não-pessoa”. Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu” (BENVENISTE, 2005, p. 292, grifos do autor).

Assim, considera-se oportuno salientar que a subjetividade de que trata Benveniste (2005) não se limita a certos termos da língua, como os indicadores de *pessoa* e de dêixis. Segundo Flores e Teixeira (2012), como o sistema de referência da língua é composto pelo *sujeito* e por sua enunciação, desfaz-se a anterior diferenciação entre os planos *objetivo* e *subjetivo* da língua, sendo que a língua está sempre ligada à dêixis do *sujeito* que enuncia: “para Benveniste, toda a língua é dêitica, na medida em que precisa ser referida a quem a enuncia para ter sentido” (FLORES; TEIXEIRA, 2012, p. 42).

Nessa perspectiva, a categoria de modo verbal não deixa de atestar a presença de um locutor que, mobilizando a língua por sua conta, constitui sentidos a partir da sua relação com

o que enuncia, seja esta uma relação de certeza, de dúvida, ou, ainda, de ordem. Contrariamente ao que propõe Perini (2016), quando trata do modo subjuntivo, o falante é, com efeito, responsável pelas intenções com que emprega os modos verbais.

Feito este percurso de análise da *pessoa* e da *subjetividade* benvenistianas, parte-se, doravante, para a investigação de outra noção fundamental aos paradigmas constituintes dos modos verbais e à enunciação: a noção de *tempo*.

3.4 O TEMPO DA ENUNCIÇÃO

Esta subseção dedica-se ao estudo da noção de *tempo* a partir dos pressupostos da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Tendo em vista o recorte teórico adotado, são basilares para esse estudo os seguintes textos: “As relações de tempo no verbo francês” (1959) – artigo em que Benveniste constata lacunas entre os paradigmas temporais apresentados tradicionalmente e o uso efetivo dessas formas –; “A linguagem e a experiência humana” (1965) – neste texto, o linguista define e diferencia noções temporais –; e “O aparelho formal da enunciação” (1970) – artigo revisitado por contemplar os aspectos fundamentais da enunciação, dentre eles, o *tempo* em que a língua é mobilizada. Para aclarar a relevância da noção de *tempo*, tanto como aspecto da enunciação quanto como flexão dos paradigmas que compõem os modos verbais da língua portuguesa, reflexões de estudiosos da área enunciativa também são consideradas nesta discussão.

Em “As relações de tempo no verbo francês”, Benveniste (2005) declara haver discrepâncias entre as divisões temporais do verbo na língua francesa, distribuídas, assim como na língua portuguesa, em *presente*, *passado* e *futuro*, e as realidades de emprego que ele observa. Sobre isso, o linguista declara: “Não encontramos apenas na noção de tempo o critério que decidirá a posição ou mesmo a possibilidade de uma forma dada no seio do sistema verbal. [...] Se se tenta reduzir às divisões temporais as oposições que aparecem na estrutura material das formas verbais, encontra-se grande dificuldade” (BENVENISTE, 2005, p. 260).

Demonstrando essa dificuldade a partir de exemplos de formas verbais simples e compostas, em que não se percebe claramente a relação destas com o *tempo*, o linguista propõe que se busque, a partir de uma visão sincrônica do sistema verbal em língua francesa, elucidar as relações que regem as formas temporais da língua. Neste momento, ele afirma haver, para os tempos verbais, dois sistemas complementares, que manifestam planos de enunciação diferentes: o da *história* e o do *discurso* (BENVENISTE, 2005).

Benveniste (2005) circunscreve o plano da *história* à língua escrita, relacionando-o à narrativa de eventos passados, sem que haja, nessa narrativa, a intervenção do locutor. Por conseguinte, o linguista francês afirma ser esse o sistema em que não se observam formas linguísticas atestadoras de *subjetividade* – há, apenas, a ocorrência de formas relativas à *terceira pessoa (não pessoa)*. Segundo o pensamento de Benveniste (2005), desse plano da enunciação fazem parte os tempos *aoristo*, *imperfeito* e *mais-que-perfeito*, empregados em narrativas históricas.

Opondo-se ao plano da *história*, o plano do *discurso* corresponderia a “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (BENVENISTE, 2005, p. 267), predominando os discursos produzidos oralmente, ou os discursos escritos fundamentos na oralidade, sendo possível alternar entre os supramencionados sistemas. Ademais, no plano do *discurso*, seriam empregadas todas as formas pessoais do verbo. Com isso em vista, Benveniste (2005) salienta que a *não pessoa (ele)* assume valores diferentes nos dois sistemas, opondo-se a *eu/tu* apenas no *discurso*. Do mesmo modo, nesse plano, seria possível empregar todos os tempos verbais, à exceção do *aoristo* – restrito à narrativa histórica.

A partir dessa divisão, o linguista francês demonstra que, igualmente ao que ocorre com a categoria de *pessoa*, é preciso ir além – ou, ao menos, suspeitar – dos paradigmas verbais apresentados de maneira alinhada e homogênea. Nesse sentido, pode-se buscar explicar, via Teoria da Enunciação, as relações que regem o emprego das formas temporais disponíveis na língua, a exemplo dos verbos.

Cabe frisar que, para Benveniste (1989), o *tempo* é uma categoria fundamental do discurso em que se pode observar marcas de *subjetividade*. No texto “A linguagem e a experiência humana”, o linguista francês explora essa categoria, afirmando que há três noções distintas de *tempo*, ao contrário da ideia preconcebida que se pode ter de que as formas temporais da língua reproduzem puramente o tempo da ‘realidade’.

Primeiramente, conforme define Benveniste (1989, p. 71), há o *tempo físico*, que é “um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade. Ele tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior”.

Diferentemente do *tempo físico*, o *tempo crônico* é, segundo o linguista, aquele que corresponde ao tempo dos acontecimentos e que admite uma consideração bidirecional, do passado ao presente e vice-versa. Ainda, para Benveniste (1989), essa noção temporal comporta uma versão *objetiva* e uma *subjetiva*.

A primeira versão, consoante o linguista, diz respeito ao tempo convencional a partir do estabelecimento de diferentes marcos. Nessa parte *objetiva* do *tempo crônico*, inclui-se o tempo socializado, contemplado nos calendários e fundamentado em três condições: *estativa* (relativa a um momento axial, a exemplo do nascimento de Cristo); *diretiva* (correspondente à direção anterior ou posterior do tempo em relação ao momento axial); e *mensurativa* (referente ao repertório de unidades de medida temporais, a exemplo de ‘dia’, ‘mês’ e ‘ano’). Ressalta-se, ainda, que, para Benveniste (1989), esse é o tempo que fundamenta as sociedades; afinal, a partir do *tempo crônico*, torna-se possível ao homem situar-se no curso dos acontecimentos.

Segundo o raciocínio do linguista, essa possibilidade decorre do fato de que o *tempo crônico* é fixo e, por conseguinte, *intemporal*: ele é medido por quantidades imutáveis e vazias de temporalidade, que só serão determinadas como ‘passado’, ‘presente’ ou ‘futuro’ por alguém que vive esse tempo (BENVENISTE, 1989).

Em se tratando do *tempo linguístico*, Benveniste (1989, p. 74) afirma: “É pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo, e o tempo linguístico manifesta-se irreduzível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico”.

Além de expressar a experiência temporal do homem, tal noção deve ser definida a partir do discurso, em que há um centro gerador e axial, qual seja, o *presente* do discurso, como explicita o linguista:

Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente” (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona. É evidente que este presente, na medida em que é função do discurso, não pode ser localizado em uma divisão particular do tempo crônico, porque ele admite todas as divisões e não se refere a nenhuma em particular. O locutor situa como “presente” tudo que aí está implicado em virtude da forma linguística que ele emprega. Este presente é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido (BENVENISTE, 1989, p. 74-75).

Note-se que, visto sob essa lente, o emprego das formas temporais da língua é repensado: a partir da marca do *presente*, o locutor situa o acontecimento como simultâneo à sua fala, e esse *presente* não é um tempo datado, mas, sim, um tempo novo a cada vez que um homem fala, utilizando-se das formas gramaticais concernentes a tal tempo.

Para além disso, a concepção benvenistiana de *tempo linguístico* deslinda as oposições temporais: a partir do *presente*, pode-se conceber o *passado* e o *futuro*, em retrospectão ou prospecção em relação à instância discursiva, sendo ambos os movimentos inerentes ao exercício da fala (BENVENISTE, 1989), pois, embora não coincidentes com o momento do discurso, são determinados em função deste. Em suma, o *presente* é, segundo os pressupostos

de Benveniste (1989), a única forma de expressão temporal da linguagem, servindo para que se assinale acontecimentos de acordo com as visões que se tem sobre o tempo.

Embora o *tempo linguístico* não corresponda aos tempos verbais, como comprovam Toldo e Bortolini (2020), as proposições de Benveniste (1985) podem elucidar a organização formal dos paradigmas verbais de uma língua, a exemplo do modo imperativo, cujas formas são flexionadas exclusivamente no *presente* (CUNHA; CINTRA, 2016).

Se o locutor se apropria das formas do modo verbal imperativo para demandar ou solicitar algo do interlocutor, ele o faz no *presente* do *tempo linguístico*, ou seja, no momento do discurso; assim, o *presente* do enunciar-se, do buscar persuadir alguém, não pode ser realizado nem em um ponto visto para trás, nem para frente.

Após as considerações sobre o tempo axial do discurso, Benveniste (1989) analisa a existência de formas duplas ou triplas do *passado* em diferentes línguas, a exemplo do que ocorre com a língua portuguesa, conforme atestado por gramáticos e estudiosos como Cunha e Cintra (2016), Bechara (2019) e Perini (2016), que abordam, em seus compêndios, os pretéritos *imperfecto*, *perfeito* e *mais-que-perfeito*. Essa tripla existência é explanada por Benveniste (1989, p. 77), quando este afirma a viabilidade de se “assumir várias distâncias no passado de nossa experiência”. Ademais, pode-se expressar tais distâncias a partir do (e porque há um) centro axial da instância discursiva.

Sobre o compartilhamento da temporalidade linguística, Benveniste (1989, p. 77-78) postula: “a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. Meu ‘hoje’ se converte em seu ‘hoje’, ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso, e meu ‘ontem’ em seu ‘ontem’”. Esse fenômeno é facultado pela *intersubjetividade*, em que locutor e interlocutor compartilham, no discurso e via discurso, a temporalidade, tornando possíveis a comunicação e a experiência humana na linguagem: “é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem” (BENVENISTE, 1989, p. 80).

No texto “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste (1989, p. 82) debruça-se, novamente, sobre o *presente* do “colocar em funcionamento a língua”. Como referido anteriormente, as formas temporais são consideradas, pelo linguista francês, parte essencial do *aparelho formal da enunciação*.

Declarando que as formas temporais só podem ser determinadas em relação à enunciação, Benveniste (1989) afasta a ideia de que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Para o linguista:

Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo (BENVENISTE, 1989, p. 85).

Destarte, há um duplo aspecto na questão da temporalidade: ela se produz na enunciação e por meio da enunciação, partindo da instauração do *presente*, que é renovado a cada vez que a língua é mobilizada e que é compartilhado pelos parceiros envolvidos em determinada situação discursiva.

Em consonância com os postulados benvenistianos acerca da temporalidade linguística, Toldo e Bortolini (2020) conduzem, no texto intitulado “As categorias de pessoa e de tempo: a singularidade da experiência humana que se revela no discurso”, a uma análise da *subjetividade* a partir de uma relevante perspectiva: para as autoras, a cada vez que um texto é lido, sua temporalidade é atualizada.

Assim, investigando a pessoalidade e a temporalidade presentes em uma carta amplamente divulgada na imprensa brasileira no ano de 2015, Toldo e Bortolini (2020) constataam que o texto teve uma temporalidade na sua enunciação (quando fora escrito); outra no momento de sua publicação e divulgação; outra, ainda, quando a carta foi acessada e lida em um portal de notícias.

A conclusão a que as autoras chegam revela a unicidade e a irrepetibilidade da enunciação, posto que, a cada nova enunciação, há novos sujeitos e nova temporalidade em jogo, produzindo um novo dito e novas possibilidades de interpretação desse dito (TOLDO; BORTOLINI, 2020).

Tendo em consideração o percurso de pesquisa cumprido até este ponto, passa-se à análise da abordagem dos modos verbais da língua portuguesa em dois livros didáticos de sexto ano do Ensino Fundamental, para que se possa, subsequentemente, propor princípios da Teoria da Enunciação que subsidiem o trabalho do docente de língua.

4 A ENUNCIÇÃO E A GRAMÁTICA: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DOS MODOS VERBAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA

No presente capítulo, aborda-se, primeiramente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atual documento norteador dos currículos dos sistemas e das redes escolares no Brasil, a fim de dar a conhecer os pressupostos dessa normativa quanto ao ensino de língua; na sequência, apresenta-se a metodologia adotada para seleção e análise de dois livros didáticos; nessa análise, investiga-se o tratamento dado à gramática nos volumes dedicados ao sexto ano do Ensino Fundamental das coleções *Tecendo linguagens: língua portuguesa* (2018), de autoria de Tania Amaral Oliveira e Lucy Aparecida Melo Araújo, e *Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem* (2018), de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi. Por fim, sem perder de vista a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, são propostos princípios que possam subsidiar o trabalho do docente de língua, almejando-se colaborar para que este perceba as possibilidades teóricas que tem a seu dispor, incluindo a abordagem gramatical, mas sem se encerrar nesta.

4.1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE LÍNGUA

Para a análise proposta, parte-se do pressuposto de que os livros didáticos constituem ferramentas comumente utilizadas para o ensino na Educação Básica. Essa ideia pode ser corroborada pela observância da instauração, da manutenção e da abrangência do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

De acordo com histórico disponibilizado no *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)¹⁰, do Ministério da Educação, o PNLD teve início em 1937 e é uma das iniciativas governamentais mais antigas de distribuição de material didático aos estudantes da rede pública brasileira de ensino. Para que esse material chegue às escolas públicas do País, é preciso que estas participem do Censo Escolar e tenham aderido formalmente ao Programa.

Faz-se necessário mencionar que os livros didáticos aprovados e distribuídos pelo PNLD passam por um processo de análise de determinados aspectos, envolvendo, mais recentemente, o critério de adequação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, desde

¹⁰ *Link* de acesso disponibilizado na lista de referências.

instituída, em 2017 (BRASIL, 2017), é o documento norteador dos currículos e das propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas em âmbito nacional.

Os princípios da BNCC focalizam o desenvolvimento de competências – consistindo estas na “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 8). Assim, o que o documento apregoa é que os estudantes não somente devem “saber”, mas também “saber fazer” (BRASIL, 2017, p. 13), colocando em prática conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Às competências contempladas pela Base, associam-se unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

No que tange à língua portuguesa, pertencente à área de linguagens, a BNCC afirma adotar o *texto* como unidade para o desenvolvimento de um trabalho pautado pelo viés enunciativo-discursivo da linguagem, “de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses” (BRASIL, 2017, p. 67).

Além disso, o supramencionado documento apresenta quatro eixos de integração de habilidades para a língua portuguesa, sendo eles: *leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica* (BRASIL, 2017). No último eixo, estão inclusos os conhecimentos linguísticos conhecidos como ‘gramaticais’. Segundo a Base, tais conhecimentos devem sempre ser abordados em relação à materialidade dos textos.

Considerando-se os modos verbais da língua portuguesa, objeto de estudo da presente pesquisa, observa-se que esse fenômeno linguístico é abrangido pelo campo da *morfossintaxe*, conteúdo este que faz parte do conjunto de conteúdos recomendados pela Base. De acordo com ela, é necessário: “Conhecer as classes de palavras [...] e analisar suas funções sintático-semânticas nas orações e seu funcionamento”; e “Perceber o funcionamento das flexões (número, gênero, tempo, pessoa etc.) de classes gramaticais em orações (concordância)” (BRASIL, 2017, p. 83). Da mesma maneira, os modos verbais são contemplados no campo da *semântica*, cujo objetivo é: “Conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como [...] modos e aspectos verbais” (BRASIL, 2017, p. 83).

Para o ensino da língua portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a BNCC apresenta (Quadro 1) os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas nessa etapa da Educação Básica.

Quadro 1 – Modos verbais na BNCC

Ano	Objeto de conhecimento	Habilidade
6º	Morfossintaxe	(EF06LP04) Analisar a função e as flexões de substantivos e adjetivos e de verbos nos modos Indicativo, Subjuntivo e Imperativo: afirmativo e negativo.
6º	Morfossintaxe	(EF06LP05) Identificar os efeitos de sentido dos modos verbais, considerando o gênero textual e a intenção comunicativa.
7º	Morfossintaxe	(EF07LP10) Utilizar, ao produzir texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: modos e tempos verbais, concordância nominal e verbal, pontuação etc.
8º	Fono-ortografia	(EF08LP04) Utilizar, ao produzir texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: ortografia, regências e concordâncias nominal e verbal, modos e tempos verbais, pontuação etc.

Fonte: da autora.

No quadro 1, é possível observar as habilidades previstas pela Base para os Anos Finais do Ensino Fundamental no que tange aos aspectos verbais. Consoante a BNCC (BRASIL, 2017), é esperado que esse fenômeno linguístico, considerado predominantemente um objeto de conhecimento morfossintático, seja trabalhado a partir de sua função, de suas flexões e de seus efeitos de sentido especialmente no sexto ano do Ensino Fundamental. Contudo, é preciso destacar que tais habilidades são substituídas por outras duas de caráter mais abrangente: sétimo ano (EF07LP10) e oitavo ano (EF08LP04), o que explica o fato de os volumes relativos ao sexto ano contemplarem, em ambas as coleções didáticas que serão analisadas a seguir, o conteúdo dos modos verbais.

4.2 METODOLOGIA DE SELEÇÃO DO *CORPUS* E CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Esta subseção tem por objetivo descrever como se deu a escolha e a definição do *corpus* de pesquisa, bem como explicitar os critérios para análise dos livros didáticos.

Não esquecendo que o objetivo deste estudo é o de propor princípios para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental, pautados pela Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, parece ser insuficiente analisar algumas gramáticas, bem como a Teoria Enunciativa de Benveniste, permanecendo essencialmente no campo teórico, sem ter acesso a um *corpus* que demonstre como se dá o ensino de língua, em especial dos modos verbais, nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Por óbvio, não seria possível se ter acesso a um grande número de professores que permitissem observar suas práticas em sala de aula, mas percebeu-se que havia uma maneira de chegar o mais próximo possível dessa realidade: o livro didático.

Diante disso, buscou-se selecionar uma ou mais coleções capazes de demonstrar como se dá o ensino de língua, muito embora se saiba que nem todos os professores fazem uso unicamente do livro didático em suas aulas.

Assim, a escolha das obras para a presente análise foi motivada, inicialmente, pelo desejo de se trabalhar com um recurso significativo à prática docente: o livro didático. Durante a seleção, também se considerou a abrangência do material: a coleção *Tecendo linguagens: língua portuguesa* (2018), de Oliveira e Araújo, foi, segundo números disponíveis no *site* do FNDE¹¹, a coleção didática mais distribuída no Brasil em 2020. Em consonância com as habilidades apresentadas no quadro 1, da seção 4.1, escolheu-se para análise o volume correspondente ao sexto ano do Ensino Fundamental.

Na sequência, buscou-se outra obra didática, referente ao mesmo nível de ensino, para que fosse possível examinar e comparar abordagens. Assim, investiga-se, também, o volume correspondente ao sexto ano do Ensino Fundamental da coleção *Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem* (2018), de Ormundo e Siniscalchi, que é a segunda coleção didática mais distribuída no Brasil em 2020, consoante dados do FNDE¹².

Outro critério que se fez necessário para a seleção do *corpus* envolvia a sua conformidade à BNCC, que, ao entrar em vigor, demandou um processo de adequação por parte dos profissionais da Educação em geral, incluindo, nesse processo, a reformulação dos materiais didáticos, como se verifica nos livros aqui em análise.

Para a análise, estabeleceu-se alguns critérios. Primeiramente, identificar os capítulos dos livros em que houvesse uma menção explícita aos modos verbais. Em seguida, dentre as atividades propostas, buscou-se selecionar aquelas voltadas à comparação das formas verbais, visto serem questões que contemplam a compreensão do sentido, não sendo atividades de mera identificação e classificação.

Feita a seleção, analisa-se essas atividades, a fim de identificar quais contribuições a Teoria Enunciativa de Benveniste, em especial as noções de *pessoa*, *subjetividade*, *intersubjetividade* e *tempo*, poderia dar ao ensino de língua portuguesa nas escolas, sendo que

¹¹ De acordo com esses dados, foram distribuídos, em 2020, mais de 3 milhões de exemplares do livro do estudante da coleção em questão. O *link* de acesso ao *site* do FNDE consta na lista de referências.

¹² Segundo números do PNL/2020, foram distribuídos, aproximadamente, 2 milhões e 300 mil exemplares do livro do estudante dessa coleção. O *link* de acesso ao *site* do FNDE pode ser consultado na lista de referências.

essa proposição já colocaria à mostra possíveis princípios da Teoria que poderiam subsidiar o trabalho do professor em sala de aula.

4.3 *TECENDO LINGUAGENS: LÍNGUA PORTUGUESA*

O manual do professor da coleção *Tecendo linguagens: língua portuguesa* (doravante *Tecendo linguagens*) a que se teve acesso, em coadunação com a BNCC, apresenta como proposta quanto ao ensino de língua:

oferecer condições para o aluno compreender a complexidade da realidade, aprimorar sua capacidade comunicativa e ampliar, significativamente, sua inserção no espaço em que vive. A coleção privilegia uma atitude positiva, construtiva, criativa e crítica por parte do professor e do aluno. Pressupõe um planejamento que deixe muito claro, para o professor e para o aluno, o que, por que e como se vai aprender (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. VIII).

Em se tratando do eixo *análise linguística/semiótica*, da BNCC, Oliveira e Araújo (2018) postulam que os conhecimentos linguísticos e gramaticais devem ser desenvolvidos em relação com práticas de oralidade, leitura e escrita. Para as autoras, deve-se ir além das “abordagens estruturais”, ou do estudo da “norma pela norma” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. XXIII), sem se deixar de tratar dos conceitos gramaticais que já são parte do cotidiano escolar:

As regras gramaticais, bem como o estudo dos elementos mórficos e sintáticos, fazem parte dos conhecimentos linguísticos que os alunos precisam dominar, pois contribuem para desenvolver o raciocínio para a compreensão da forma como a língua se estrutura, para o manejo mais consciente e intencional da língua em suas produções. Mas isso só será possível se os conceitos forem trabalhados adequadamente, tendo como unidade básica de análise diferentes textos que circulam socialmente (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. XXIII).

As atividades propostas pela coleção *Tecendo linguagens* encontram-se distribuídas em diferentes seções e subseções. Contudo, a partir da realização de um levantamento dos conteúdos contemplados na obra, percebeu-se que há menções explícitas aos modos verbais da língua portuguesa apenas na seção “Reflexão sobre o uso da língua” – “Nesta seção, privilegia-se a reflexão sobre os aspectos funcionais da utilização da língua e os efeitos de sentido produzidos pelo uso dos recursos semânticos, estilísticos e morfossintáticos, responsáveis pela coesão e coerência textuais” – e em sua respectiva subseção “Aplicando conhecimentos” – “Subseção que apresenta atividades para que o aluno coloque em prática o conteúdo estudado

na seção **Reflexão sobre o uso da língua**” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. XXXV, grifo das autoras). Tais divisões, pertencentes aos capítulos 5 e 6 – “Construindo um mundo melhor” e “Construindo um mundo sustentável” –, da unidade 3 – “Conviver em sociedade” –, assim como aos capítulos 7 e 8 – “Histórias que o povo conta” e “Diversidade cultural” –, da unidade 4 – “Ser e conviver” –, são a seção e a subseção consideradas no exame aqui proposto.

A primeira atividade selecionada parte de uma notícia¹³, intitulada “Após Réveillon, garis retiram 290 toneladas de lixo de Copacabana”, veiculada no *site* Agência Brasil, e diz respeito ao verbo e ao que este pode expressar: “ações, [...] **modo de ser, estado, mudança de estado e fenômeno da natureza**” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 148, grifos das autoras).

Essa atividade destaca-se das demais por ser a única a abordar que o verbo exprime mais do que ‘ações’, conforme se observa na Figura 1:

Figura 1 – Verbo

3. Agora, observe as formas verbais destacadas em trechos da mesma notícia.

Apesar das autuações, o presidente da Comlurb, Rubens Teixeira, **avalia** que as pessoas **estão** mais conscientes e até **levam** o lixo para **descartar** em casa quando não **encontram** lixeiras.

“**Estamos** orgulhosos. **Fizemos** um grande trabalho. Mesmo com aumento de público em Copacabana, a quantidade de lixo **ficou** estável em relação ao ano passado.”

Segundo a Comlurb, essas lixeiras **ajudaram** a reduzir o descarte de grandes volumes nas ruas, como embalagens de gelo e de cerveja, que costumam ser encontradas ao **amanhecer** na Avenida Atlântica após grandes eventos.

• Todas as formas verbais em destaque indicam ação? Não. *Avalia, levam, descartar, encontram, fizemos e ajudaram* são verbos que expressam ações; *estão, estamos e ficou* são verbos que indicam estado; *amanhecer* é um verbo que expressa fenômeno da natureza.

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 148.

A questão proposta pelo livro didático, por si só, não suscita a resposta que a acompanha. Nesse sentido, torna-se imperioso mediar uma reflexão sobre as possibilidades de expressão dos verbos, para além da indicação de ‘ações’. Sugere-se, por exemplo, que, em se tratando de verbos que expressam ‘estado’, como referido pela obra em análise, sejam consideradas, na constituição de sentido, as relações desses verbos com seu entorno, isto é, com os demais termos a eles relacionados, como apresentado na resposta da questão, que considera apenas o verbo “estão” como sendo de estado, desconsiderando que a expressão “mais conscientes”, em “estão mais conscientes”, modifica substancialmente o estado indicado pelo verbo.

¹³ O texto em questão pode ser lido na íntegra no ANEXO A – NOTÍCIA (I).

Na sequência, o livro trata das formas verbais: “Chamamos **formas verbais** as variações que os verbos apresentam quando conjugados, ou seja, quando flexionados em número, pessoa, tempo e modo” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 148, grifo das autoras).

A partir dessa definição, as autoras propõem atividades relacionadas à noção de *tempo verbal*, as quais envolvem, majoritariamente, a identificação e a classificação de formas verbais; por vezes, é solicitado ao estudante que pense sobre a razão do emprego de tais formas. A título de exemplo, traz-se a figura 2.

Figura 2 – Tempo verbal

Tempo verbal

1. Releia o título:

Após Réveillon, garis retiram 290 toneladas de lixo de Copacabana

a) Observe o tempo do verbo *retiram*. O fato ocorrido na praia de Copacabana foi relatado no tempo presente, passado ou futuro? *Foi relatado no tempo presente, apesar de ter ocorrido no passado.*

b) Em sua opinião, por que foi empregado esse tempo verbal?
*O emprego do tempo presente na forma verbal *retiram* expressa o acontecimento na atualidade, reforçando que se trata de um fato recente.*

148

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 148.

Na questão (a), é abordado o fato de o verbo “retiram” ter sido flexionado no tempo presente, embora o acontecimento noticiado tenha ocorrido no passado; na questão (b), propõe-se aos estudantes que pensem sobre o porquê do emprego de tal forma verbal.

Sendo o *tempo* o foco da atividade, em especial, o *presente*, vê-se que, pautados pelo que propõe Benveniste, tem-se a possibilidade de mostrar para os aprendizes a razão pela qual é possível produzir um enunciado que retoma um fato passado, como sendo contemporâneo daqueles que o leem no tempo presente.

Consoante os postulados benvenistianos, o emprego de uma forma verbal no tempo presente, considerando que o fato já ocorreu, é possível porque o *presente* não corresponde ao *tempo crônico* – aquele que é convencionalizado e socializado –, mas, sim, ao que o Benveniste (1989) chama de *tempo linguístico* – aquele correspondente ao tempo do *discurso*. Do contrário, a partir do momento da realização do fato expresso pelo verbo, o tempo presente já não seria possível de ser empregado. Ademais, uma vez que não é datado, o *presente* é renovado sempre que atualizado por um locutor.

Considerando-se a *subjetividade* como o fato de o *locutor* ser capaz de se propor como *sujeito* ao enunciar (BENVENISTE, 2005), observa-se, no emprego da referida forma verbal, a marca de um *sujeito* que, por meio da expressão temporal, organiza seu discurso. Outrossim, uma vez que o *presente* empregado pelo enunciador é prontamente aceito pelo alocutário, percebe-se a relação *intersubjetiva* estabelecida entre os parceiros envolvidos no discurso. Se assim não fosse, como se poderia entrar em consenso acerca do que está sendo dito?

Para além da sugestão do livro didático, o docente de língua pode, a partir dos pressupostos benvenistianos, demonstrar para os estudantes a presença de uma marca não verbal de *tempo* no enunciado em questão: a expressão “Após Réveillon”. Uma vez que não se pode determinar o *tempo* dessa expressão fora do discurso em que foi proferida, vê-se, novamente, a *subjetividade* na organização do enunciado. Como Benveniste (1989) afirma, trata-se uma referência intradiscursiva, que, para tornar-se inteligível, deve ser determinada em relação às coordenadas espaçotemporais; deve, em suma, ser precisada quanto ao *tempo crônico*: após o Réveillon de que ano?

Assim, observa-se que, pelo viés enunciativo, as relações temporais em jogo nessa atividade podem ser aprofundadas, principalmente, a partir da noção benvenistiana de *tempo linguístico*; outrossim, o conhecimento das noções de *subjetividade* e *intersubjetividade* podem colaborar quanto à elucidação da escolha e do compartilhamento de formas linguísticas que exprimem temporalidade.

Ainda sobre o tempo verbal, selecionou-se para análise a atividade a seguir, que sintetiza em um quadro, como o fazem, por exemplo, as gramáticas de Cunha e Cintra (2016) e de Bechara (2019), as flexões verbais dos tempos básicos do modo indicativo.

Figura 3 – Flexões dos tempos básicos do modo verbal indicativo

4. Observe, no quadro a seguir, a conjugação no modo indicativo do verbo *retirar*, empregado no título da notícia “Após Réveillon, garis retiram 290 toneladas de lixo de Copacabana”.

NÚMERO	PESSOA	TEMPO		
		PRESENTE	PRETÉRITO (PASSADO)	FUTURO
Singular	Eu	retiro	retirei	retirarei
	Tu	retiras	retiraste	retirarás
	Você	retira	retirou	retirá
	Ele/ela	retira	retirou	retirá
Plural	Nós	retiramos	retiramos	retiraremos
	Vós	retirais	retirastes	retirareis
	Vocês	retiram	retiraram	retirão
	Eles/Elas	retiram	retiraram	retirão

• O que você observou em relação às terminações que aparecem em destaque nos verbos conjugados? *As terminações mudam de acordo com a pessoa, o número e o tempo. São variáveis.*

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 150.

Embora esse quadro possa ser um instrumento de auxílio para o (re)conhecimento das formas verbais, propõe-se que o material seja explorado em sala de aula, enunciativamente, quanto às noções de *pessoa* e *tempo*.

A título de exemplo, pode-se explicitar aos aprendizes que há diferença entre as *pessoas* postas em jogo no paradigma verbal. Observe-se:

(a) ***Eu*** retiro o lixo.

(b) ***Ele*** retira o lixo.

Pela ótica enunciativa, em (a), tem-se alguém que fala sobre si mesmo, que se apropria da forma linguística *eu* para propor-se como *sujeito* do que enuncia (BENVENISTE, 2005). De igual modo, pode-se pensar a unicidade dessa forma linguística, visto que *eu* designa aquele que fala e tem seu valor determinado em função da instância discursiva que o contém.

Já em (b), é feita referência à 3ª *pessoa*, ou seja, à *não pessoa* benvenistiana: é a forma empregada para tudo que se encontra fora da relação *eu-tu*, para, como afirma Benveniste (2005, p. 253), “uma infinidade de sujeitos – ou nenhum”. Isso pode esclarecer aos estudantes o motivo pelo qual tudo o que está fora do *diálogo* toma as formas verbais concernentes à terceira *pessoa*. Destarte, enunciativamente, essas *pessoas* não podem ser consideradas

homogêneas e simétricas. Para que seja dito *Ele retira o lixo* é preciso reconhecer a existência de um *eu* que se dirige a um *tu* para falar de um *ele*.

Em relação ao tempo verbal, também se pode demonstrar aos aprendizes que o emprego de uma ou de outra forma linguística é determinado a partir da relação do locutor com a língua, tendo em vista as possibilidades de constituição de sentido. A título de exemplo, veja-se o seguinte par de enunciados:

- (a) *Eu retirei o lixo.*
 (b) *Eu retirarei o lixo.*

Em (a), o enunciador mobiliza a forma verbal ‘retirei’ para referir uma ação que é passada e concluída em relação ao momento do discurso, enquanto, em (b), a ação de ‘retirar o lixo’ refere um tempo prospectivo em relação ao momento da enunciação. Tal manifestação temporal é possibilitada, segundo Benveniste (1989), pelo centro de referência interno da instância discursiva, cuja referência é o próprio locutor.

Assim, sugere-se que, pela ótica enunciativa, a atividade ora enfocada pode ser explorada em sala de aula de modo a se promover reflexões acerca do uso das formas abarcadas pelo paradigma verbal em questão, indo além de sua mera observação, como sugere o livro.

Para abordar, especificamente, a diferença de sentido entre os modos verbais da língua portuguesa, a obra didática propõe a seguinte atividade:

Figura 4 – Modos verbais

informação.

Modos verbais

1. Leia as frases a seguir e observe os verbos em destaque.

I. **Fizemos** um grande trabalho.

II. Se o povo **fizesse** um grande trabalho, a quantidade de lixo diminuiria.

III. **Faça** um grande trabalho: **seja** consciente e **diminua** a quantidade de lixo nas praias e nos calçadões.

Indique a frase em que o verbo expressa:

a) uma possibilidade; frase II	b) uma ordem; frase III	c) uma certeza. frase I
--	---	---

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 150.

No exercício da figura 4, é demandado dos estudantes que observem e comparem formas do verbo ‘fazer’. Segundo a obra, “Fizemos” em “**Fizemos** um grande trabalho” indica

‘certeza’; “fizesse” em “Se o povo **fizesse** um grande trabalho, a quantidade de lixo diminuiria” exprime ‘possibilidade’, ou condição – ideia que pode ser pensada junto aos aprendizes –; e “Faça”, assim como “seja” e “diminua”, em “**Faça** um grande trabalho: **seja** consciente e **diminua** a quantidade de lixo nas praias e nos calçadões”, expressa ‘ordem’.

A partir de tal proposta, podem ser exploradas as diferentes “atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia” (BENVENISTE, 1989, p. 87), sendo que essas atitudes ficam perceptíveis no sentido constituído a partir das formas linguísticas empregadas, dispensando-se a consulta a quadros de desinências verbais.

Assim, em “Fizemos um grande trabalho”, há um enunciador que exprime certeza diante do fato que enuncia. Além disso, o enunciador inclui-se na ação, o que fica perceptível pela forma verbal ‘Fizemos’, que abarca “uma *junção* entre o ‘eu’ e o ‘não-eu’, seja qual for o conteúdo desse ‘não-eu’” (BENVENISTE, 2005, p. 256, grifo do autor).

Em “Se o povo fizesse um grande trabalho, a quantidade de lixo diminuiria”, o enunciador concebe como uma condição para a diminuição da quantidade de lixo o fato de se fazer um grande trabalho. Outrossim, o enunciador não se inclui diretamente na ação, posto que emprega a forma verbal de 3ª *pessoa (não pessoa)*, muito embora sua *subjetividade* fique perceptível tanto na expressão de condição que confere ao enunciado, quanto no próprio emprego dessa forma verbal, que “existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como ‘não-pessoa’” (BENVENISTE, 2005, p. 292, grifo do autor).

A partir dessa atividade, Oliveira e Araújo (2018, p. 151, grifos das autoras) definem *modo verbal* da seguinte maneira: “Além do **tempo** e da **pessoa** do discurso, os verbos expressam o **modo** como as ações acontecem, ou seja, a forma como são flexionados também revela a atitude ou a intenção do falante em relação ao fato expresso”, exprimindo, o modo indicativo, “um fato real, uma certeza”; o subjuntivo, “uma dúvida, uma possibilidade”; e, o imperativo, “uma ordem, um pedido, um conselho, um convite”.

As atividades posteriores a essa definição envolvem o emprego de verbos em diferentes gêneros do discurso, como cartaz e charge. Tais exercícios, em sua maioria, demandam que o estudante identifique verbos e locuções verbais e pondere acerca das motivações do uso dessas formas, como se vê a seguir:

Figura 5 – Modos verbais (atividade proposta a partir de cartaz de campanha publicitária)

APLICANDO CONHECIMENTOS

1. Leia o cartaz de campanha a seguir.

**O perigo aumentou.
E a responsabilidade de todos também.**

DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA

Tampe os tonéis e caixas-d'água.

Mantenha a lixeira bem fechada.

Deixe garrafas sempre viradas.

Coloque areia nos vasos de plantas.

Retire sempre água dos pneus.

SEMUS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFECURA DE Pedreiras

CONVOQUE SUA FAMÍLIA E SEUS VIZINHOS PARA O COMBATE AOS CRIADOUROS DO MOSQUITO.

SECRETARIA Municipal de Saúde. Campanha de combate ao *Aedes aegypti*. Disponível em: <<https://bit.ly/2Q91dn3>>. Acesso em: 26 set. 2018.

a) O combate aos criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, que transmite a dengue e outras doenças.
b) *Tampe, mantenha, deixe, coloque, retire e convoque.*
c) Com o objetivo de orientar/aconselhar os cidadãos de Pedreiras no combate aos criadouros do mosquito.

a) Uma campanha pode divulgar um produto ou uma ideia. No caso dessa campanha, qual ideia está sendo divulgada?
b) Quais verbos foram empregados no modo imperativo?
c) Com que objetivo os verbos foram utilizados nesse modo?
d) Observe que o único verbo no modo indicativo está na chamada em destaque na campanha.

O perigo **aumentou**. E a responsabilidade de todos também.

- Levante hipóteses: Por que o verbo no modo indicativo está em destaque?

Sugestão de resposta: Porque está informando que a ação expressa pelo verbo é uma certeza, ou seja, o perigo aumentou e, por isso, é importante que os moradores da cidade obedeçam aos conselhos expressos pelos verbos no modo imperativo.

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 151.

Na atividade da figura 5, interessam, por abordarem o objeto de estudo desta pesquisa, as questões (b) – que solicita a identificação de verbos flexionados no modo imperativo –; (c) – a que requer a descrição do objetivo pelo qual tais verbos foram utilizados –; e (d) – que, a partir do emprego de uma forma verbal flexionada no modo indicativo, propõe aos aprendizes pensar esse uso, em comparação às demais formas verbais do cartaz.

Buscando subsídios para o ensino dos modos verbais na Teoria Enunciativa de Benveniste, pode-se reconhecer o modo imperativo como uma relação manifesta da *intersubjetividade* estabelecida entre um *eu* que, pelas formas verbais empregadas, constitui sentido, e um *tu* que, por intermédio dessas formas, é chamado à ação como, por exemplo, na primeira figura: *tampe* os tonéis e caixas d'água.

Reflexões assim podem, inclusive, servir como mote para a análise de quadros de flexões verbais, já que não se propõe abolir a gramática das aulas de língua; em vez disso, sugere-se ponderar acerca do uso dessas formas linguísticas inventariadas.

No caso do modo verbal imperativo, por exemplo, é possível discutir suas especificidades, como a ausência da 1ª pessoa gramatical do singular e a substituição dos tradicionais pronomes de 3ª pessoa gramatical (*ele/a, eles/as*) por pronomes de tratamento (*você/s*), segundo Cunha e Cintra (2016) e Perini (2016).

Pelo viés enunciativo, afasta-se a ideia da ‘ausência do *eu*’ no modo imperativo, como a gramática tradicional apregoa, pois, se não houvesse um *eu*, quem estaria dando uma ordem ao *tu*? Diante disso, pensar a língua pelo viés enunciativo possibilita ao aprendiz pensar no uso da língua, além da gramática. O *eu*, por colocar a língua em funcionamento, é essencial enunciativamente para dar ordens a um *tu*, do contrário como explicar a resposta/ação do *tu*?

Outra especificidade desse modo verbal, a substituição da 3ª pessoa (*a não pessoa benvenistiana*) por um pronome de tratamento também pode ser elucidada a partir dos pressupostos teóricos de Benveniste (2005), quando este afirma que a *não pessoa* não faz parte da relação *eu-tu*, não podendo, assim, receber ordens, orientações e conselhos.

Em suma, por essa perspectiva, há o entendimento de que, no modo imperativo, existe uma relação viva entre o *eu* e o *outro* – o que pode não ser tão claro se se tomar para observação apenas os aspectos formais da referida categoria linguística.

Na pergunta (d), é questionado o uso da forma verbal “aumentou” no enunciado “O perigo aumentou”, esperando que o estudante perceba a diferença entre a certeza expressa por essa forma, concernente ao modo verbal indicativo, e o teor de orientação advindo dos verbos flexionados no modo imperativo.

Enunciativamente, o jogo entre os modos verbais contemplados nessa atividade demonstra um locutor que, ao apropriar-se das formas verbais referentes ao modo indicativo, expressa certeza: com efeito, o perigo (de doenças provocadas por mosquitos) aumentou. Diante dessa certeza, ele se apropria das formas do modo verbal imperativo, em um chamamento para a resolução do problema constatado: “Convoque sua família e seus vizinhos para o combate aos criadouros do mosquito”.

Neste momento, reitera-se a importância de se conceber os modos verbais como formas disponíveis para serem apropriadas pelos aprendizes, tendo em vista o sentido que se quer e que se pode constituir a partir das combinações da língua, em uma constante relação com o que está sendo dito e com o *outro*.

Na sequência, a obra *Tecendo linguagens* aborda os tempos verbais do modo indicativo. A partir da notícia¹⁴ “País tem 917 municípios em crise hídrica”, retirada do portal Agência Brasil, o livro didático propõe atividades sobre os tempos verbais presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito, destacando-se os exercícios que demandam a identificação desses *tempos* e o raciocínio sobre as diferenças entre eles. Na figura 6, observa-se a ênfase dada ao *presente*:

Figura 6 – Tempo presente do modo verbal indicativo

2. Releia o primeiro parágrafo da notícia.

O Brasil tem 917 municípios em crise hídrica, informou o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, ao participar do 8º Fórum Mundial da Água. Esse número corresponde aos municípios que estão em situação de emergência por seca ou estiagem até o dia 13 de março.

a) Transcreva os verbos que aparecem nesse trecho, agrupando-os em duas colunas, conforme estejam conjugados no presente ou no passado. 1ª coluna – Presente: *tem, corresponde, estão.*
2ª coluna – Passado: *informou.*

b) Que efeito de sentido o emprego do presente do indicativo e da terceira pessoa constrói no texto da notícia? Resposta possível: O verbo empregado no presente do indicativo constrói a ideia de momento presente, atual; e o emprego da terceira pessoa confere neutralidade aos fatos, com vista a dar mais credibilidade à notícia, sem deixar marcas pessoais.

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 174.

Na letra (a), o estudante deve agrupar formas verbais, o que exige somente a diferenciação entre os *tempos* em questão; interessa, sobretudo, para este estudo, analisar a letra (b), visto que propõe haver, a partir das marcas formais do tempo presente e da terceira pessoa verbal, na notícia, as ideias de momento atual e de neutralidade.

Veja-se que, mais uma vez, o emprego do *presente* é concebido como marca de atualidade, embora o acontecimento noticiado tenha ocorrido no passado. Nesse sentido, insiste-se no princípio de que, para Benveniste (1989), *tempo crônico* (dos acontecimentos) e *tempo linguístico* (do discurso) não coincidem. Ainda, reitera-se que só se pode situar o primeiro em decorrência do segundo, o qual permite assinalar acontecimentos como anteriores, simultâneos ou posteriores à instância discursiva.

Isso posto, questiona-se: se o locutor é responsável por empregar o tempo presente no seu discurso, e este é o momento gerador e axial do tempo (BENVENISTE, 1989), pode-se, com efeito, considerar que não há ‘marcas pessoais’ na notícia em questão?

Nesse sentido, retoma-se o que dizem Flores e Teixeira (2012): a língua está sempre ligada ao *sujeito* e à sua enunciação, como se observa em outra marca temporal (não verbal) presente no trecho da atividade em análise – a expressão “até o dia 13 de março”, que denota

¹⁴ O texto em questão pode ser lido na íntegra no ANEXO B – NOTÍCIA (II).

um tempo posterior ao discurso, sem que se possa identificá-lo precisamente. Em suma, o *sujeito* que enuncia deixa, nas relações temporais, marcas de sua *subjetividade*.

Nesse caso, há algo que poderia ser destacado para os aprendizes com relação à noção de *tempo*. Aqui tem-se o tempo da publicação da matéria, 20 de março de 2018, no entanto, a referência a 13 de março de 2018 está em relação ao presente da fala do ministro, à qual não se tem acesso na matéria. Ao fazer o estudante pensar nisso, pode-se demonstrar que o reconhecimento do modo e do tempo verbal, unicamente, não é suficiente para entender se a estiagem ainda acontecia depois dessa data. Significa dizer que, para que se compreenda de fato o discurso lido, ter clareza sobre o tempo presente ser o de quem produz o discurso é imprescindível. Com esse exemplo, mostra-se concretamente ao aprendiz como sua leitura, por exemplo, deveria ser feita e, com isso, estar-se-ia contribuindo para o desenvolvimento da habilidade de compreensão leitora dos estudantes. A gramática ensina a forma, mas o sentido só é compreendido quando se pensa enunciativamente.

Na figura 7, é trazida uma atividade comparativa entre os tempos pretérito perfeito e pretérito imperfeito do modo verbal indicativo.

Figura 7 – Tempos pretérito perfeito e pretérito imperfeito do modo verbal indicativo

5. Compare os trechos a seguir: no tempo presente confirma que essa crise já é problema também em outras regiões do Brasil, não somente no Nordeste.

I. **Temos** de intensificar a cooperação entre os órgãos governamentais.
 II. **Tivemos** de intensificar a cooperação entre os órgãos governamentais.
 III. **Tínhamos** de intensificar a cooperação entre os órgãos governamentais.

a) Indique quais verbos foram conjugados no passado. Tivemos, tínhamos.

b) Em qual dos trechos o verbo indica uma ação passada e já concluída? No trecho II.

c) Em qual dos trechos o verbo indica uma ação constante, que se repetia continuamente no passado? No trecho III.

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 175.

A partir desse exercício, Oliveira e Araújo (2018, p. 175) definem o tempo verbal pretérito perfeito como aquele empregado para “referir a algo que já aconteceu e está totalmente acabado” e, o pretérito imperfeito, para “referir a uma ação que acontecia no passado com frequência, de forma contínua, ou indicar que um fato estava acontecendo antes que outro o interrompesse”.

Pautando-se pelo que propõe Benveniste sobre a enunciação, tem-se a possibilidade de explicitar para os estudantes que, em “Tivemos de intensificar a cooperação entre os órgãos

governamentais”, o enunciador situa a ação como passada e encerrada em relação à instância discursiva que atualiza a forma verbal ‘tivemos’. Contudo, no caso da construção “Tínhamos de intensificar a cooperação entre os órgãos governamentais”, a forma verbal atualizada denota uma ação também passada, mas cotidiana, em que não se consegue perceber um encerramento. Assim, o usuário da língua pode empregar ora o pretérito perfeito, ora o pretérito imperfeito, dependendo do sentido que tenciona constituir: conclusão ou não de uma ação passada.

Ademais, como já abordado, a possibilidade de se remontar a três ‘passados’ é uma propriedade linguística – e não ‘objetiva’ –, originada, segundo Benveniste (1989), do tempo presente daquele que enuncia. Assim, do ponto axial do discurso, é facultado ao locutor mobilizar diferentes formas linguísticas, dependendo da relação deste com o que enuncia.

Reforça-se que o uso das formas verbais é sempre um exercício compartilhado com o *outro*: “a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor” (BENVENISTE, 1989, p. 77), graças à *intersubjetividade*, condição para o diálogo e para a experiência humana na linguagem.

O tempo verbal pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo, embora menos usual, também é abordado na obra didática em análise. A seguinte atividade, elaborada a partir da resenha¹⁵ “Os casos de Rolando Boldrin”, veiculada no portal *on-line* R7, envolve a comparação de verbos e fornece aos aprendizes um quadro com as formas verbais oriundas do passado do modo indicativo.

¹⁵ O texto em questão pode ser lido na íntegra no ANEXO C – RESENHA.

Figura 8 – Tempo pretérito mais-que-perfeito do modo verbal indicativo

4. Leia também esse trecho da resenha:

Bem-humorado, Boldrin revela que “topou direto” contar a sua vida ao receber o convite dos jornalistas Corrêa e Taira, já conhecidos da TV Cultura, onde hoje Boldrin apresenta o programa *Sr. Brasil*.

Observe:

I – Boldrin revela que **topou** direto contar a sua vida.
 II – Boldrin revela que **topava** direto contar a sua vida.
 III – Boldrin revela que **topara** direto contar a sua vida.

a) Os verbos destacados nos três trechos estão no passado. Em qual dos trechos o verbo indica uma ação já concluída? **No trecho I.**

b) Em qual dos trechos o verbo indica uma ação que acontecia no passado inúmeras vezes, com tempo de duração indeterminado? **No trecho II.**

c) Em qual dos trechos o verbo indica uma ação que aconteceu no passado, indicando um tempo remoto, distante? **No trecho III.**

No quadro a seguir, observe a conjugação do verbo *topar* nas formas do pretérito do modo indicativo.

NÚMERO	PESSOA	PRETÉRITO		
		PERFEITO	IMPERFEITO	MAIS-QUE-PERFEITO
Singular	Eu	topei	topava	topara
	Tu	topaste	topavas	toparas
	Você	topou	topava	topara
	Ele/ela	topou	topava	topara
Plural	Nós	topamos	topávamos	topáramos
	Vós	topastes	topáveis	topáreis
	Vocês	toparam	topavam	toparam
	Eles/Elas	toparam	topavam	toparam

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 205.

Para as autoras, o pretérito mais-que-perfeito do modo verbal indicativo tem por função “indicar uma ação que ocorreu antes de outra ação passada ou [...] indicar um acontecimento situado de forma incerta no passado” (OLIVEIRA; ARAÚJO; 2018, p. 206).

Além da definição dada pelas autoras, há ainda a possibilidade de essa forma verbal servir para indicar uma ação ocorrida em um tempo mais longínquo, isto é, não referindo algo do passado recente, mas de um passado bem mais distante.

Mais uma vez, não basta apenas ensinar o que é proposto pelas gramáticas, pois, para que o estudante compreenda efetivamente essa forma verbal, é preciso fazê-lo refletir sobre o sentido que se quer dar ao discurso ao empregar esse tipo de pretérito. Sem ter clareza do presente axial de quem produz esse tipo de discurso, poderá não fazer diferença para quem o lê, usar uma outra forma do pretérito.

Na atividade em questão, a proposição “Boldrin revela que topara direto contar a sua vida”, poderia ser entendida como uma referência a um convite feito num tempo longínquo e que foi aceito por ele. Possivelmente, se esse enunciado estivesse sendo analisado no discurso

como um todo, poderia ser entendido como se Boldrin estivesse dizendo que desde muito tempo na sua carreira, e até hoje, aceita falar sobre sua vida.

Os tempos futuro do presente e futuro do pretérito do modo verbal indicativo são tratados a partir de um exemplo oriundo da reportagem¹⁶ “O que é que as moquecas têm? Veja as diferenças entre a baiana e a capixaba”, do Jornal Gazeta do Povo, conforme figura 9.

Figura 9 – Tempos futuro do presente e futuro do pretérito do modo verbal indicativo

2. Leia as duas frases abaixo:
Expressa a ideia de futuro.

Se usar outro tipo de panela, **o sabor não mudará muito.**

Se usasse outro tipo de panela, **o sabor não mudaria muito.**

Responda:

a) Em qual dessas frases o verbo *mudar* indica uma ação que poderia ter acontecido posteriormente a uma situação no passado? *Na segunda frase.*

b) E em qual das duas frases esse verbo expressa uma ação futura em relação ao momento presente? *Na primeira frase.*

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 237.

No exercício em questão, espera-se que o aprendiz consiga diferenciar dois ‘futuros’: na letra (a), um que exprime uma ação posterior a um momento passado; e, na letra (b), um que indica uma ação posterior ao momento presente.

Quanto a essa atividade, sugere-se pensar, inicialmente, a necessidade da observância da totalidade das construções em análise, uma vez que, como se verifica no exemplo correspondente à letra (a), a indicação de uma ação posterior a um momento passado em “não mudaria” se dá em relação a “Se usasse outro tipo de panela”.

Além disso, pela ótica enunciativa, podem ser explicitadas diferentes atitudes do enunciador em face do que diz. Veja-se:

- (a) *Se usar outro tipo de panela, o sabor não mudará muito.*
- (b) *Se usasse outro tipo de panela, o sabor não mudaria muito.*

Enquanto, em (a), tem-se um enunciador certo de que o sabor de um alimento não mudará, em (b), não há certeza quanto à permanência desse sabor. Também em (a), o uso de

¹⁶ O texto em questão pode ser lido na íntegra no ANEXO D – REPORTAGEM.

outro tipo de panela é uma possibilidade, visto se tratar de uma ação posterior ao discurso, porém, em (b), esse uso, dado como passado na instância discursiva, não é mais uma possibilidade.

Destarte, para além das formas verbais e das relações temporais em jogo nos futuros do presente (a) e do pretérito (b), tem-se, enunciativamente, as marcas de um *sujeito* que, se apropriando dessas formas, confere ao que enuncia ora grau de certeza, ora grau de incerteza.

4.4 SE LIGA NA LÍNGUA: LEITURA, PRODUÇÃO DE TEXTO E LINGUAGEM

O manual do professor da coleção *Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem* (doravante *Se liga na língua*) a que se teve acesso, em conformidade com a BNCC, apresenta como proposta quanto ao ensino de língua:

apresentar atividades que dialogam com uma perspectiva sociointeracionista e uma metodologia construtivo-reflexiva. Para isso, são propostas ao estudante atividades de análise e reflexão que o convidam a resgatar o que já sabe a respeito de um assunto, a ampliar seu repertório, a expor sua subjetividade de maneira criativa, a se expressar criticamente como cidadão, utilizando-se do potencial pleno de uma língua viva e real, e a gerenciar com autonomia o próprio aprendizado (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2018, p. VIII).

Em relação ao eixo *análise linguística/semiótica*, da BNCC, no qual se incluem os conhecimentos gramaticais, os autores afirmam ser necessário trabalhar com os fenômenos linguísticos em práticas situadas de linguagem. Não obstante, também defendem que haja momentos específicos destinados à sistematização desses conhecimentos, bem como à sua análise e compreensão, para que se oportunize aos estudantes “uma percepção mais consciente do uso pessoal que fazem da língua e uma tomada de decisão quanto a manter ou alterar, nos vários contextos de uso, as construções mais familiares” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2018, p. XVII).

Para o exame da abordagem dos modos verbais da língua portuguesa no volume referente ao sexto ano do Ensino Fundamental dessa coleção, buscou-se contemplar as seções nas quais havia menção explícita ao referido conteúdo. Assim, a partir do levantamento feito, observou-se que os modos verbais são tratados unicamente na seção *Mais da língua*, a qual apresenta “um conjunto de informações e de atividades que estimulam reflexões sobre a língua e outras linguagens” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2018, p. 6) e faz parte do capítulo 6 – “Anúncio e outros gêneros publicitários: a venda de produtos e de ideias” – da obra. Dessa maneira, essa é a seção levada em conta na subsequente análise.

Em se tratando do *verbo*, os autores definem-no como: “uma palavra que expressa ação, fenômeno da natureza ou estado, associados à noção de tempo” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2018, p. 191). Na sequência, são abordadas as flexões verbais, a partir do exercício que consta na figura 10:

Figura 10 – Flexões do verbo


Reprodução proibida. Art. 184 do Código Pen

Flexões do verbo

1. Refere-se ao degelo das calotas polares, que está diretamente ligado ao aquecimento global. Esse contexto é sugerido pela presença de uma representação do globo terrestre dentro de uma gota.

Preste atenção no anúncio publicitário ao lado, sobre uma campanha de conscientização para a preservação do meio ambiente.

- 1** No contexto dos problemas ambientais, a que se refere o verbo *derreter*? Que elemento não verbal evidencia esse contexto?
- 2** Substitua a sequência de pronomes *eu, tu* e *você* por um único pronome que englobe todos eles e coloque o verbo na forma adequada.
Nós derretemos.
- 3** Compare a forma verbal que você usou com as que estão no anúncio. Por que as formas verbais precisam variar?
Para concordar com o praticante da ação.
- 4** Suponha que a ação de *derreter* já tivesse acontecido. Quais deveriam ser as formas verbais do anúncio?
Eu derreti, tu derreteste, você derreteu.
- 5** E se a ação ainda fosse acontecer?
Eu derreteria, tu derreteria, você derreteria.
- 6** Compare as formas verbais do texto com aquelas que você indicou nas questões 4 e 5. Como os verbos expressam a noção de tempo?
Por meio de suas terminações.



DAVID TRIGG/ISTOCK/GETTY IMAGES

101

Fonte: ORMUNDO; SINISCALCHI, 2018, p. 191.

No que diz respeito à Teoria Enunciativa de Benveniste e, mais especificamente, à noção de *subjetividade*, interessa, inicialmente, a atividade 2, em que é solicitado aos estudantes que utilizem o pronome ‘nós’ para retomar as pessoas ‘eu’, ‘tu’ e ‘você’.

Conforme Benveniste (2005), não há *nós* sem *eu*, sendo que este predomina sobre o elemento *não-eu* – não importando se o elemento *não-eu* consistir em ‘tu’, ‘você’, ou mesmo ‘ele’ –: a *subjetividade* de *eu* não permite simples pluralização, mas, sim, sujeita o elemento *não-eu* à sua presença. Reforça-se, assim, a ideia de que as *peçoas* não são homogêneas e simétricas como podem parecer nos paradigmas verbais.

Em relação à questão 3, que aborda a relevância da variação das formas verbais, pode-se pensar que, para além de concordarem com “o praticante da ação”, vide a resposta sugerida para o exercício, as formas verbais indicam se o *sujeito* que enuncia fala de si mesmo –

utilizando-se das formas correspondentes à 1ª *pessoa* –; do *outro* – empregando as formas de segunda *pessoa* –; ou, ainda, se descreve uma ação referente a algo/alguém que não faz parte da relação *eu-tu* – atualizando, assim, as formas de terceira *pessoa* – *não pessoa*.

Assim, a relevância da variação das formas verbais consiste em possibilitar a expressão, por parte de quem enuncia, de diferentes relações – tanto *pessoais* quanto *temporais* –, estas últimas especialmente perceptíveis nas atividades 4, 5 e 6, que propõem a reescrita e a observação de formas do verbo ‘derreter’.

Subsequentemente, o livro conceitua as flexões verbais. Consoante Ormundo e Siniscalchi (2018, p. 192), a flexão de *pessoa* e de *número* “associa o verbo a uma das pessoas do discurso”; a de *tempo* “informa se uma ação é simultânea (presente), anterior (pretérito) ou posterior (futuro) à fala”; e a de *modo* “indica a atitude – de certeza, suposição, ordem etc. – do falante diante do processo verbal”.

Pautada pela gramática, a obra didática traz quadros relativos às terminações verbais e a verbos regulares e irregulares, contrapondo formas dos verbos ‘vender’, ‘escrever’ e ‘dizer’. Ademais, enfoca, em exercícios que partem de histórias em quadrinhos, o conteúdo *formas verbais simples e compostas*, abordando, também, a noção de *verbos auxiliares*.


Em comparação ao volume da coleção *Tecendo linguagens*, nota-se que, enquanto esta privilegia os *tempos verbais*, conforme atividades previamente analisadas, a coleção *Se liga na língua* enfatiza outros aspectos gramaticais do verbo, estes não relevantes para o recorte teórico aqui adotado.

No que tange à noção de *modo verbal*, destaca-se o seguinte exercício, a partir do qual se pode enfatizar as diferentes relações do enunciador com aquilo que enuncia:

Figura 11 – Modos verbais subjuntivo e indicativo

Modos verbais

Leia este meme.



ALENA OZEROVA/SHUTTERSTOCK

O **meme** é uma frase ou imagem, separadas ou combinadas, que se popularizam ou "viralizam" na internet por serem engraçadas. Um vídeo também pode ser um meme.

Diante da impossibilidade de confirmar a autoria dos memes e solicitar autorização de uso, criamos este especialmente para fins didáticos.

Reprodução proibida. Art. 184, do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 A oração "Que o dia seja tão bom" expressa uma hipótese, um desejo, uma ordem ou uma percepção? *Um desejo.*

6 E o que expressa a oração "quanto minha cama estava": uma hipótese, uma afirmação, um desejo ou um convite? *Uma afirmação.*

Fonte: ORMUNDO; SINISCALCHI, 2018, p. 196-197.

As questões 5 e 6, referentes ao *meme* trazido na figura 11, demandam do estudante que perceba a expressão de desejo em "Que o dia seja tão bom" e de certeza em "quanto minha cama estava". As questões anteriores, por contemplarem unicamente perguntas relativas ao gênero focado, foram desconsideradas.

Segundo os postulados benvenistianos, os modos verbais denotam diferentes atitudes do enunciador diante do que este diz (BENVENISTE, 1989). Com isso em vista, pode-se demonstrar aos aprendizes que os modos verbais da língua portuguesa são formas a serviço da expressão de diferentes relações: em "Que o dia seja tão bom", por exemplo, não há certeza sobre como será o dia; há, em vez disso, manifestação de desejo por parte do *sujeito* que enuncia, atualizando uma forma verbal do modo subjuntivo. Já em "quanto minha cama estava",

há uma constatação – a cama estava boa, de fato. Em síntese, nesse jogo entre ‘desejo’ e ‘certeza’, há marcas do *sujeito* no que este diz.

A partir dessa atividade, os autores definem os modos verbais: “Chamamos de **modo verbal** essa possibilidade de expressar a maneira como encaramos o processo verbal na própria forma da palavra”, sendo que o modo indicativo “expressa certeza, convicção”, o subjuntivo “expressa hipótese, dúvida” e o imperativo “expressa recomendação, ordem, pedido, conselho, orientação” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2018, p. 197, grifo dos autores).

Após a apresentação dos paradigmas referentes aos modos indicativo e subjuntivo, são trazidos exercícios que, em sua maioria, propõem a reescrita e a observação de diferentes formas verbais.

Embora não contemple o modo imperativo nos paradigmas verbais que traz para consulta, a obra aborda as nuances de sentido expressas por esse modo verbal, conforme se pode notar na figura 12.

Figura 12 – Modo verbal imperativo

(continua)

3 Leia a tira da ilustradora fluminense Bianca Pinheiro.

Bianca Pinheiro

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

© BIANCA PINHEIRO

Abuse da língua

O modo imperativo é usado para a expressão de ordens, conselhos, orientações etc. A mesma ideia pode ser expressa por formulações diversas. Sem recorrer ao imperativo, apresente três maneiras diferentes de ordenar, pedir ou recomendar que alguém fale mais baixo.

(conclusão)

<p>a) Com que bicho a loba-guará Pile está conversando? <i>Com um tatu-bola.</i></p> <p>b) De que maneira o corpo de Pile revela seus sentimentos? Justifique sua resposta. <i>No primeiro, segundo e quarto quadrinhos, as orelhas abaixadas indicam incômodo, enquanto, no terceiro, indicam surpresa.</i></p> <p>c) Descreva a maneira como as falas foram representadas nos balões do primeiro quadrinho. Que efeito a cartunista criou?</p> <p>d) Em todas as falas os verbos encontram-se no mesmo modo. Qual?</p> <p>e) Esse modo é usado para expressar ordens, pedidos, conselhos e orientações. Analise cada uma das frases e identifique seu valor específico.</p> <p>f) O que justifica esse uso diferenciado? <i>O tatu está vulnerável, por isso, só pode pedir, implorar, enquanto a loba, em posição de vantagem, ordena.</i></p>	<p>3c. A cartunista criou uma sobreposição do balão de fala da loba ao balão de fala do tatu, sugerindo que ela gritou em cima da fala dele, interrompendo-a.</p> <p>3d. No modo imperativo.</p> <p>3e. "Fica quieto!": ordem; "Não me coma"; "Desculpa" e "Mas, por favor, não me coma!": pedido.</p>
---	--

201 ● —

Fonte: ORMUNDO; SINISCALCHI, 2018, p. 201.

Excetuando-se as questões relativas à tira, a atividade propõe aos estudantes que identifiquem os verbos empregados como pertencentes ao paradigma do modo imperativo (letra (d)) e que percebam diferenças de sentido entre essas formas verbais (letra (e)), justificando-as (letra (f)).

Note-se que, pela própria noção de *enunciação*, que é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82), de um *eu* para um *tu*, em determinado *aqui-agora*, pode-se conceber a existência das diferenças de sentido sugeridas pelo exercício (ordem e pedido) no que tange às formas verbais do modo imperativo.

Afinal de contas, a estrutura linguística “Não me coma!”, por exemplo, pode ser tanto uma ordem, quanto uma súplica, dependendo da instância discursiva na qual é atualizada. Igualmente, atestará a presença do *sujeito* no que diz e poderá suscitar, no *outro*, uma resposta.

Concluída a análise que visa a identificar como a Teoria da Enunciação de Benveniste poderia colaborar com o ensino dos modos verbais, indo além do paradigma das gramáticas, a seguir propõe-se princípios que possam auxiliar o professor em sala de aula.

4.5 PROPOSIÇÃO DE PRINCÍPIOS

Embora as contribuições da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste para o ensino dos modos verbais nos Anos Finais do Ensino Fundamental tenham sido abordadas ao longo da análise do tratamento dado à gramática nos livros didáticos de sexto ano do Ensino Fundamental das coleções *Tecendo linguagens* e *Se liga na língua*, acredita-se ser relevante retomar, sintetizar e explicitar em princípios tais contribuições, para que o professor de língua compreenda *o que precisa saber sobre a Teoria Enunciativa de Benveniste para ensinar os modos verbais da língua portuguesa*.

O percurso até então trilhado pôs em diferentes perspectivas os modos verbais da língua portuguesa: primeiramente, sob o viés da gramática; na sequência, pela ótica da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste; e, por fim, a partir da análise de livros didáticos, tomados aqui como recurso para se pensar o ensino desse conteúdo.

Conforme referido anteriormente, a realização desse percurso teve como ponto de partida a convicção de que compete ao professor buscar diferentes vieses teóricos para abordar os fenômenos linguísticos com os quais trabalha em sala de aula. Como observado na análise das obras didáticas previamente realizada, a gramática pode contribuir para o ensino das formas linguísticas; contudo, a enunciação abre para uma outra possibilidade de ensino dos modos verbais da língua portuguesa, como maneira de não somente pensar nas formas, mas também no que, enunciativamente, estas representam.

Assim, aventa-se o primeiro princípio para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa, de caráter tão geral quanto basilar para o que se propõe aqui:

Princípio I – a gramática é um dos caminhos possíveis para se trabalhar língua – mas não o único

Na busca por esse outro caminho, observou-se o potencial da Teoria Enunciativa de Benveniste em se tratando da elucidação de aspectos relativos aos modos verbais da língua portuguesa.

Dentre esses aspectos, destacam-se:

- a) as diferentes atitudes do enunciador em face do que enuncia, como explorado com base nas atividades das figuras 4, 5, 9 e 11, por exemplo. Demonstrou-se que a percepção dessas atitudes se dá a partir do sentido das formas linguísticas empregadas, sendo que estas atestam a presença do *sujeito* no que diz;
- b) as particularidades do paradigma verbal do modo imperativo, abordadas a partir da análise da figura 5. Em relação à ausência da 1ª pessoa gramatical do singular, constatou-se que sempre há, enunciativamente, a presença de um *eu*, sendo que este não corresponde ao sujeito gramatical. Já em se tratando da substituição dos tradicionais pronomes de 3ª pessoa gramatical – *ele/a, eles/as* – por pronomes de tratamento – *você/s*, observou-se a impossibilidade de imperar sobre a *não pessoa* benvenistiana, visto que não faz parte da relação *eu-tu*.

A partir disso e dos postulados de Benveniste (1989) acerca da enunciação, propõe-se ao professor de língua o princípio II.

Princípio II – os modos verbais compreendem formas linguísticas, que, postas em uso, enunciam as atitudes do sujeito

Em consonância com o referido princípio, observou-se que o arranjo dessas formas depende da relação do locutor com a língua e com o alocutário, em determinada situação espaçotemporal, a exemplo da análise que parte da figura 11, em que se notou como o jogo entre as formas verbais dos modos subjuntivo e indicativo contribui para a expressão de desejo e certeza, no que ficam perceptíveis as marcas do *sujeito*.

Isso posto, a noção de *subjetividade*, isto é, da “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 2005, p. 286), também se mostrou basilar para a compreensão dos modos verbais, uma vez que, nos arranjos promovidos com as formas linguísticas disponíveis, é possível observar a presença do *sujeito* no que enuncia.

Essa presença é relevante, por exemplo, para a elucidação da categoria de *pessoa*. A partir das figuras 3 e 10, foi possível examinar os pronomes de primeira pessoa do plural – *nós* – e de terceira *pessoa* – *ele/a, eles/as* –, a *não pessoa* benvenistiana, constatando-se que o paradigma de *pessoa* se sujeita ao *locutor*. Destarte, enunciativamente, como Benveniste (2005) mesmo adverte, não se pode considerar as três *pessoas* como uniformes.

Pautando-se, assim, pelos pressupostos de Benveniste (2005) e pela análise empreendida, propõe-se seguinte princípio:

Princípio III – a relação entre as pessoas do paradigma verbal não é simétrica

Igualmente relevante é a presença do *sujeito* na organização e na expressão temporal do enunciado, como demonstrado, por exemplo, a partir das figuras 2, 3, 6, 7 e 9.

Com base nos exercícios relativos ao emprego de formas verbais no tempo presente, sendo que o acontecimento expresso pelo verbo ocorrera no passado, corroborou-se a ideia de que a organização temporal se dá a partir do eixo da instância discursiva.

Nas atividades em que se comparou formas verbais de diferentes ‘passados’ e ‘futuros’, foi possível reiterar que, a partir da enunciação, o locutor pode conceber e manifestar visões sobre o *tempo*.

Em síntese, parece necessário propor este princípio, que aclara o funcionamento das relações temporais dos paradigmas verbais:

Princípio IV – a atualização dos tempos do paradigma verbal é regida pela noção benvenistiana de tempo linguístico em oposição ao tempo crônico

Desfaz-se, então, a ideia de que os tempos verbais remontam ao *tempo crônico* – dos acontecimentos –, como afirma Perini (2016), visto que existem e podem ser atualizados em função do *tempo linguístico* – o *presente* daquele que enuncia (BENVENISTE, 1989).

Para se reafirmar a relevância da noção de *subjetividade*, tanto em relação à categoria de *persona*, quanto em relação à de *tempo*, sintetiza-se, no princípio V, como entram em jogo as noções contempladas nos paradigmas verbais.

Princípio V – a subjetividade linguística rege o emprego das formas pessoais e das formas temporais

Nas propostas feitas com base nas figuras 2, 5 e 7, por exemplo, contemplou-se a *intersubjetividade*, isto é, a relação entre o *eu* e o *outro*. Nesse sentido, observou-se que essa noção possibilita o compartilhamento das formas temporais, visto que, ao empregar uma forma verbal relativa ao tempo passado, por exemplo, é necessário que tal forma seja reconhecida e aceita pelo enunciatário, para que possa haver comunicação (BENVENISTE, 1989). Igualmente, reforçou-se a relevância da *intersubjetividade* na relação viva estabelecida entre *eu* e *tu* por meio do emprego do modo verbal imperativo.

Destarte, propõe-se que, ao abordar os modos verbais da língua portuguesa em sala de aula, o docente considere, também, o princípio VI.

Princípio VI – a intersubjetividade possibilita o compartilhamento, entre o eu e o outro, das formas temporais e, conseqüentemente, dos modos verbais

Por fim, pela ótica enunciativa, compreende-se que as formas verbais, inventariadas pelas gramáticas e contempladas nos livros didáticos, têm seu emprego determinado na/pela enunciação, posto que, como afirma Benveniste (1989, p. 86), “a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas”. Nesse sentido, parece mister reiterar que as formas da língua, em geral, e as verbais, em específico, não são dadas *a priori*; pelo contrário, o emprego dessas formas está sempre sujeito à relação do locutor com o que diz.

Com isso em vista, aventa-se o princípio VII.

Princípio VII – as formas verbais são determinadas pela relação do locutor com a língua

Para finalizar, retoma-se as habilidades propostas pela BNCC para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa no sexto ano do Ensino Fundamental, quais sejam: “(EF06LP04) Analisar a função e as flexões de substantivos e adjetivos e de verbos nos modos Indicativo, Subjuntivo e Imperativo: afirmativo e negativo” e “(EF06LP05) Identificar os efeitos de sentido dos modos verbais, considerando o gênero textual e a intenção comunicativa”.

Considerando que grande parte dos exercícios de ambas as coleções didáticas exige dos estudantes a mera identificação de formas verbais e que, pela Teoria Enunciativa de Benveniste, foi possível explorar tais exercícios, propondo-se reflexões acerca do uso dessas formas, sugere-se que, no que tange às habilidades de “analisar” e “identificar efeitos de sentido”, a referida Teoria parece ter muito a colaborar.

Por fim, cumpre salientar que, por meio da proposição de tais princípios, tencionou-se, pretensiosamente, contribuir para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa, visando oportunizar, ao professor, subsídios para sua prática e, aos aprendizes, sobretudo, a reflexão sobre as formas linguísticas que têm a seu dispor, para que possam mobilizar a língua em prol de enunciarem(-se).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando-se propor princípios para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental, pautados pela Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, traçou-se um percurso de pesquisa que envolveu dois aspectos do estudo da linguagem: *enunciação* e *gramática*.

O primeiro passo desse percurso envolveu uma retomada da origem da gramática no Ocidente e dos primórdios da gramatização da língua portuguesa, no intuito de compreender as bases dessa disciplina milenar que, muitas vezes, fundamenta o trabalho do professor de língua, bem como a elaboração de livros didáticos que chegam à sala de aula. A partir disso, observou-se, dentre outros aspectos, a permanência do modelo gramatical grego, assim como se pôde perceber diferentes tentativas de aproximação entre tradição gramatical e ensino.

Alargando-se esse passo, investigou-se a abordagem dos modos verbais da língua portuguesa em diferentes compêndios gramaticais. Foram revisitadas as obras de Cunha e Cintra (2016); Bechara (2019); Perini (2016); e Neves (2011), quanto à noção de *verbo* e de *flexões verbais: número, pessoa, tempo* e, especialmente, *modo*, dado ser este o objeto desta pesquisa. Nas gramáticas investigadas, percebeu-se que os modos verbais da língua portuguesa são recorrentemente relacionados às referidas flexões e que sua abordagem privilegia, majoritariamente, as intenções com que são utilizados e as estruturas em que são admitidos.

Embora se considere as gramáticas instrumentos válidos para o (re)conhecimento das formas da língua, decidiu-se que era necessário, por ora, mudar o curso do trajeto.

Para dar a conhecer a nova direção tomada, apresentou-se um panorama da recepção dos estudos benvenistianos no Brasil, no que se observa, mais recentemente, segundo Flores (2017), maior interesse pela obra de Benveniste em geral. Dentre as direções tomadas por tais estudos, destaca-se sua aplicação à gramática.

Lançadas as bases para a investigação da Teoria da Enunciação de Benveniste, foram revisitados, em textos de ambos os volumes de *Problemas de Linguística Geral* (2005; 1989), de Benveniste, assim como em estudos de pesquisadores da área enunciativa, os conceitos de *enunciação, pessoa, subjetividade e tempo*, basilares tanto para a referida Teoria, quanto para os paradigmas verbais anteriormente examinados. Esse caminho convergiu para uma reflexão acerca da possibilidade de um ensino voltado ao uso da língua.

Como culminância desse percurso, foram analisados dois livros didáticos de sexto ano do Ensino Fundamental que compõem as coleções mais distribuídas nas escolas brasileiras no ano de 2020, segundo dados divulgados pelo Programa Nacional do Livro e do Material

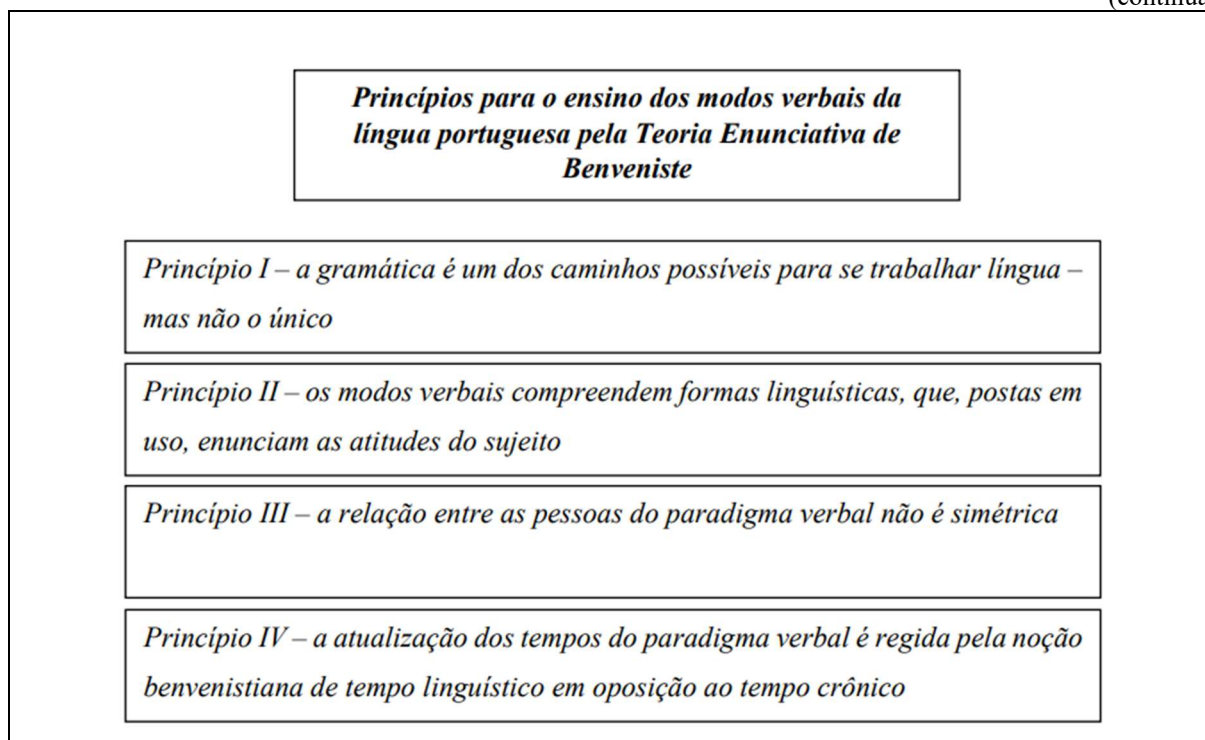
Didático. Posto que não é possível saber como cada professor elabora suas aulas de língua, buscou-se, nessa análise, um recurso orientativo para a proposição de princípios para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa.

A partir das atividades contempladas nas obras *Tecendo linguagens: língua portuguesa* (2018), de autoria de Tania Amaral Oliveira e Lucy Aparecida Melo Araújo, e *Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem* (2018), de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi, constatou-se que, para além da identificação de formas verbais, a Teoria Enunciativa de Benveniste pode colaborar para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa a partir da elucidação de aspectos como as diferentes atitudes do enunciador diante do que enuncia, marcando-se no diz; as categorias de *pessoa* e de *tempo*, que, sob o prisma da *subjetividade*, podem ser repensadas; o compartilhamento temporal, facultado pela *intersubjetividade*; salientando-se, enfim, a relação do locutor com a língua na mobilização dessas formas verbais.

Como forma de reiterar o objetivo deste estudo, que é o de colaborar para o ensino dos modos verbais da língua portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental, retoma-se os princípios aventados quanto à perspectivação enunciativa desse conteúdo.

Figura 13 – Princípios propostos

(continua)



(conclusão)

<i>Princípio V – a subjetividade linguística rege o emprego das formas pessoais e das formas temporais</i>
<i>Princípio VI – a intersubjetividade possibilita o compartilhamento, entre o eu e o outro, das formas temporais e, conseqüentemente, dos modos verbais</i>
<i>Princípio VII – as formas verbais são determinadas pela relação do locutor com a língua</i>

Fonte: da autora.

Apesar de se ter chegado à elaboração de tais princípios, ainda são muitos os desafios relacionados ao ensino de língua. Igualmente, são muitos os percursos que se pode delinear a partir da enunciação. Como o próprio linguista da enunciação menciona: “Muitas noções na linguística [...] aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecermos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala” (BENVENISTE, 2005, p. 293).

Esta pesquisa não encerra aqui, pois abre possibilidades para testagens em sala de aula, bem como orienta para sua continuação/ampliação em um futuro doutorado. Vislumbra-se, por exemplo, a transformação dos princípios propostos, isto é, do saber científico, para um saber fazer para os professores da Educação Básica.

Projeta-se essa transformação do conhecimento científico, pois o que se busca é contribuir também com aqueles professores privados de cursar uma graduação ou pós-graduação e que, portanto, possivelmente não tenham acesso à teoria.

Há, no Brasil, uma quantidade muito grande de professores nessas condições¹⁷ e que também são responsáveis pela formação dos estudantes do País. Fazendo isso, estar-se-ia, de fato, transformando uma pesquisa acadêmica em uma contribuição social.

¹⁷ Consoante dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no portal Agência Brasil, o acesso ao ensino superior no Brasil estabilizou-se em 32,7% dos jovens entre 18 e 24 anos. Tal percentual é considerado incompatível com o padrão internacional, segundo a pesquisadora do IBGE Betina Fresneda. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/aceso-nivel-superior-no-brasil-e-muito-abaixo-dos-padroes-internacionais>. Acesso em: 28 jul. 2022.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/aceso-nivel-superior-no-brasil-e-muito-abaixo-dos-padroes-internacionais>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- ALVES, Jordane Fernandes. **A alternância subjuntivo/indicativo em orações independentes na fala do Cariri**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10941>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAIOCATO, Isabela. **A alternância entre os modos subjuntivo e indicativo no português brasileiro: um estudo em cartas pessoais do século XX**. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151153>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- BULL, William. *Spanish for teachers: applied linguistics*. Nova York: Ronald, 1965.
- CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- D'AVILA, Nerci Terezinha. **Voz verbal: uma abordagem enunciativa**. 2006. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7143>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* **Enunciação e gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento; NUNES, Paula Ávila. Pode a enunciação contribuir para o ensino de gramática? **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 30, p. 61-73, jan. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22621>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Saussure e Benveniste no Brasil**: quatro aulas na école normale supérieure. São Paulo: Parábola, 2017.

LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves. **Bases sintáticas da enunciação em português**: uma proposta sobre o adjunto adverbial. 2013. 142 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-9E3M2Q>. Acesso em: 27 jul. 2022.

Ministério da Educação; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20do%20Livro,nomes%20e%20formas%20de%20execu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 jul. 2022.

Ministério da Educação; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Valores de Aquisição por Título – Anos Finais – PNLD 2020**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/124-livro-didatico?download=13720:pnld-2020-anos-finais>. Acesso em: 19 jul. 2022.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Unesp, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

OLIVEIRA, Sara Maria Ferreira de. **Enunciação e gramática**: um estudo do tempo na concordância verbal. 2018. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1106>. Acesso em: 27 jul. 2022.

OLIVEIRA, Tania Amaral; ARAÚJO, Lucy Aparecida Melo. **Tecendo linguagens**: língua portuguesa: 6º ano. 5. ed. Barueri: IBEP, 2018.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. **Se liga na língua**: literatura, produção de texto, linguagem: 6º ano. São Paulo: Moderna, 2018.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Elias. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Vanice Oliveira Sargentini, Cleudemar Alves Fernandes.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

TOLDO, Cláudia. O aparelho formal da enunciação: que aparelho é este? In. TOLDO, C.; FLORES, V. **Desenredo**. Passo Fundo: UPF, 2018. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/8607>. Acesso: em 27 jul. 2022.

TOLDO, Claudia; BORTOLINI, Fernanda Lopes. As categorias de pessoa e de tempo: a singularidade da experiência humana que se revela no discurso. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1-19, set. 2020. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/2483>. Acesso em: 28 jul. 2022.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.

VIEIRA, Marta Mara Munguba. **Alternância no uso dos modos indicativo e subjuntivo em orações subordinadas substantivas**: uma comparação entre o português do Brasil e o francês do Canadá. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/16125>. Acesso em: 27 jul. 2022.

ANEXO A – NOTÍCIA (I)

← → <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/apos-reveillon-garis-retiram-290-toneladas-de-lixo-de-copacabana>

Após Réveillon, garis retiram 290 toneladas de lixo de Copacabana

Em toda a orla do Rio, foram recolhidas 653 toneladas de lixo

RIO DE JANEIRO – Da Agência Brasil
01/01/2018 – 14h49 (atualizado em 01/01/2018 – 14h54)



Festa reuniu 2,4 milhões de pessoas na praia de Copacabana (RJ), 2018.

A festa de Réveillon na praia de Copacabana deixou mais de 285 toneladas de lixo, recolhidas por 3 mil garis que se revezaram em uma operação que começou no domingo (31) e terminou na segunda-feira (1º) antes das 10h, segundo a Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana). O volume é um pouco menor que o do ano passado, quando 290 toneladas de lixo foram retiradas do local após o evento.

Para a festa da virada, que reuniu 2,4 milhões de pessoas, foram colocados cerca de 700 contêineres extras em Copacabana, facilitando o depósito de lixo. Segundo a Comlurb, essas lixeiras ajudaram a reduzir o descarte de grandes volumes nas ruas, como embalagens de gelo e de cerveja, que costumam ser encontradas ao amanhecer na Avenida Atlântica após grandes eventos.

Em toda a orla da cidade do Rio de Janeiro, foram retiradas das praias 653 toneladas de lixo esta manhã, 100 toneladas a mais que em 2017. A praia carioca com maior aumento da quantidade de lixo foi a da Bica, na Ilha do Governador, na zona norte, que recebeu shows na madrugada.

Para manter as praias limpas, equipes da prefeitura estão espalhadas pela orla para multar quem descartar lixo fora do local apropriado. Na temporada de verão, banhistas acabam deixando nas areias e no calçadão latas de cerveja, bitucas de cigarro e muitas garrafas PET. A multa para esse tipo de infração é de pelo menos R\$ 170 e é aplicada por equipes do programa Lixo Zero.

Antes da virada, como forma de chamar atenção, a Comlurb aplicou 38 multas de até R\$ 200 em Copacabana para quem descartou lixo no chão. Apesar das autuações, o presidente da Comlurb, Rubens Teixeira, avalia que as pessoas estão mais conscientes e até levam o lixo para descartar em casa quando não encontram lixeiras. "Houve uma percepção da equipe que, realmente, houve uma redução, geral, no volume de lixo".

A fiscalização de hoje será feita na orla e também no Terreirão do Samba, no centro, onde o tradicional bloco de carnaval Cordão da Bola Preta comemora seus 100 anos de fundação.

APÓS Réveillon, garis retiram 290 toneladas de lixo de Copacabana. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 1º jan. 2018. Disponível em: <bit.ly/2R6yrVE>. Acesso em: 26 set. 2018.

ANEXO B – NOTÍCIA (II)

AGÊNCIA BRASIL

← → http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/20/interna_brasil,745810/pais-tem-917

País tem 917 municípios em crise hídrica

De acordo com o balanço, a maioria dos municípios está no Nordeste, 123 somente em Pernambuco

Por: Agência Brasil – Publicado em: 20/03/2018

O Brasil tem 917 municípios em crise hídrica, informou o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, ao participar do 8º Fórum Mundial da Água. Esse número corresponde aos municípios que estão em situação de emergência por seca ou estiagem até o dia 13 de março.

O ministro destacou que a crise hídrica não é mais um problema somente do Nordeste, onde está a maioria das cidades. Do total de municípios, 211 estão na Bahia, 196 na Paraíba, 153 no Rio Grande do Norte, 123 em Pernambuco, 94 no Ceará, 40 em Minas Gerais, 38 em Alagoas, 18 no Rio de Janeiro, 17 do Rio Grande do Sul, além de registros em outros estados.

No fórum, o ministro destacou que é preciso fazer investimentos para ampliar e modernizar o sistema de abastecimento do país.



FERNANDO FRAZÃO, DA AGÊNCIA BRASIL

Estiagem no reservatório conhecido como Açude da Pista, que abastecia moradores da comunidade Engano, no distrito de Riacho Verde, em Quixadá, sertão central do Ceará, 2015.

Segundo ele, o país tem cerca de 11% da água doce do planeta, mas a distribuição territorial não é uniforme. "Temos de intensificar a **cooperação** entre os órgãos governamentais. É importante que os estados estejam integrados, **otimizar** as estratégias de uso **racional**", disse.

Ele acrescentou que também é "determinante" revitalizar o Rio São Francisco, buscar integração entre bacias das regiões do Brasil e investir em **saneamento básico**.

"No momento em que constatamos que a escassez hídrica e a insegurança hídrica não mais se reportam apenas ao Nordeste, é fundamental que as intervenções passem por um diálogo federado", acrescentou o ministro.

AGÊNCIA Brasil. País tem 917 municípios em crise hídrica. *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 mar. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2Qf0fpD>>. Acesso em: 27 set. 2018.

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 166-167.

ANEXO C – RESENHA


← → <https://diversao.r7.com/tv-e-entretenimento/os-causos-de-rolando-boldrin-21072017>

Os causos de Rolando Boldrin

Aos 80 anos, artista tem sua biografia lançada
21/07/2017 – 19h20

Músico, cantor, compositor, apresentador de TV, ator de teatro, de televisão e de cinema, além de ser um grande pesquisador da cultura popular brasileira, o contador de causos Rolando Boldrin chega aos 80 anos de idade e coloca tudo o que viveu nos 58 anos de carreira no papel. Chega às livrarias a biografia "A história de Rolando Boldrin – Sr. Brasil", escrita pelos jornalistas Willian Corrêa e Ricardo Taira.

São 224 páginas recheadas de histórias, fotografias, lembranças das dificuldades e das conquistas, além da disposição de mergulhar em novas possibilidades de trabalho e, assim, abrir caminhos para a cultura brasileira. Estão lá nomes como o de Irene Ravache, Gilberto Gil, Armando Bogus, Hebe Camargo, Moreira da Silva, entre outros.



O contador de causos Rolando Boldrin.

Bem-humorado, Boldrin revela que "topou direto" contar a sua vida ao receber o convite dos jornalistas Corrêa e Taira, já conhecidos da TV Cultura, onde hoje Boldrin apresenta o programa *Sr. Brasil*.

OS causos de Rolando Boldrin. R7, São Paulo, 27 jul. 2017.
Disponível em: <<http://bit.ly/2lmwd0r>>. Acesso em: 27 set. 2018.

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 202-203.

ANEXO D – REPORTAGEM


← → <https://www.gazetadopovo.com.br/bomgourmet/moqueca-capixaba-moqueca-baiana-diferencas/>

O que é que as moquecas têm? Veja as diferenças entre a baiana e a capixaba

A resposta depende do estado em que se estiver. Para os baianos, leite de coco e azeite de dendê. No Espírito Santo, óleo de urucum e caldo de peixe bem temperado

Por Flávia Schiochet – Publicado em 11/06/2017 às 09h

A decisão para a **fixa** de quem mantém a receita da verdadeira moqueca passa por uma posição geográfica: estando na Bahia, faça como os baianos. Se for ao Espírito Santo, concorde com os capixabas. Apesar de serem ensopados de peixe cozidos rapidamente em panela de barro e finalizados com coentro, a composição das moquecas muda bastante.



Moqueca baiana.

"Para o capixaba, se colocar leite de coco vira peixada", diz Alexandre Bressanelli, professor [...]. Na receita do Espírito Santo, o peixe é cortado preferencialmente em postas e os temperos são refogados em óleo com urucum, que dá a cor vermelha característica da moqueca. De líquido, apenas caldo de peixe. "Para as moquecas é preciso que seja **peixe de carne firme e branca**, como garoupa, cação, robalo ou pescada amarela", cita Ivan Lopes, chef [...].

Com forte influência africana, a **Bahia acrescentou leite de coco e azeite de dendê**, dois ingredientes que contribuem com sabor marcante, além de levar **pimentões verde e amarelo e pimenta dedo-de-moça**. **"A baiana preza pelo conjunto dos ingredientes, enquanto a capixaba quer o sabor do peixe"**, define Bressanelli.

A escolha da panela é importante: **a de barro mantém o calor** e o caldo continua borbulhante depois de sair do fogo. A origem da caçarola é indígena e o ofício das paneleiras de Goiabeiras Velha, bairro de Vitória, é reconhecido como patrimônio imaterial do Brasil.

Caso não dê para ir até o Espírito Santo comprar suas panelas, o **chef Ivan** indica Paranaguá e Florianópolis. "Dá para usar outros tipos de panela, o tempo de **cocção** é o mesmo e o sabor não vai mudar muito", explica o **chef** [...]. "Mas sem panela de barro não pode chamar de moqueca", brinca.

Para evitar que a panela de barro rache, o **chef Ivan Lopes** indica fazer a **cura** com óleo e água todos os meses ou a cada seis meses, caso a panela não seja usada frequentemente. O mesmo processo vale para o primeiro uso: **besunta-se** com óleo vegetal toda a superfície interna da panela, até as bordas, e coloca-se de dois a três dedos de água. Deixe no fogo até a água secar e a panela "queimar".

SCHIOCHET, Flávia. O que é que as moquecas têm? Veja as diferenças entre a baiana e a capixaba. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 jun. 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2DzDf2R>>. Acesso em: 27 set. 2018.

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 232-233.